



REVISTA CIENTÍFICA
RUMOS
DA *in*FORMAÇÃO

Revista Científica dos Cursos de Graduação da Faculdade Vale do Cricaré

Volume 1, n. 2 – dezembro / 2020 - p. 152

ISSN 2675-5297

REFLEXÕES

Atendimento: rumosdainformacao@ivc.br

Acesso: <https://rumosdainformacao.ivc.br>

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	04
2 O ALUNO COM TDAH EM SEU PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE CASO.	05
3 DIFICULDADES DE UMA CRIANÇA COM HEMOFILIA: UMA PERSPECTIVA PARA PAIS E EDUCADORES	15
4 O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA	26
5 PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE MORTE FETAL: REVISÃO NARRATIVA	39
6 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A CRIANÇA COM ANEMIA FALCIFORME: REVISÃO NARRATIVA	50
7 A METODOLOGIA DE OBSERVAÇÃO DA LINGUAGEM NÃO VERBAL NO ÂMBITO JURÍDICO	63
8 A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PESQUISA NA ESCOLA ALTERNATIVA EM SÃO MATEUS.....	79
9 A CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, DO RAMO DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES	94
10 ASSÉDIO SEXUAL EM CONCESSIONÁRIAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO	115
11 A TÊNUE LINHA DISTINTIVA ENTRE OS TIPOS PENAIS DO ROUBO E DA EXTORSÃO	137

**RUMOS DA *in*FORMAÇÃO - REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE VALE DO CRICARÉ – FVC**

ISSN: 2675-5297 | Volume 1, n. 2, | dezembro / 2020

PERIODICIDADE: SEMESTRAL

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

FACULDADE VALE DO CRICARÉ (FVC). Rua Humberto de Almeida Francklin, nº 217, Bairro: Universitário, São Mateus - ES, 29933-415.

Contatos:

Telefone:(27) 3313-0000

E-mail: revistarumosdainformacao@ivc.br

Endereço eletrônico da Revista: <https://rumosdainformacao.ivc.br/>

Endereço eletrônico da Faculdade: <http://www.ivc.br>

EXPEDIENTE

EQUIPE EDITORIAL

DIRETOR ACADÊMICO ADJUNTO

Doutorando Gabriel Vicente Riva, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Ma. Disnei Curbani Calegari Farias, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

EDITOR-CHEFE

Me. Nilton Ribeiro de Oliveira, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

Drº. José Roberto Gonçalves de Abreu, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

Ma. Patrícia dos Santos Madeira, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

Ma. Dayana Loureiro Seibert, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

Ma. Caroline Fonseca Dadalto, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

Me. Samuel Davi Garcia Mendonça, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

Me. Giovane Lopes Ferri, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

Me. Glauco Emílio Socorro Tinoco, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

Me. Hansley Rampinelli Pereira, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

Doutorando Felipe Oliveira Souza, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

PRODUÇÃO EDITORIAL

Me. Nilton Ribeiro de Oliveira, Faculdade Vale do Cricaré, ES, Brasil.

APRESENTAÇÃO

Caro leitor e leitora, chega até você mais uma edição da Revista Científica Rumos da *in*Formação. Com artigos nas áreas da Educação, Enfermagem, Contabilidade e Direito busca-se divulgar a produção científica dos docentes da graduação e pós-graduação, discentes e profissionais egressos da FVC, contribuindo, dessa forma, para a construção de um espaço de reflexão e compartilhamento de experiências em pesquisa.

Boa leitura e um ano vindouro cheio de saúde, alegrias e prosperidade.

Nilton Ribeiro de Oliveira

Editor-Chefe

O ALUNO COM TDAH EM SEU PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE CASO

THE STUDENT WITH ADHD IN HIS TEACHING AND LEARNING PROCESS IN THE SCHOOL CONTEXT: A CASE REPORT

Patricia de Cerqueira Pretti: Faculdade Vale do Cricaré. pcpretti@gmail.com.
Luana Frigulha Guisso: Faculdade Vale do Cricaré. lfgd10@hotmail.com.

Resumo: Objetivo: Relatar a percepção dos professores e colaboradores em um caso de Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH) no contexto escolar, em especial na sala de aula mediante sua complexidade e diversidade de influências. Detalhamento do Caso: Criança de 10 anos com déficit de atenção compartilhada desde 2 anos e características limítrofes que sugeriu o Autismo de alto desempenho, desde então submetida a acompanhamento multidisciplinar, recebeu laudo de TDAH aos 6 anos e prescrição do possível uso de medicação. A família manteve somente a intervenção terapêutica multidisciplinar até os 10 anos, quando iniciou tratamento farmacológico devido aos prejuízos de aprendizado e comportamental relatados pela escola. Encontra-se em terapia cognitiva-comportamental, atividades extracurriculares e uso de medicação e tem se preservado de forma mais consciente, o que reforça positivamente os instrumentos utilizados. Considerações Finais: Uma política de formação educacional pública e privada continuada contribuirá para que o TDAH não seja reduzido a questão biológica e uso de medicação. Enfatiza-se a composição de um plano terapêutico com a participação da família, escola e tratamento multidisciplinar.

Palavras-chave: TDAH. Família. Intervenção Multidisciplinar. Comunidade Escolar. Medicação.

Abstract: Objective: To report the perception of teachers and collaborators in a case of Attention Deficit Disorder (ADHD) in the school context, especially in the classroom due to its complexity and diversity of influences. Case Details: A 10-year-old child with a shared attention deficit since 2 years and borderline characteristics that suggested high-performance Autism, which has since undergone multidisciplinary monitoring, received an ADHD report at the age of 6 and a prescription for possible use of medication. The family maintained only the multidisciplinary therapeutic intervention until the age of 10, when it started pharmacological treatment due to the learning and behavioral losses reported by the school. He is in cognitive-behavioral therapy, extracurricular activities and medication use and has been preserved in a more conscious way, which positively reinforces the instruments used. Final Considerations: A policy of continuing public and private educational training will help ensure that ADHD is not reduced to biological issues

and medication use. The composition of a therapeutic plan with the participation of the family, school and multidisciplinary treatment is emphasized.

Keywords: ADHD. Family. Multidisciplinary Intervention. School Community. Medication.

1 INTRODUÇÃO

O transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) é um transtorno crônico caracterizado pela presença de sintomas contínuos como dificuldade de concentração, hiperatividade, impulsividade ou desatenção não condizentes com a idade mental da criança. Na prática, o TDAH deve ser conduzido como um estudo da neurociência por apresentar uma etiologia multifatorial ainda não totalmente esclarecida, mas dependente de fatores genéticos-familiares, adversidades biológicas e psicossociais. Há, porém, estudos indicando que se trata de um transtorno de origem neurobiológico de causas genéticas, devido à disfunção de um sistema de substâncias químicas chamadas neurotransmissores (principalmente dopamina e noradrenalina) em algumas áreas cerebrais, como o córtex pré-frontal e região límbica, que resultam nos sintomas de desorganização e conseqüentemente num desempenho inapropriado nos mecanismos que regulam a atenção, a flexibilidade e a atividade motora.

Nem todos os indivíduos têm o mesmo grau de comprometimento das funções. Estudos publicados pela Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) nos sugerem que as diferentes topografias das anormalidades pré-frontais se associam aos diferentes endofenótipos¹ comportamentais. O modelo comportamental define o transtorno partindo da avaliação do comportamento no ambiente e das situações específicas nas quais eles surgem.

Os estudos nacionais e internacionais indicam a prevalência do TDAH entre 3% e 6% em crianças na idade escolar, de acordo com os critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), sendo o sexo masculino mais afetado pelo transtorno. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, cerca de 4% da população adulta mundial têm o Transtorno de Déficit de Atenção e

¹ Endofenótipos são características mensuráveis que se encontram entre a doença e o genótipo e podem ser medidas neurofisiológicas, bioquímicas, endocrinológicas, neuroanatômicas ou cognitivas.

Hiperatividade (TDAH). Só no Brasil, o transtorno atinge mais de 2 milhões de pessoas adultas (BULÁRIO ANVISA, 2012).

A primeira descrição dos transtornos de atenção surgiu no século XVIII, quando o médico escocês Alexander Crichton publicou em um livro que alguns pacientes tinham uma “desatenção patológica”. As descrições de Crichton foram reconhecidas, mas não refletem como o TDAH é reconhecido atualmente. O ponto de partida para a maior parte dos relatos que se encaixam no atual conceito de TDAH surgiu em 1902, em Londres, apresentada pelo pediatra George Frederic Still. Still apresentou casos sobre a “deficiência no controle dos comportamentos” relacionados ou não com retardo intelectual e doença física, considerando que o transtorno de comportamento não era um sintoma de outra doença (A história completa do TDAH).

Para fins diagnósticos, a Associação Americana de Psicologia (APA) exige que os sintomas de transtorno de atenção, hiperatividade e impulsividade tenham surgido antes dos sete anos, que ocorram frequentemente, que sejam mal adaptativos e inconsistentes com o nível de desenvolvimento da criança, que persistam por, no mínimo, seis meses e se manifestem em dois ou mais ambientes, por exemplo, na escola e em casa. Pelo menos seis dos nove sintomas de desatenção e/ou seis dos nove sintomas de hiperatividade/impulsividade têm que estar presentes frequentemente na vida da criança.

Os sintomas são relacionados no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. (DSM-IV) para tornar o diagnóstico mais normatizado e se caracteriza da seguinte forma: -Predominante desatento; -Predominante hiperativo / impulsivo; Tipo misto ou Tipo combinado. Esse último acarreta um maior prejuízo no funcionamento global e, quando comparado aos outros dois tipos, é o que apresenta maior número de comorbidades, como o transtorno oppositor desafiante e transtorno de conduta, em torno de 30% a 50%. Também possui uma taxa de comorbidade significativa com as seguintes doenças: depressão (15% a 20%), transtornos de ansiedade (25%) e transtornos da aprendizagem (10% a 25%).

O diagnóstico do TDAH é fundamentalmente clínico. É fundamental aumentar a acurácia diagnóstica (STEER, 2005, p. 23), a fim de instituir precocemente uma intervenção multidisciplinar que inclui uma investigação médica, neuropsicológica, educacional e social que envolve a criança, aluno, família, professor e profissionais

que colaboram com o desenvolvimento da atenção voluntária, destacando o papel do professor e a necessidade de um ensino organizado, ou seja, com progressão continuada baseado nos ciclos de desenvolvimento biopsíquico e social da criança e intencional com vista ao desenvolvimento humano.

As informações acerca dos potenciais a serem desenvolvidos nas crianças precisam estar afinadas nos seus ambientes, a fim de não delegarmos apenas a medicina a tarefa de normatizar e legislar sobre a vida humana. Precisamos respeitar os estímulos naturais próprios e oportunos na infância e o espaço escolar torna-se elemento fundamental para esta investigação. Sendo assim, as entidades escola, saúde e família, as mais eloquentes da vivência humana, precisam estar em sintonia nas suas relações de poder e essas ações refletirão um sistema educacional inclusivo conforme define a Lei Brasileira de Inclusão em seu artigo 28. Diante disso, o objetivo deste estudo é relatar a percepção dos professores e colaboradores em um caso de Transtorno de Déficit de Atenção no contexto escolar, bem como compreender como lidam com o TDAH na sala de aula mediante sua complexidade e diversidade de influências.

2 DETALHAMENTO DO CASO

A criança do caso, aqui denominada JP é do sexo masculino, 10 anos, aluno do 4º ano do Ensino Fundamental I, residente no interior do ES, foi observado com um déficit da “Atenção compartilhada” aos 2 anos. A atenção compartilhada é a atitude natural desenvolvida pela maioria das crianças que serve de “base” para todo o conhecimento pedagógico- cognitivo de aquisição da linguagem mais à frente, na fase de alfabetização. Este déficit pode provocar o isolamento da criança em relação aos colegas e ao interesse dos adultos.

A família, que se tornara pesquisadora atuante dessa criança, era consciente da imensa janela de oportunidade proporcionada pela Neuroplasticidade Cerebral e do fator primordial da intervenção precoce. Para investigar as possíveis causas da estereotipia, JP foi assistido desde os 3 anos de idade em sessões frequentes com psicóloga, neurologista, fonoaudióloga pois apresentava características limítrofes entre uma criança típica e uma criança com risco de desenvolvimento de Autismo de alto desempenho (Síndrome de Asperger).

Por não haver um diagnóstico fechado, contavam com uma equipe multidisciplinar, envolvidos no intuito de potencializar a aquisição de conhecimento da criança, bem como melhorar sua socialização nesta faixa etária da primeira infância. A família assumiu três seções de atividades lúdico-pedagógicas semanais onde o alvo era promover a troca de interesse entre a criança e as pessoas ao seu redor.

O desenvolvimento alcançado foi visível a todos os profissionais e familiares onde o ambiente de mediação acontecia. Infelizmente a escola regular foi mais resistente na adequação do conteúdo e em participar dessa intervenção multidisciplinar indispensável na época. Assim sendo, foi importante buscar uma outra escola, onde o projeto pedagógico fosse mais flexível às suas necessidades.

JP continuou sua jornada de desafios e conquistas, frequentou aulas de Yoga e Arte Terapia, começou a estudar inglês aos 3 anos. Vivenciou experiências de controle emocional, formas comuns de reação, habilidades sociais, simbologias e linguagem corporal. Ele teve a oportunidade dos estímulos serem direcionados para provocar uma mudança em sua possível predisposição genética. Nunca se terá uma resposta precisa do quanto a intervenção precoce mudou sua vida, mas certamente, amenizou suas perdas.

Em 2015, aos 6 anos, mediante o laudo de um Neurologista Infantil, sua evolução em termos de comunicação, sociabilização e desenvolvimento de atenção compartilhada não eram mais condizentes com o diagnóstico do transtorno de natureza autista e pela notável dificuldade de manter atenção, associada a um comportamento hiperativo, foi sugerido com características de TDAH. Pela primeira vez, foi levantada a hipótese do uso de medicação estimulante (Concerta). A família continuou investindo na intervenção não medicamentosa com fonoaudiologia, psicopedagogia e atividades extracurriculares.

JP foi exposto a uma intervenção com a participação de múltiplos agentes sociais como pais, familiares, educadores e profissionais de saúde. Sabe-se que no tratamento do TDAH, a indicação medicamentosa pode ser uma forma de tratamento a fim de melhorar a qualidade de vida da criança, porém considera-se aqui a grande importância do acompanhamento pedagógico, psicológico e atividades esportivas que estimulam a criança de formas variadas, sobretudo o acompanhamento

pedagógico, com ganho relevante na aprendizagem, que em geral é a maior dificuldade dessas crianças.

Os professores passam longas horas do dia com as crianças na sala de aula e, por isso, muitas vezes são os primeiros a perceberem nelas os sintomas de TDAH e com isso fortalecem o ciclo da engrenagem Educando + Família + Escola.

Após algumas reuniões que aconteceram na escola no decorrer do ano letivo de 2019, a família, assistida pelo neurologista, decidiu fazer uma experiência farmacológica no último trimestre do ano para não privar o paciente de possibilidades, pois estava demonstrando prejuízos de aprendizagem e dificuldades de adaptação ao meio escolar. Além disso, a família constatara em reunião de pais que as professoras acreditam e defendem o uso da medicação como possibilidade de maior concentração na execução das atividades propostas e melhora no comportamento.

Em geral, três tipos de tratamento do TDAH são empregados: farmacológico, terapia comportamental e a combinação das terapias farmacológica e comportamental. Sendo assim, paralelamente ao uso da medicação, o paciente frequentou um programa de 10 sessões de terapia cognitivo-comportamental (TCC) e reforço escolar diário nesse período.

Essas intervenções psicopedagógicas como tratamentos alternativos afinam com o objeto de nosso estudo. Aaron Beck, fundador da terapia cognitiva comportamental buscou sistematizar as observações clínicas e preparar planos de tratamento e diretrizes para terapia, o que em nosso entendimento, reforça a teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky, tornando o processo de aprendizado potencialmente atingível com orientação e envolvimento num trabalho multidisciplinar.

De acordo com dados coletados no último trimestre de 2019, JP passou a se preocupar mais com o a causa e efeito de seu comportamento. Começou a internalizar seu processo de conduta e isso vem contribuindo para uma formação mais consciente de suas ações. Tal fato mostrou que a aplicação da Terapia Cognitivo-Comportamental, aliada a algumas poucas adaptações pedagógicas realizadas na escola, uso da medicação e programa de estudo individualizado que nesse caso foi o reforço escolar, foram instrumentos mediadores que potencializaram positivamente a construção do seu pensamento.

3 DISCUSSÃO

O TDAH é uma das causas de dificuldade de aprendizado de natureza neurobiológica mais comum durante a infância e à adolescência, podendo acarretar sérios prejuízos no rendimento escolar e na capacidade de se apropriar da aprendizagem adequada, com lacunas de conteúdos e potencialização ou desenvolvimento de outros distúrbios (MATTOS e BARKLEY, 2003). Essas características foram relatadas neste estudo, visto que sintomas como dificuldade de concentração, impulsividade e desorganização apresentados pela criança, fizeram com que aos 10 anos de idade fosse incluído o uso de medicação em seu tratamento multidisciplinar com a intenção de minimizar os prejuízos de aprendizagem, que em geral é a maior dificuldade dessas crianças.

No que se refere a adoção de formas e meios pedagógicos para otimizar e melhorar o engajamento atencional da criança com TDAH, é importante ressaltar que a escola precisa participar do processo terapêutico, formulando práticas e caminhos que facilite e otimize a absorção de conteúdos e a desenvoltura nas avaliações, a partir da teoria de aprendizagem adotada pela escola, baseada no comportamento, no aspecto humano ou, apenas na capacidade cognitiva de cada um, mas que precisa estar afinada com as necessidades do educando. É importante ressaltar que pequenas adaptações ambientais e pedagógicas podem ser facilitadoras, mas que não foi observado como frequente e consistente na vida escolar do aluno nesse relato de caso em que a noção de aprendizagem aparece muito vinculada à realização de tarefas e a criança que não produz é uma criança que não corresponde às expectativas e requer solução urgente, que é normalmente a indicação do medicamento.

Ainda sob esse aspecto, a Teoria de aprendizagem interacionista de Vygotsky se coloca como mola propulsora do processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, onde a sala de aula é uma pequena amostra da vida (VYGOTSKY, 2007). Informação ratificada pelo presente estudo em que esse aluno com TDAH estimulado a alcançar a plenitude de seu desenvolvimento potencial, usufrui da interação com o professor criando entre si condições para uma aprendizagem mais assertiva, eliminando barreiras do próprio sistema educacional.

Pesquisas mencionam que o TDAH foi constituído na economia biomédica da atenção, característica das últimas décadas do século XX. Deste modo, todo problema que envolve a educação se tornaria de cunho biológico. Atribuir a medicação a única responsabilidade da ação na dificuldade de atenção ou de comportamento, fará com que percamos o foco nas políticas educacionais, na formação dos professores, na qualidade de ensino das escolas e do papel dos pais. Fato compatível com o aluno relatado, uma vez que o seu tratamento foi realizado fora do ambiente escolar com a família assumindo todos os custos. Em função disso, segundo a Organização Mundial da Saúde, uma minoria da população com TDAH é tratada de forma multidisciplinar e para a maioria tratada, a medicação continua sendo a primeira opção de tratamento.

Por fim, uma intervenção para ser eficiente deve buscar o que leva ao surgimento do sintoma e quais condições favorecem seu surgimento. Da mesma forma, dar excessiva ênfase às influências externas de modo a direcionar o tratamento a ela, pode levar ao erro de se esquecer que o sujeito apresenta dificuldades por uma tendência própria a desenvolvê-las.

Ao aluno com TDAH, conhecer suas limitações pode significar a abertura de possibilidades no ambiente escolar, além de ter o benefício do convívio social com os colegas da mesma idade, aprender a lidar com regras, com a estrutura e os limites de uma educação organizada, pois a escola representa, em pequena escala, a sociedade em que irão viver quando chegarem à idade adulta.

A criança vem respondendo a algumas mudanças que refletem em significativas transformações em situações adversas com menos resistência a adequação de tempo de atividade. É percebido pelos professores quanto aos seus desafios comportamentais na sala de aula, mas estes não refletem numa adaptação pedagógica, numa observação de demanda e um plano educacional especializado. A escola de hoje oscila entre atender o conteúdo curricular e trabalhar as necessidades individuais, com isso, o aluno e a família se tornam responsáveis pelo possível fracasso escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande incidência do TDAH na infância traduz a necessidade de um plano de formação educacional continuada e investimento da gestão pública para que os sintomas desse transtorno sejam compreendidos nos ambientes escolares e familiares. Tornou-se notório que o TDAH é um tema complexo, que extrapola a questão biológica e uso de medicação, por isso não deve ser tratado de forma reducionista, pois essa não dá conta da multiplicidade de causas e efeitos. Nesse cenário complexo de aprendizagem, enfatiza-se a importância da escola, políticas educacionais pública e privada, tratamento multidisciplinar e a família dentro do plano terapêutico adequado para a criança com TDHA onde todos se sintam parte direta desse processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABDA. 2020. In: **ASSOCIAÇÃO brasileira do Déficit de Atenção**. Disponível em: <https://tdah.org.br/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APA. 1994. In: **AMERICAN Psychological Association**. Disponível em: <https://www.apa.org/>. Acesso em: 02 set. 2019.

BARKLEY RA. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH)**: Guia completo para pais, professores e profissionais da saúde. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 abr.2020.

BULÁRIO ANVISA. 2020. In: **BULÁRIO eletrônico**. Disponível em: <https://visadoc.anvisa.gov.br/L.asp>. Acesso em: 05 mai. 2019.

DSM-IV. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MATTOS P. **No mundo da lua**: perguntas e respostas sobre transtorno do déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Lemos Editorial, 2003.

PSICOEDU. 2019. In: **A história completa do TDAH**. Disponível em:
<https://www.psicoedu.com.br/2016/11/historia-origem-do-tdah.html>. Acesso em: 02
mai. 2019.

STEER CR. **Managing attention deficit/hyperactivity disorder**: unmet needs and
future directions. Arch. Dis. Child. 2005;90;19-25.

VYGOTSKY LS. **Psicologia Pedagógica para a teoria histórico-cultural de
Vygotsky**. Ed. São Paulo: Scipione, 2007.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material
incluído no artigo.

Submetido em: 20/08/2020
Aprovado em: 30/10/2020

DIFICULDADES DE UMA CRIANÇA COM HEMOFILIA: UMA PERSPECTIVA PARA PAIS E EDUCADORES

DIFFICULTIES OF A CHILD WITH HEMOPHILIA: A PERSPECTIVE FOR PARENTS AND TEACHERS

Gerismar Silva Souza: Bacharel em Enfermagem. Faculdade Vale do Cricaré.
gerissouzaar@gmail.com

Rosa Telma Zene Altoé: Bacharel em Enfermagem. Faculdade Vale do Cricaré.
rosatelmaaltoe@hotmail.com

Millena Alves Batista Esmidre: Bacharel em Enfermagem, Especialista em Saúde da Família.
Faculdade Vale do Cricaré. milena.batista@ivc.br.

Nayra Fernandes Santos: Bacharel em Bioquímica, mestra em Bioquímica. Faculdade Vale do
Cricaré. Professora orientadora. nayra.santos@ivc.br

Resumo: A hemofilia é uma coagulopatia que se caracteriza por sangramentos ininterruptos quando rompida a barreira de proteção dos tecidos. Esta patologia tem caráter genético e hereditário ligados ao cromossomo sexual X, resultando assim na deficiência de genes responsáveis pela síntese dos fatores de coagulação, a saber, Fator VIII ou Fator IX. Objetivo: Este trabalho abordará situações da infância do paciente hemofílico, analisando as dificuldades enfrentadas por esses pacientes, obtendo assim informações e conhecimento para auxiliar no cuidado, juntamente no processo de socialização familiar e escolar deste paciente. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão integrativa de literatura. Resultado/Discussão: Os principais pontos encontrados foram: preocupação dos pais quanto a inclusão dos filhos em atividades físicas escolares e quais podem ser praticadas; a falta de conhecimentos dos educadores que lidam com essas crianças; a importância do irmão e da família para um tratamento eficaz; e a depressão detectada em crianças e adolescentes com hemofilia. Conclusão: Todas estas dificuldades, somados aos sintomas da hemofilia enfrentados por estas crianças, podem vir a desencadear problemas psicológicos, dos quais se referem à tristeza, apatia, ausência de desejo de continuar o tratamento, e todos estes comportamentos podem ser observados por cada profissional da equipe multiprofissional dos hemocentros, bem como criar métodos de trabalho de forma holística a esta criança e família, a fim de atender as suas necessidades biopsicossociais.

Palavras-chave: Hemofilia A. Hemofilia B. Saúde da criança.

Abstract: Hemophilia is a coagulopathy characterized by uninterrupted bleeding when the tissue protection barrier is broken. This pathology has a genetic and hereditary character linked to sexual chromosome X, resulting the deficiency of genes responsible for the synthesis of coagulation factors, namely Factor VIII or Factor IX. Objective: This study will address the hemophilic patient's childhood situations, analyzing the difficulties faced by these patients, thus obtaining information and knowledge to assist in the care, joining to the family and school

socialization process of this patient. Methodology: This is a descriptive, integrative literature review study. Result/Discussion: The main points found were: parents' concern about the inclusion of their children in school physical activities and which can be practiced; the lack of knowledge of teachers who deal with these children, the importance of the sibling and the family for an effective treatment; and depression detected in children and adolescents with hemophilia. Conclusion: All these difficulties, in addition to the hemophilia symptoms faced by these children, may trigger psychological problems, such as sadness, apathy, lack of desire to continue treatment, and all these behaviors can be observed by each professional of the Blood Center team, as well as create holistic working methods for this child and family, in order to meet their biopsychosocial needs.

Keywords: Hemophilia A. Hemophilia B. Child Health.

1 INTRODUÇÃO

A hemofilia é uma coagulopatia hereditária definida pela deficiência de uma ou mais glicoproteínas plasmáticas responsáveis pela coagulação sanguínea, denominadas fatores de coagulação. O diagnóstico é realizado nos primeiros dias de vida, a partir da triagem neonatal também conhecida como “teste do pezinho”. Reportada a deficiência na atividade da glicoproteína em específico, as crianças hemofílicas são submetidas à infusão de reposição do fator de coagulação por via endovenosa.

Subdivida em Hemofilia A, com maior número de casos, cuja deficiência é do fator VIII, e Hemofilia B, com menor número de casos, em que se observa a deficiência do fator IX, pode ainda ser divididas em leve, moderada e grave, a depender da concentração do fator de coagulação deficiente circulante na corrente sanguínea (BRASIL, 2015).

Os sintomas da hemofilia são, em sua maioria, hemorragias nos músculos esqueléticos e entre as articulações, provocadas ou espontâneas. Manifestadas principalmente na infância, no qual o portador sente fortes dores, aumento de temperatura local e redução da mobilidade da articulação afetada. Embora não haja cura para a hemofilia, o tratamento existente é 100% eficaz e encontra-se disponível pela rede pública de saúde nos hemocentros de todo país (BRASIL, 2015).

Apesar de haver tratamento, essa coagulopatia não acarreta apenas consequência físicas aos portadores. Algumas vezes é necessário que a criança mude sua rotina, se ausente da escola e deixe de realizar suas atividades de lazer,

afetando também seu estado psicossocial, uma vez que ela ainda não correlaciona a gravidade de sua doença orgânica crônica com a necessidade de se cuidar (CASTRO e PICCININ, 2002).

Ainda coexiste um preconceito sofrido por estas crianças em escolas e no convívio social, devido ao desconhecimento de como a hemofilia afeta a vida do portador. Acredita-se que, por motivo de medo ou insegurança, familiares e educadores que acompanham as crianças hemofílicas transformam o cuidado em superproteção, gerando consequências que podem afetar negativamente a vida adulta do portador de hemofilia, se ela for enfrentada como uma patologia que impossibilite o paciente a ter uma infância normal. Portanto, galgar conhecimento acerca das dificuldades enfrentadas por um paciente hemofílico desde a sua infância, poderão minimizar danos futuros.

Baseando-se neste contexto, este trabalho abordará situações da infância do paciente hemofílico, com o objetivo de analisar as dificuldades enfrentadas por este paciente no processo de socialização nos ambientes familiar e educacional e em seu tratamento, fornecendo informações para melhorar o processo de cuidado ao paciente infantil hemofílico. Outrossim, eclodir para pais e profissionais da educação conhecimentos a respeito da criança hemofílica, suficientes para igualá-la no convívio social, minimizando possíveis danos futuramente.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão integrativa de literatura, a partir das bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em que foram coletados artigos em português com disponibilidade do texto completo, utilizando-se os descritores: Hemofilia A; Hemofilia B; Saúde da criança.

Foi realizada ainda uma coleta de dados a partir de fontes secundárias, por meio de levantamentos de bibliografias, por esta ser uma das melhores formas para obter a comparação entre artigos analisados como referência no presente trabalho, uma vez que o objetivo de uma revisão de literatura é reunir o máximo possível de conhecimentos sobre o assunto.

Os artigos primeiramente foram selecionados através da análise do título. Primeiro utilizou-se somente o descritor “hemofilia A”, obtendo 30 artigos. Refinado pela leitura do título, foram selecionados para o estudo 14 artigos. Com o descritor “saúde da criança” juntamente com o descritor “hemofilia B”, foram obtidos 6 artigos para o estudo. Depois a seleção se deu pela leitura do resumo, refinando 15 artigos e, após a leitura do texto completo, selecionaram-se 8 artigos. Por fim, realizaram-se as análises dos dados com relação ao objetivo proposto para esta revisão integrativa.

3 FISIOPATOLOGIA

A fisiologia e o metabolismo humano são altamente regulados no que diz respeito ao controle do fluxo sanguíneo pelo sistema circulatório a fim de impedir distúrbios extremos, tais como hemorragia ou trombose. Quando uma pessoa sofre um trauma com sangramento, o organismo trabalha para cessar o trauma. Todo este esforço no processo de recuperação tecidual para solucionar o sangramento e, portanto, impedir a perda sanguínea, é chamado de hemostasia. Para isso, o corpo humano é dotado de receptores em toda sua extensão, e quando ocorre o rompimento da barreira da pele, estes receptores mensageiros começam o processo de cicatrização, desde a vasoconstrição, formação de tampão com plaquetas, formação de coágulo e, por fim, o crescimento de tecido fibroso (SOUSA *et al.*, 2008).

A coagulação pode ser representada quando ocorre a ativação de enzimas em cadeia, tendo como resultado a formação de um coágulo de fibrina considerado estável (SOUSA *et al.*, 2008). Em vista disso, a produção das glicoproteínas plasmáticas é fundamental para a manutenção da hemostasia, e a deficiência genética na produção dessas glicoproteínas plasmáticas, denominadas de fatores de coagulação, Fator VIII, no caso da hemofilia A, e Fator IX, no caso da hemofilia B, prejudica a cascata de coagulação, que não consegue completar o seu ciclo na formação da fibrina. Com todo o processo prejudicado, o portador dessa herança genética ligada ao gene recessivo h do cromossomo X, ou seja, o hemofílico, tem sangramentos prolongados, nem sempre intensos, a depender do vaso lesionado e da gravidade do trauma (BRASIL, 2018).

A gravidade do quadro hemofílico é subdividida de acordo com a atividade molecular do fator deficiente no organismo, Fator VIII ou IX, sendo: leve, quando a atividade é de 5 a 40%; moderada, em 1 a 5% de atividade; e grave, quando há menos que 1% de atividade do Fator. Tal classificação está relacionada à quantidade de sangramentos sofridos pelo portador e, portanto, é preponderante para que o hematologista escolha os melhores tratamentos e condutas terapêuticas ao portador (BRASIL, 2018).

Na apresentação grave, os sangramentos acometem o hemofílico, na maioria das vezes de forma espontânea, como, por exemplo, durante a realização de atividade de vida diária (andar, correr, brincar), ocorrendo em articulações de maiores impactos e de maior exigência como cotovelo, ombro, coxofemoral, joelho e tornozelo. Já na apresentação moderada, os sangramentos são típicos de um pós-trauma (extração dentária, procedimentos cirúrgicos). E na apresentação leve, os episódios de sangramentos estão associados a grandes traumas (procedimentos cirúrgicos, extração dentária), sendo que, em alguns casos de hemofílicos leves, o diagnóstico é obtido de forma tardia e inesperada ao serem submetidos a grandes traumas, devido à atividade molecular proteica estar próximo ao desejável (DE PAULA *et al.*, 2019).

Os concentrados de Fator são disponibilizados pela rede do Sistema Único de Saúde (SUS), através do programa de Dose Domiciliar implantado em 1999, em doses expressas em unidades internacionais (UI) de 250 UI, 500 UI e 1000 UI, e a dosagem de cada paciente é calculada de acordo com o peso, a ocorrência dos sangramentos, o tipo de articulação ou músculo, como também a apresentação da gravidade da coagulopatia. Outro aspecto relacionado à prescrição da dosagem do Fator é o tipo de atividade laboral ou recreativa que o paciente realiza, ciente de que todos são orientados a evitar atividades que possam lhes causar prejuízos (BRASIL, 2018).

3.1 OS CUIDADOS À CRIANÇA HEMOFÍLICA

Alguns cuidados tomados ao hemofílico desde a primeira infância ajudam na prevenção de sequelas, em vista que, o ato de engatinhar pode evoluir para hematomas e a pressão da roupa do bebê sobre a pele também pode causar lesões.

Portanto, é indicado a essas crianças roupas com tecidos mais grossos na região dos joelhos e cotovelos que serão apoiados na hora de engatinhar. É importante a aplicação de cantoneiras em material de Etileno Acetato de Vinila (EVA) nos móveis e tapetes para proteção de crianças que estão começando a andar. Evitar deixar crianças só em camas e sofás, previne quedas que podem ocasionar torções capazes de gerar hemorragias nas articulações (VIDAL e ALMEIDA, 2008).

Deve-se ensinar a criança a realizar as tarefas a ela destinadas e ensiná-la os locais mais seguros para percorrer. Informar à escola que o filho é portador de hemofilia é um dos cuidados mais importantes, pois caso haja alguma situação de lesão, os profissionais saberão como agir. Além disso, é importante fornecer à escola as orientações de cuidado, tais como: utilizar gelo em caso de traumas e pressionar os locais afetados, uma vez que conter sangramentos ajuda a prevenir outros novos (VIDAL e ALMEIDA, 2008).

Galante e colaboradores (2006) observaram que a alta incidência de hemartrose é outro fator de dificuldade que uma criança hemofílica sofre. Esta aumenta de acordo com a idade, o que leva a entender que, com o aumento das atividades escolares e, com isso, o aumento dos esportes na vida desta criança, tem-se a elevação do índice de ocorrências traumáticas, conseqüentemente provocando um desequilíbrio articular, gerando novos sangramentos, e um ciclo mais vicioso de alterações.

Por isso, exercícios de grande impacto são contraindicados para pacientes hemofílicos. Indica-se exercícios de menor impacto, como natação, hidroginástica e peteca, pois auxiliam o desenvolvimento da musculatura e promovem o bem-estar. É importante também não limitar tanto a criança, para que ela não se sinta constrangida ou incapaz; além disso, acompanhamento com psicólogos é de suma importância para as crianças nessa descoberta (VIDAL e ALMEIDA, 2008).

Nas escolas, a abordagem em relação à doença deve ser um assunto de grande importância para discussão pois, durante o período letivo, os educadores (professores e pedagogos) serão os responsáveis pelas crianças, devendo preparar diferentes estratégias didático-metodológicas de ensino, a fim de evitar intercorrências aos alunos hemofílicos e sua exclusão no ambiente escolar (DE PAULA, 2019; VIDAL e ALMEIDA, 2008).

No entanto, uma pesquisa realizada por Raab (2017) com professores do ensino fundamental de escolas públicas de um município da região Metropolitana de Curitiba que lecionam em escolas com alunos com hemofilia matriculados, demonstrou que mais de 90% dos entrevistados não têm nenhum conhecimento ou apenas conhecimentos básicos sobre a hemofilia e nunca participaram de nenhum tipo de capacitação para trabalhar com alunos hemofílicos. Em vista desses dados, os autores elaboraram um curso de capacitação sobre a hemofilia, uma vez que meios de acesso ao conhecimento são de suma importância para que os educadores saibam como conviver com alunos hemofílicos.

Crianças hemofílicas passam por momentos difíceis que afetam de forma direta a qualidade do aprendizado, por isso, professores informados e capacitados são fundamentais para contribuir no processo de aprendizagem dessa criança, e que este evolua de forma efetiva (RAAB, 2017).

De acordo com Matsunaga e colaboradores (2013), outra contribuição educativa para crianças com hemofilia é o desenvolvimento de jogos didáticos visando ajudá-las a entender sobre a doença e as suas consequências. Como material educativo atrativo sobre hemofilia para crianças no ensino infantil (pré-escolar) e fundamental é escasso e deficiente, esse grupo desenvolveu então o protótipo do jogo “Hemotion”, cuja proposta foi abranger crianças em idades escolar e pré-escolar, usando a metodologia da criança jogadora ser a tutora do personagem do jogo, ensinando-a as condutas corretas diante de diversas situações que podem vir a acontecer. Abordar esse tema de forma lúdica, no caso com a construção do jogo, demonstrou ser um ato motivador para quem o joga, pois é uma abordagem única e direcionada.

3.2 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS À CRIANÇA HEMOFÍLICA

O paciente infantil hemofílico precisa de apoio emocional, pois garante o sucesso da adesão ao tratamento (COVAS, 2012), para tal, os profissionais precisam conhecer e entender os desafios enfrentados por cada paciente (MOURA, 2015). A fase da primeira infância, segundo Young (2010), é a fase que marca a criança para sempre, e a idade pré-escolar, segundo Duarte e Batista (2017), é o

período que a criança se interage e aprende a se envolver no meio em que está inserida.

Quanto à preocupação com o nível de conhecimentos dos pais que têm filhos portadores de hemofilia, estudos relatam que todos os pais, independentemente do nível de instrução, possuem um diálogo aberto com seus filhos sobre o problema de saúde deles (VIDAL e ALMEIDA, 2008).

O ambiente familiar deve primeiramente empoderar a criança a realizar todas as suas atividades sociais, e estudos revelam que a inclusão dos irmãos no decorrer do tratamento da criança hemofílica tem sido bem positiva, pois a criança se sente mais útil e próxima desse vínculo com os irmãos (VIDAL e ALMEIDA, 2008). Contudo, não são todas as famílias que conseguem lidar com diagnóstico de doenças orgânicas crônicas, o que contribui para uma superproteção do enfermo (CASTRO e PICCININ, 2002). Assim, não apenas a criança hemofílica, mas os pais também devem receber atenção e esclarecimentos das equipes das unidades de saúde.

Em relação aos genitores, as crianças repetem o que veem e o que é ensinado, então, quando os pais as superprotegem a fim de evitar de que se machuquem, estas crianças, conseqüentemente, podem não desenvolver uma autenticidade na vida adulta (DUARTE e BATISTA, 2017), pois cria-se um consciente de incapacidade e ausência de perspectiva de tentar algo novo, o que afeta negativamente no seu crescimento (MOURA, 2015).

Certas condutas adotadas por alguns pais e educadores geram maior fragilidade emocional a estes pacientes, impossibilitando-os de adotar ações corajosas e, conseqüentemente, dificultando seus relacionamentos interpessoais e retardando o aprendizado (COVAS, 2012).

O ato ou efeito de excluir uma criança daquilo que lhe é natural, como brincar e aprender com os erros, gera danos a sua vida adulta que não se podem recensear, pois o processo de interação começa pelo brincar (BARROS, 2008). As brincadeiras estimulam o cérebro da criança a possíveis formas de sair vencedor, e todo este processo é o responsável por ativar a capacidade de aprendizado. Por isso é importante a criança ter momentos de lazer e o convívio com outras crianças.

Bahls e colaboradores (2006) demonstraram em seus estudos que o grau de sintomas depressivos encontrado em crianças e adolescentes portadoras de

hemofilia foi mais significativo do que em adolescentes e crianças da população geral, o que foi um grande indicador para análise deste trabalho. Os pesquisadores observaram também que a presença da depressão em pacientes pediátricos hemofílicos era maior do que em pacientes do mesmo grupo etário com câncer. A forma como as crianças reagem, em nível emocional, ao desdobrar da hemofilia, leva a perceber que algumas populações de crianças reagem de formas incomuns à doença.

Ainda em relação ao trabalho anterior, relatou-se que pacientes pediátricos hemofílicos podem sofrer pequenos traumas que geram grande dor e sofrimento. Tal cenário propicia que esses jovens tenham mais experiências negativas, sendo isso um grande obstáculo que os mesmos precisam passar não só durante a infância, mas durante toda vida (BAHLS *et al.*, 2006).

4 CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se observar uma limitação vivida pela criança hemofílica. É de suma importância que os profissionais da área da saúde estejam atentos e habilitados para conceder um rápido e fácil diagnóstico, protegendo o paciente e sua família de futuros danos físicos e psicológicos. Outro ponto de apoio é o irmão da criança hemofílica, que deve ser olhado pelas unidades de saúde com mais atenção, pois auxilia no tratamento eficaz do irmão hemofílico.

No olhar dos pais, os esportes e a prática de exercícios trazem limitações para a vida da criança hemofílica. Muitos desses pais evitam que seus filhos pratiquem tais esportes e participem de atividades extracurriculares no ambiente escolar, pois os mesmos têm medo de que ocorram lesões em seus filhos e eles não serem atendidos prontamente. Sendo assim, uma boa resolutiva para tais problemas sociais para essas crianças é a ampliação de métodos de entretenimento que busquem menores impactos, nas instituições de ensino infantil, fundamental e médio. Por outro lado, a capacitação dos profissionais que lidam com essas crianças é primordial para que o ciclo de cuidados não se quebre; para isso, educadores devem conhecer mais sobre a doença, sobre os primeiros socorros a serem prestados a essas crianças e quais os meios para melhor discipliná-los, trazendo consigo maior segurança para as crianças e para seus pais.

Dessa maneira, o papel dos pais e educadores é essencial para que a criança hemofílica cresça e se torne mais forte emocionalmente. Portanto, desfazer a superproteção é dar a essas crianças a oportunidade e a coragem de desenvolverem habilidades sem receio de aprender com as dificuldades, para que, no futuro, elas sejam adultos sem vulnerabilidades psicossociais.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. C. O. M. **Cadê o brincar? Da educação infantil para o ensino fundamental**. 2008. 193f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

BAHLS, S. C. *et al.* Levantamento de sintomas depressivos em crianças e adolescentes com hemofilia. **J. bras. psiquiatr.**, v. 55, n. 1, p. 20-25, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Hemofilia**. 2ª ed, 1ª reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Perfil das coagulopatias hereditárias: 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CASTRO, E. K.; PICCININ, C. A. Implicações da doença orgânica crônica na infância para as relações familiares: algumas questões teóricas. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 15, n. 3, p. 625-635, 2002.

COVAS, D. T. **Produção Nacional de Fator VIII da Coagulação**. Ribeirão Preto. São Paulo. 2012. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/spl/2017/07/Acessorio/1000050996_1000084540_Acessorio.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

DE PAULA, E. M. A. T. *et al.* Concepções das crianças sobre hemofilia, direitos e formação de professores: o trabalho da educação social em saúde. In: MONTEIRO, S. A. S. (Org.). **Filosofia, política, educação, direito e sociedade** v3. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 9-17. Disponível em:
<<https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/02/e-book-Filosofia-Pol%C3%ADtica-Educa%C3%A7%C3%A3o-Direito-e-Sociedade-3.pdf>> Acesso em 23 ago. 2019.

DUARTE, B. S.; BATISTA, C. V. M. Desenvolvimento infantil: importância das atividades operacionais na educação infantil. In: SEMANA DA EDUCAÇÃO, 16, 2015, Londrina. **Anais...** Londrina, 2015, p. 292-306.

GALANTE, G. A. *et al.* Avaliação do alinhamento postural e do desempenho em atividades funcionais de crianças hemofílicas em idade inferior a sete anos, com e sem sinovite crônica: correlação com a incidência de hemartroses. **Rev. bras. fisioter.**, v. 10, n. 2, p. 171-176, 2006.

MATSUNAGA, R. M; MOARES, R. L. O.; BORGES, M. A. F. desenvolvimento de um jogo educativo para crianças com hemofilia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 2, 2013, Limeira. **Anais...** Limeira, 2013. Disponível em: <<https://br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/2657/0>>. Acesso em 22 nov. 2019.

MOURA, T. A. *et al.* Desafios enfrentados no dia-a-dia de uma pessoa hemofílica: um estudo bibliográfico. In: JORNADA INTERIORANA DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA, 19, 2015, Sobral. **Anais...** Sobral, 2015. Disponível em: <<http://www.hemoce.ce.gov.br/images/PDF/desafios%20enfrentados%20no%20dia-a-dia%20de%20uma%20pessoa%20hemofilica.pdf>>. Acesso em 15 out. 2019.

RAAB, L. C. S. Proposta de um MOOC (Massive Open Online Course): entendendo a hemofilia - capacitando professores para convivência com alunos hemofílicos. **Revista Redin.**, v. 6, n. 1, 2017.

SOUSA, D. P. *et al.* Hemofilia: uma revisão para o enfermeiro. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 6, n. 18, p. 79-92, 2008.

VIDAL, T. O.; ALMEIDA, F. A. Hemofilia na infância: o impacto da doença sobre a atuação dos pais na educação da criança. **Revista Einstein**, v. 6, n. 2, p. 188-194, 2008.

YOUNG, M. E. **Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano**: investindo no futuro de nossas crianças - São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 15/11/2020
Aprovado em: 03/12/2020

O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

THE NURSING PROFESSIONAL FACING VIOLENCE AGAINST THE ELDERLY PERSON

João Marcos Teixeira Chaves: Bacharel em enfermagem. Faculdade Vale do Cricaré.
jmteixeira158@gmail.com.

Resumo: O objetivo deste trabalho foi de analisar por meio de uma revisão bibliográfica as concepções dos profissionais de enfermagem atuantes em Unidades Saúde quanto à detecção e prevenção de idosos que sofrem violência. O levantamento de dados relevantes à pesquisa foi elaborado através de uma revisão bibliográfica, no qual é realizada a partir de material já elaborado, constituído de livros, sites e artigos científicos. Foram adotados autores consagrados, que possuem uma vasta experiência sobre o assunto abordado. Desta forma conclui-se que a população idosa precisa ser informada de forma educativa e simples sobre todas as nuances da violência e instruídas, por conseguinte, a denunciar e buscar mecanismos de proteção e suporte social, minimizando vulnerabilidades e possibilitando uma vida com qualidade, saúde, tranquilidade e dignidade. E quanto aos prontos atendimentos merece atenção sui generis os serviços de emergência e os postos de saúde, por constituírem a acesso de chegada de vítimas de violência.

Palavras-chave: Maus Tratos ao Idoso. Violência. Enfermagem.

Abstract: The objective of this work was to analyze it through a bibliographic review as conceptions of nursing professionals working in Health Units regarding the detection and prevention of elderly people who protect violence. The survey of data relevant to the research was carried out through a bibliographic review, which is not based on material already prepared, consisting of books, websites and scientific articles. Consecrated authors were adopted, who have extensive experience on the subject addressed. Thus, it is concluded that an elderly population needs to be educated in an educative and simple way about all the nuances of violence and instructions, consequently, to denounce and seek protection and social support mechanisms, minimizing vulnerabilities and enabling a quality, healthy life, tranquility and dignity. As for emergency care, emergency services and health centers deserve special attention, as they provide access to violence.

Keywords: Mistreatment of the Elderly. Violence. Nursing.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano tem motivado discussões e reflexões na busca de melhor compreensão sobre os condicionantes desse processo, em função das alterações do panorama populacional mundial e local. O alcance da longevidade, independente da presença de doenças, se tornou mais frequente na população.

O envelhecimento populacional é uma resposta à mudança de alguns indicadores de saúde, especialmente a queda da fecundidade e da mortalidade e o aumento da esperança de vida. Não é homogêneo para todos os seres humanos, sofrendo influência dos processos de discriminação e exclusão associados ao gênero, à etnia, ao racismo, às condições sociais e econômicas, à região geográfica de origem e à localização de moradia.

No Brasil, a maioria dos idosos moram com a família, sendo esta considerada a principal fonte provedora de cuidados. O cuidador é aquele que é responsável pela pessoa doente ou dependente, facilitando o exercício de suas atividades diárias, como alimentação, higiene pessoal, aplicação de medicação de rotina e acompanhamento junto aos serviços de saúde entre outros, exceto a realização de técnicas ou procedimentos identificados como exclusivos de outras profissões legalmente estabelecidas.

A incidência elevada de violências contra a pessoa idosa relatados nos dados estatísticos e nas bibliografias de âmbito nacional e internacional bem como a ausência de uma assistência qualificada e direcionada para o tema nos serviços de saúde direcionam para a pergunta problema que direciona está pesquisa: O paciente que apresenta sinais de abuso ou mesmo os que comunicam maus-tratos são assistidos considerando suas individualidades ou se perdem na burocracia do atendimento técnico-profissional? Será que o modo como os profissionais de saúde percebe a violência afetaria a assistência prestada?

Profissionais não qualificados para o atendimento ao idoso que sofre violência, podem contribuir para o aumento da incidência de violência contra estes idosos, desta maneira a violência contra a pessoa idosa traz consequências negativas para o idoso, sua família e os serviços de saúde e por fim que a violência contra a pessoa idosa se apresenta sobre vários tipos de maus tratos.

O objetivo geral deste trabalho é de analisar por meio de uma revisão bibliográfica as concepções dos profissionais de enfermagem atuantes em Unidades Saúde quanto à detecção e prevenção de idosos que sofrem violência. E para alcançar esse objetivo alabou-se os seguintes objetivos específicos: conhecer a concepção dos enfermeiros acerca das formas de violência contra a pessoa idosa; descrever a concepção que os profissionais possuem sobre violência contra a pessoa idosa e identificar as formas de expressão das violências praticadas contra os idosos.

Ao considerar que o enfermeiro tem um papel fundamental no processo de identificação da violência contra o idoso, sobretudo por ser o profissional que está em contato direto com o idoso tanto na atenção básica, quanto no atendimento hospitalar, vislumbrou-se a necessidade de enveredar e aprofundar os estudos acerca da violência sofrida pelos idosos.

2 MÉTODOS

Segundo Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. até meios de comunicação oral. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito sobre determinado assunto.

Para Severino (2010, p. 122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realizam a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livro, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Contudo a metodologia utilizada para a realização deste artigo foi uma revisão bibliográfica com a finalidade de proporcionar maior familiaridade com o tema em questão. O levantamento de dados relevantes à pesquisa foi elaborado através de bibliografias, ou seja, a partir de material já elaborado, constituído de livros, sites e artigos científicos. Foram adotados autores consagrados, que possuem uma vasta experiência sobre o assunto abordado.

3 ESTRATÉGIAS PARA IDENTIFICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA PELOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

A Organização Mundial de Saúde – OMS (2015) prevê que até o ano de 2025, o Brasil será o sexto país em número de idosos, e que haverá um aumento acelerado. O país se prepara para o envelhecimento de sua população, instituindo dispositivos legais como a Constituição Federal, Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, que oferecem amparo à pessoa idosa, contribuindo para prevalecer à responsabilidade do núcleo familiar sobre a proteção e o sustento de seus idosos, assim como a questão dos maus-tratos passa a contar com um instrumento legal, com previsão de pena caso não seja respeitado (SENA, 2016).

A rede de atenção primária a saúde funciona como porta de entrada para os serviços públicos da saúde, configurando-se como importante estratégia na identificação de casos de violência familiar, mas, mesmo que sejam evidenciados a incorporação para a efetivação de políticas públicas em suas rotinas de trabalho, muitos profissionais ainda sentem dificuldades em sua execução, muitas vezes pela falta de preparo e o sentimento de impotência, que surge quando o profissional se depara com a questão e não se sente suficientemente capacitado para abordá-la

Detectar a ocorrência de violência doméstica contra a pessoa idosa não é, na maioria das vezes, uma tarefa fácil. Este é um fenômeno que costuma ser velado e oculto pelos seus protagonistas – vítimas e agressores. Porém, identificar a violência é uma necessidade e responsabilidade também dos profissionais de saúde, que devem estar conscientes de que enfrentarão desafios, e que precisarão superar dificuldades para assegurar a atenção integral à saúde do idoso (SÃO PAULO, 2007).

Independente da esfera em que atue, como ativo partícipe da equipe de saúde, o enfermeiro deve promover intervenções imediatas de cuidados para atender aos déficits e necessidades humanas básicas afetados no universo do idoso vitimado, deve planejar assistência e respectivos cuidados a serem prestados e orientados aos cuidadores domiciliares, em consonância com a Estratégia Saúde da Família, equipes que atuam em maior proximidade com entes familiares nas comunidades (TURNER, 2001).

De acordo com Reis (2014) em caso de omissão de maus tratos contra a pessoa idosa por parte de um profissional de saúde, este está passível de multa, prevenido no art. 57 do Estatuto do Idoso que pode ser medido em cima do agravo tolerado pela pessoa idosa e em casos de recidiva sendo que este valor por até mesmo ser duplicado, enquanto o art. 19 dispõe sobre a obrigatoriedade do profissional de comunicar os casos as autoridades competentes. Reforçando a importância de se comunicar a agressão aos órgãos competentes o estatuto no seu artigo 4º contempla que: “Nenhum idoso será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos” (BRASIL, 2003, p 154).

Durante a sua formação profissional os profissionais de saúde como corrobora Figueroa (2007) necessitam ser instruídos a sempre se basear em valores éticos e morais, é extremamente importante que tais despertem a sensibilidade quanto ao próximo, principalmente aos que de forma indefesa sofram violência e injustiças praticada contra a vida. É necessário que o profissional de saúde não se comporte de forma negligente para evitar problemas com familiares, ou até mesmo superiores com práticas de negligência e abuso, pois este é um fato que acontece com frequência no meio da saúde (FIGUEROA, 2007).

De acordo com Figueiroa (2007) existem elementos éticos que são de suma importância para que os profissionais de saúde enfrentem a violência contra a pessoa idosa, uma delas é o reconhecimento da dignidade das pessoas, incluindo o respeito por ser humano, ou seja, tendo empatia. Entretanto vale ressaltar que não é somente papel do profissional de saúde combater ou identificar algum tipo de violência sofrida pela pessoa idosa, mas sim toda a sociedade, pessoas envolvidas com estes, pois o que realmente importa é diminuir ou sanar o sofrimento destes idosos que sofrem com a violência em todas as esferas da sociedade (FIGUEROA, 2007).

Muitos profissionais de saúde se sentem inseguros em confirmar um caso de violência, principalmente quando esta não deixa lesões aparentes. A omissão do idoso e, muitas vezes, da família faz com que o julgamento do profissional seja baseado, sobretudo, em fatores subjetivos (psicológicos), o que leva à insegurança na tomada de decisão uma vez que existe uma tendência à valorização das lesões físicas como comprovação de ato violento.

3.1 TIPOS DE VIOLÊNCIAS CONTRA A PESSOA IDOSA

As formas de violência aparecem combinadas em um contexto crescente de dificuldades enfrentadas entre as partes envolvidas, sendo raro, segundo os enfermeiros, observar um só tipo de violência acontecer isoladamente (BRASIL, 2014).

Partido dessa premissa institucional e estrutural, a violência contra o idoso caracteriza-se e manifesta-se em vários espaços, desde as ruas, com a falta de adaptação de equipamentos que ofereçam maior segurança; no trânsito, na falta de sinalização, na não priorização de ferramentas que demandem facilidade no acesso e locomoção nos diversos espaços sociais. As instituições públicas e privadas, como os órgãos de convênios e planos de saúde, têm sido motivo de insatisfação para os idosos, pelos expressivos preços cobrados e a falta de amparo em momentos decisivos (Brasil, 2014).

Mascarenhas (2012) salienta a importância de a equipe de saúde estar devidamente treinada e preparada para saber identificar lesões a pessoas idosas, identificando os sinais de maus tratos, somente desta forma com um bom treinamento saberão como intervir e quais protocolos seguir para preservar a saúde e integridade física ou mental da pessoa idosa.

A violência Física: também conhecida como abuso físico ou maus tratos físicos, são formas de tratar a imposição da força em pessoas idosas para que elas façam o que não desejam, ou até mesmo com a finalidade de provocar dor que pode culminar a morte. Minayo (2005) salienta que esse tipo de abuso também pode ser de cunho sexual, tanto homo como heterossexual, estes atos podem ter a finalidade de se obter excitação, até mesmo relações sexuais sem consentimento ou práticas eróticas por meio de coação ou violência física.

Violência psicológica: corresponde a agressões com palavras, ou gestos com intuito de deixar a pessoa idosa com medo e acuada, tirando-a a sua liberdade do convívio social, menosprezando-os ou tratando-os de forma indiferente. Todas essas ações resultam de acordo com Born (2008) resultando em intenso sofrimento mental, corroborando ainda que existem diversas formas de violência psicológica como por exemplo o sofrimento mental causado pela falta de carinho, afeição e afeto

por parte dos cuidadores. Os idosos financeiramente mais desprovidos são os que mais sofrem com esse tipo de violência, pois com a falta do dinheiro para seu sustento, ou despesas médicas e remédios, acabam sendo considerados um fardo para as famílias, com isso desencadeando um sofrimento psicológico profundo (BORN, 2008).

Tortura: ato de coagir alguém com emprego de força, para obter algum tipo de benefício como confissão, informações. Sendo que a tortura também pode ser imposta de maneira de discriminatória por não respeito a cultura ou religião do idoso (MINAYO, 2005).

Tráfico de seres humanos: compreende o recrutamento, o rapto, a transferência, o alojamento de pessoas, recorrendo à ameaça, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade, ao uso da força ou a outras formas de coerção, ou à situação de vulnerabilidade, para exercer prostituição, ou trabalho sem remuneração, escravo ou de servidão, ou para remoção e comercialização de órgãos, com emprego ou não de força física (MINAYO, 2005).

Violência financeira (econômica): este tipo de violência incide na apropriação não autorizada dos recursos dos idosos tanto patrimoniais como financeiros, como aposentadoria e benefícios, bem como a exploração de tais para obter algum tipo de recurso por meio de chantagem emocional ou até mesmo física (MINAYO, 2005).

A violência por abandono: esta violência é caracterizada pela ausência de proteção e assistência, tanto por parte do estado como por parte da família. De acordo com Minayo (2005) o abandono se caracteriza quando o idoso é retirado do seio da família, e colocando em um cômodo a parte, seja abrigos, casas de repouso sem que tenha a supervisão e cuidados necessários. Geralmente os idosos são colocados em casas de repouso contra a sua vontade, o que causa grande tristeza emocional em tal, pois os familiares transferem a responsabilidade de cuidar de dar afeito e carinho a uma instituição para cuidar apenas das necessidades básicas de tais (MINAYO, 2005).

Negligência: é a forma de violência que apresenta o maior número de situações em todo o país, é caracterizada pela omissão ou recusa ao que se refere aos cuidados de que necessitam os idosos. A negligência pode partir dos responsáveis familiares e institucionais e normalmente essa violência

acontece em associação a outros tipos de violência. Born (2008, p. 40) destaca algumas formas, através das quais, a negligência pode se manifestar: nos serviços públicos, através da inoperância dos órgãos de vigilância sanitária na fiscalização dos abrigos e clínicas que atentem essa parcela da população.

Intervenção legal: ato violento praticado durante intervenção por agente legal público, isto é, representante do Estado, polícia ou de outro agente da lei no uso da sua função. (BRASIL, 2011)

Violência Medicamentosa: é administração por familiares, cuidadores e profissionais dos medicamentos prescritos, de forma errônea, aumentando, diminuindo ou excluindo os medicamentos que o idoso necessita para o controle e qualidade de sua saúde.

Violência institucional: refere-se a um tipo de relação existente nos abrigos e instituições de serviços, privadas ou públicas, nos quais se negam ou atrasa o acesso, não se leva em conta a prioridade legal, não se ouve com paciência, devolve-se para casa, humilha-se por incontinência ou alguma perda, infantiliza-se o idoso, hostiliza-se a pessoa idosa, não se ouve sua palavra e não se respeita sua autonomia (FALEIROS, 2005).

Por fim Born, (2008, p. 46) afirma que a violência contra a pessoa idosa é um desafio que precisa ser superado com o apoio de toda a sociedade. Devemos criar uma cultura em que envelhecer seja aceito como parte natural do ciclo de vida, as atitudes antienvelhecimento e culto a juventude sejam desencorajadas, para que assim, as pessoas idosas tenham o direito de viver com dignidade, livres de abuso e exploração e seja dada a elas a oportunidade de participar plenamente da vida social.

3.1.1. Conduta utilizada pelo enfermeiro após constatação de uma suspeita de violência

Por certo, que a enfermagem tem papel fundamental na preservação da integridade da pessoa idosa e na identificação de situações de violência, no entanto, é importante salientar que para a definição das melhores intervenções a equipe de enfermagem deve primeiramente compreender que existe todo um plano de fundo

para que uma ação culmine em violência e isso inclui o ambiente, a situação econômica, a condição de saúde entre outros fatores (SENA, 2016).

As visitas domiciliares, por sua vez, revelam-se como ações de grande importância para os enfermeiros presentes na estratégia saúde da família, pois garantem uma maior afinidade com todo o processo de cuidado que aquele indivíduo está submetido, aproximando-se das suas necessidades básicas de acordo com suas características sociodemográficas. Tal processo de conhecimento e, por consequência, de criação de vínculo é bem aceito por parte do próprio paciente e, geralmente, pela família (ROCHA et al., 2010).

A OMS considera a notificação de casos de violência contra idosos como uma forma de intervenção, sendo assim, “a redução da subnotificação, bem como a melhoria da qualidade dos registros, é essencial para o conhecimento da magnitude das situações de violência” (MASCARENHAS et al., 2012, p. 2339).

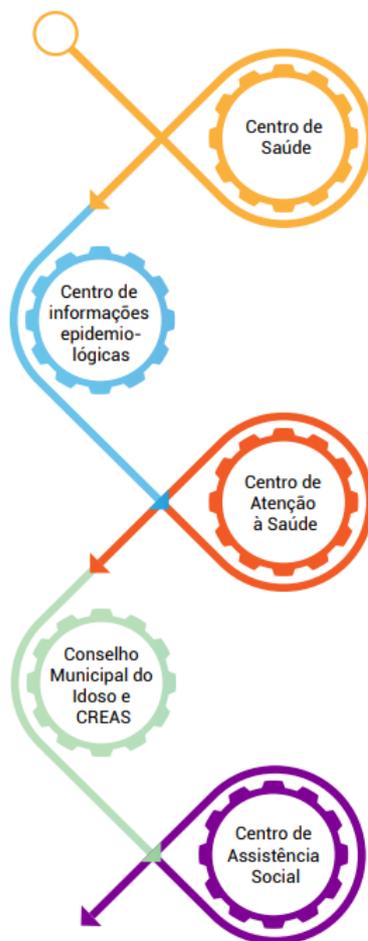
Entretanto de acordo com Garbin et al (2015) o caráter protetivo da notificação de suspeita de violações, que a notificação não é sinônimo de denúncia, e que protege também o profissional de responsabilização por omissão ou negligência, se a situação em relação ao idoso for agravada. Além disso, não existem dificuldades práticas, visto que os procedimentos seguem os “Mesmos princípios de qualquer notificação compulsória de agravos já utilizada na saúde pública, o seu trâmite deverá iniciar na unidade de saúde notificadora para os órgãos competentes” (GARBIN, et al., 2015, p.1883).

Para fazer a notificação, o profissional de saúde precisa preencher uma via da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada, instrumento de coleta epidemiológica padronizado pelo Ministério da Saúde. Além desta, deve ainda ser preenchida a Ficha Protetiva de Notificação de Suspeita de Violência Contra a Pessoa. Após o preenchimento, encaminhar para Gerência de Epidemiologia do distrito/ município. Esta gerência deverá enviar à Gerência Regional de Assistência Social, com cópia para o Conselho Municipal do Idoso (CMI), quando existir (OLIVEIRA et al. 2012).

Os serviços que acolhem os idosos, vítimas de violência, devem ser organizados de forma a atender de forma eficaz e oferecer a devida atenção a esse grupo etário em todos os níveis, com a oferta de procedimentos apropriados por meio de profissionais preparados e sensibilizados, garantindo o acesso e

acessibilidade, o respeito e dignidade, condições imprescindíveis para garantir o direito à saúde (SENA, 2016). Todas as formas de violência contra os idosos devem ser enfrentadas, combatidas e denunciadas, de acordo com o Estatuto do Idoso, que garante os direitos dos idosos (BRASIL, 2014).

Figura 1 – O fluxo de notificação deve ser discutido a partir da rede do local



Fonte: Oliveira *et al.*, 2012

Para se considerar uma suspeita de violência, deve-se observar múltiplas situações, condutas, sinais e sintomas na pessoa idosa. Uma escuta atenta e acolhedora às queixas da pessoa idosa pode auxiliar, porém uma suspeita de violência não confirma o fato em si. Desta forma, é preciso acompanhar o idoso, bem como buscar mais informações para confirmação ou não da violência (KRUG, 2002).

4 CONCLUSÃO

A nítida fragilidade nas medidas de vigilância contra as violências com idosos identificada no estudo suscita urgentemente uma vigilância mais eficaz, além de uma capacitação dos profissionais envolvidos na atenção ao idoso, especialmente àqueles da saúde, quanto ao reconhecimento dessas violências. Ademais, a população idosa precisa ser informada de forma educativa e simples sobre todas as nuances da violência e instruídas, por conseguinte, a denunciar e buscar mecanismos de proteção e suporte social, minimizando vulnerabilidades e possibilitando uma vida com qualidade, saúde, tranquilidade e dignidade.

O objetivo desta pesquisa foi alcançado visto que permitiu levantar um material criterioso acerca da violência contra os idosos, caracterizando essas violências, discutiu-se sobre o papel da enfermagem frente a esta problemática e em como este pode agir juntamente com uma equipe multidisciplinar afim de garantir os direitos e a saúde da pessoa idosa que sofre agressão.

Ressalta-se que a não identificação nos casos de violência é uma grave complicação de saúde pública e que merece completa atenção da sociedade para o seu combate. Pois além de impedir a naturalização dessas situações pode ser uma forma de impedir que várias vítimas idosas encontrem uma explicação que justifica a violência sofrida.

É preciso que a enfermagem esteja capacitada para o acolhimento ao idoso vitimizado, uma vez que é de extrema valia que o profissional de saúde saiba identificar o idoso que precisa de atendimento, no esforço de solicitar soluções para o problema de maus tratos e mais tipos de violência. Merece atenção *sui generis* os serviços de emergência e os postos de saúde, por constituírem a acesso de chegada de vítimas de violência.

REFERÊNCIAS

BORN T. **Cuidar melhor e evitar a violência: Manual do cuidador da pessoa idosa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Brasil: manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar.** Texto de Maria Cecília de Souza Minayo. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

BRASIL. (2014). **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (90p.). Acesso em: de:<
<http://www.cedi.pr.gov.br/arquivos/File/CEDI/ManualViolencialdosogovfedweb.pdf>>.
Acessado 01 de Novembro de 2020.

BRASIL, Lei N. 10.471, de 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e da outras providencias.** In: Presidência da República. Portal Legislação. Diário Oficial da União, Brasília-DF, outubro de 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FIGUEROA, AA. **Aspecto éticos vulneráveis em situações de violência: sua importância em na formação da enfermagem.** Invest. educ. enferm.[serial online] [cited 2007 julho 10] ; 23 (2):104-116

GARBIN, C. A. S. et al. **Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento.** Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n6/1413-8123-csc-20-06-1879.pdf>>. Acesso em: 03 de nov. 2020.

KRUG, E. G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: OMS, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 2009.

MASCARENHAS, M. D. M.; ANDRADELL, S. S. C. A.; NEVES, A. C. M.; PEDROSA, A. A. G.; SILVA, M. M. A.; MALTA, D. C. **Violência contra a pessoa idosa: análise das notificações realizadas no setor saúde-Brasil, 2010.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, p. 2331-2341, 2012

MINAYO M.C.S. **Violência, um problema para a saúde dos brasileiros: introdução.** In: Souza E.R; MINAYO M.C. S, organizadores. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2005. p.9-33.

OLIVEIRA, M. L. C. et al. **Características dos idosos vítimas de violência doméstica no Distrito Federal.** Rev. bras. geriatr. gerontol., v. 15, n. 3, p. 555-566, set. 2012.

Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**.
Brasília, DF, OPAS. 2015

REIS LA, Gomes NP, REIS LA, Menezes TM, Carneiro JB. **Expressão da violência intrafamiliar contra idosos**. Acta Paul Enferm. 2014; 27(5): 434-439.

ROCHA, Francisca Cecília Viana et al. **O cuidado do enfermeiro ao idoso na estratégia saúde da família**. Rev. enferm. UERJ, 2011. p. 186-191.
Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v19n2/v19n2a03.pdf>> . Acesso em: 03 de Nov. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. **Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde**. CODEPPS. Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais. São Paulo: SMS, 2007

Sena MMS, Costa TAR. **A violência contra a pessoa idosa, correlacionada com o Estatuto do Idoso**: Análise do ponto de vista Criminal, Análise do I congresso rondoniense de carreiras Jurídicas. 2016. Porto Velho, p. 236-254.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2010.

TURNER JT et al,. **Medir a qualidade do atendimento com um paciente internado população idosa**. A enfermeira de recursos geriátricos modelo. J Gerontol Nurs. Março de 2001; 27 (3): 8-18.

Wanderbroocke ACNS, Moré CLOO. **Abordagem profissional da violência familiar contra o idoso em uma unidade básica de saúde**. Cad Saúde Pública. 2013 dez;29(12):2513-22.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 18/11/2020
Aprovado em: 03/12/2020

PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE MORTE FETAL: REVISÃO NARRATIVA

ROLE OF NURSES IN THE PREVENTION OF FETAL DEATH: A LITERATURE REVIEW

Brenda Emanuela Ribeiro: Acadêmica do 6º período de enfermagem. Faculdade Vale do Cricaré - FVC. brendaemanuella2013@gmail.com

Eliana Brommenschenkel Gonçalves: Acadêmica do 6º período de enfermagem da Faculdade Vale do Cricaré - FVC. elianabrommens@gmail.com

Kharen Neves da Silva de Souza: Acadêmica do 6º período de enfermagem da Faculdade Vale do Cricaré - FVC. khareneves@gmail.com

Angelina Rafaela Debortoli Spinasse: Docente do curso de enfermagem da faculdade Vale do Cricaré – FVC. rafaeladebortoli@hotmail.com

Resumo: O nascimento é definido como a completa expulsão do produto da concepção do organismo materno. A vida é considerada presente quando o recém-nascido apresenta qualquer sinal vital, seja batimentos cardíacos, pulsão do cordão umbilical ou movimentos voluntários dos músculos. **Objetivo:** Trata-se de uma revisão narrativa com o objetivo de reunir e sintetizar resultados sobre o assunto abordado, de forma sistemática para o aprofundamento do conhecimento, a união de múltiplos estudos possibilitando conclusões gerais sobre o tema revisado. **Resultados:** Foram recrutados três artigos científicos que descrevem os fatores de risco identificados para a ocorrência da morte fetal, para que a equipe de enfermagem possa intervir antes que a morte fetal seja confirmada. **Conclusão:** O pré-natal é de suma importância à prevenção da morte fetal. O papel do enfermeiro é essencial principalmente nas consultas de enfermagem, nos aconselhamentos e na detecção de uma possível morte fetal, contudo a capacitação desse profissional é fundamental.

Palavras-chave: Cuidados de enfermagem. Morte Fetal. Prevenção. Gestação.

Abstract: Introduction: Birth is defined as the complete expulsion of the product of conception from the maternal organism. Life is considered to be present when the newborn has any vital signs, be it heartbeat, umbilical cord pulse or voluntary muscle movements. **Objective:** This is a narrative review with the objective of gathering and synthesizing results on the subject addressed, in a systematic way for the deepening of knowledge, the union of multiple studies enabling general conclusions on the subject reviewed. **Result:** Three scientific articles were recruited that describe the risk factors identified for the occurrence of fetal death, so that the nursing team can intervene before fetal death is confirmed. **Conclusion:** Prenatal care is of paramount importance in preventing fetal death. The role of the nurse is essential mainly in

nursing consultations, in counseling and in the detection of a possible fetal death. However, the training of this professional is essential.

Keywords: Nursing care. Fetal death. Prevention. Gestation.

1 INTRODUÇÃO

O nascimento é definido como a completa expulsão do produto da concepção do organismo materno. A vida é considerada presente quando o recém-nascido apresenta qualquer sinal vital, seja batimentos cardíacos, pulsão do cordão umbilical ou movimentos voluntários dos músculos. A partir dessa confirmação de sinais vitais presentes, uma vida é iniciada. No entanto, quando o feto não apresenta sinais de vida, a morte fetal é indicada mesmo antes da expulsão completa do organismo materno, podendo ter causas variadas. A mortalidade fetal pode ser classificada em precoce (entre a concepção e a 20^o semana de gestação, quando o feto tem aproximadamente 500g), intermediária (entre a 20^o e a 28^o semana, quando o feto tem entre 500g e 1000g) e tardia (entre 28^o semanas ao parto, quando o feto tem 1000g ou mais) (MENEZZI et al., 2016).

Aproximadamente, 2,6 milhões de óbitos fetais foram registrados em 2015 a nível mundial, se tornando alvo de preocupação da OMS (Organização mundial da Saúde) em países sub-desenvolvidos e em desenvolvimento (MAZOTTI et al., 2016).

Inúmeras causas podem resultar em óbito fetal, entre elas estão as infecções maternas na gestação, doenças maternas como sífilis, soropositividade com baixa contagem de CD4+, malária, diabetes e hipertensão, anomalias congênitas, asfixia e trauma do nascimento, complicações placentárias, umbilicais, amnióticas, uterinas e restrição do crescimento o fetal, sendo uma das principais causas as infecções neonatais, intimamente relacionada com infecções maternas. Além disso, o óbito fetal pode estar relacionado à pobreza e falta de educação, sobrepeso e idade materna (> 35 ou <20 anos), paridade (≥ 5), tabagismo, falta de cuidados pré-natais, e prevalência de natimorto em gestação (MENEZZI et al., 2016).

As consequências da morte fetal podem ser graves, principalmente para a saúde psicológica da gestante, podendo levar a transtornos clínicos, obstétricos e emocionais.

Sabendo que a enfermagem lida diretamente com a vida e doença dos pacientes, o conhecimento sobre morte fetal se faz necessário para quem trabalha com a assistência materno-infantil, pois mesmo não sendo um problema previsível, é passível de ações profiláticas em situações de risco que podem evoluir para o óbito fetal, portanto, o enfermeiro deve estar capacitado para identificar esses riscos ainda no pré-natal, encaminhar a gestante, se necessário, ao pré-natal de alto risco, observar possíveis riscos fisiológicos, psicológicos ou ambientais em que a gestante vive, fazer o acompanhamento do parceiro também, quando necessário. A assistência perinatal é importante nesse contexto, visto que grandes partes dos óbitos fetais ocorrem no momento do parto ou devido a traumas decorrentes ao trabalho de parto. A assistência pós-natal também se faz presente nas ações preventivas (MAZOTTI, 2015).

Considerando que o conhecimento sobre a epidemiologia da morte fetal, suas principais causas e consequências se fazem necessárias para permitir a identificação dos fatores determinantes para a morte fetal, pois direcionam a equipe de enfermagem na adoção de medidas que resolvam tal problema, focando na saúde materno-infantil, ou seja, com condutas que devem ser colocadas em prática de acordo com os problemas de risco identificadas. Diante disso, principal objetivo é descrever detalhadamente os fatores de risco para ocorrência da morte fetal e a atuação do enfermeiro para prevenção do óbito.

2 MÉTODOS

Realizou-se uma revisão narrativa com o objetivo de reunir e sintetizar resultados sobre o assunto abordado, de forma sistemática para o aprofundamento do conhecimento, a união de múltiplos estudos possibilitando conclusões gerais sobre o tema revisado.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. (ROTHER, 2007)

Após a definição do objetivo, foram selecionados artigos científicos de publicação entre 2011 e 2018 que buscavam explicar quais os principais fatores de

risco para morte fetal, bem como as consequências trazidas para a saúde psicossocial materna e família.

Realizou-se leituras de títulos e resumos que se enquadravam no assunto buscado. Logo após, houve o recrutamento de três artigos científicos, bem como o manual de vigilância do óbito Infantil e fetal e do comitê de prevenção do óbito infantil e fetal do ministério da saúde para a construção de uma revisão narrativa

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define morte fetal como a morte de um produto da concepção, antes da expulsão ou da extração completa do organismo materno. Indica o óbito, o fato do feto, depois da separação, não respirar nem apresentar nenhum sinal de vida, como batimentos cardíacos, pulsações do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos músculos de contração voluntária (BRASIL, 2010).

A definição original do óbito fetal pela Organização Mundial de Saúde (OMS) pontuava seu início na 28ª semana de gestação, equivalendo a um peso fetal igual ou superior a 1.000 gramas. Entretanto, face aos avanços tecnológicos da Obstetrícia e da Neonatologia, permitindo a sobrevivência extrauterina de conceptos com idade gestacional cada vez menor, esse conceito foi reformulado na publicação da 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10) que classifica óbitos fetais precoces (22-28 semanas ou 500 a 1000 gramas) e óbitos fetais tardios (após 28 semanas ou peso superior a 1000 gramas) (ANDRADE et al., 2010; HAMID et al., 2014).

Os óbitos fetais podem ser classificados de acordo com o período de sua ocorrência em anteparto (antes do trabalho de parto) ou intraparto (durante o trabalho de parto e parto). Uma forma de contribuir para essa classificação é a descrição das características do feto de forma a identificar há quanto tempo ocorreu a morte fetal, se há menos de 12h (durante o trabalho de parto) ou mais de 12h (feto com sinais de maceração) (MARTINS, 2010).

Globalmente, pelo menos 2,65 milhões de natimortos ocorrem todos os anos, dos quais mais de metade durante o período anteparto. A proporção de óbitos fetais intraparto declinou substancialmente com a melhoria da atenção obstétrica (NELIN

et al., 2015). Alguns estudos sugerem que a frequência dos óbitos fetais no período anteparto reflete maior deficiência no pré-natal e nas condições de acesso à maternidade (ANDRADE *et al.*, 2010; HOLANDA, 2013).

Entretanto, o óbito intraparto é considerado um marcador sensível de atraso e baixa qualidade do atendimento ao parto. Reflete a escassez de monitorização intraparto e atrasos na assistência ao parto de um feto comprometido; além disso, a mulher que tem um natimorto está em risco de complicação obstétrica ou morte 25 (MARTINS, 2010; ASSIS, 2013).

Melhorias no acesso aos cuidados intraparto de alta qualidade são essenciais para a redução de natimortos evitáveis, com benefícios adicionados de uma redução de 46% das mortes maternas durante o parto (LAWN et al. 2016).

Do ponto de vista epidemiológico, o estudo dos óbitos fetais em relação a diferentes variáveis maternas e perinatais permite diferenciar fatores de risco, alguns potencialmente modificáveis antes do início da gestação, no período pré-natal e de assistência ao parto (HOLANDA, 2013)

4 RESULTADOS

Foram recrutados três artigos científicos como objetivo de descrever os fatores de risco identificados para a ocorrência da morte fetal, para que a equipe de enfermagem possa intervir antes que a morte fetal seja confirmada.

A tabela abaixo mostra os resultados obtidos a partir desses artigos, para a resposta do objetivo inicialmente proposto (Tabela 1).

Tabela 1 – Resultados obtidos a partir da análise de artigos científicos.

ANO	AUTORES	TÍTULO DO ESTUDO	SÍNTESE DO ESTUDO
2015	MAZOTTI, Bruna Ribeiro, <i>et al.</i>	Fatores epidemiológicos correlacionados ao risco para morte fetal: revisão integrativa da literatura	Principais fatores estão os de origem materna, por exemplo: Cor da pele preta ou parda; História prévia de nascido morto, Baixo peso, prematuridade e morbidades maternas. Os fatores sociais incluíram a agressão física na gestação, baixa escolaridade e condições

			socioeconômicas desfavoráveis.
2015	BARBEIRO, Fernanda Morena dos Santos, <i>et al.</i>	Óbitos fetais no Brasil: revisão sistemática	Os maiores riscos atribuíveis foram de pré-natal inadequado, crescimento intrauterino restrito, hipertensão materna e instabilidade conjugal. Mulheres hipertensas que seguem o pré-natal adequado apresentam menos riscos de óbito fetal que mulheres que não seguem o pré-natal adequado, ressaltando a falha na assistência à saúde da mulher.
2016	MENEZZI, América Maria Eleutério Dell, <i>et al.</i>	Vigilância do óbito fetal: estudo das principais causas	A maior parte dos óbitos fetais ocorrem após 37 semanas de gestação, e na maioria dos casos não foi possível detectar nenhum fator de risco associado ou até mesmo a associação de múltiplos fatores, o que dificulta a determinação da etiologia específica do óbito fetal.

5 DISCUSSÃO

De modo geral, foram selecionados artigos científicos que buscavam explicar quais os principais fatores de risco para morte fetal, bem como as consequências trazidas para a saúde psicossocial materna e familiar.

Os fatores de risco classificados como fetais, envolvem o baixo peso fetal e as malformações congênitas, sendo esta última, apontada como maior causa de óbito quando a causa se refere ao feto. As malformações congênitas fazem parte de uma associação de anomalias complexas em que seus efeitos cumulativos podem ser letais ainda intraútero, pois, fetos que sobrevivem com determinadas deformidades podem apresentar uma má evolução perinatal. Essa associação de malformações também pode se relacionar às elevadas taxas de partos prematuros e baixo peso ao nascer (MAZOTTI *et al.* 2015).

Os fatores de risco maternos podem estar associados a síndromes hemorrágicas durante a gestação (placenta prévia e descolamento prematuro da placenta). Muitas vezes, esses eventos estão associados a quadros hipertensivos, resultando frequentemente em baixo peso e prematuridade. A placenta prévia tem se mostrado como fator importante, se tornando uma intercorrência cada vez mais

frequente. As cesarianas, por sua vez, também aumentam significativamente o risco para o óbito fetal (MAZOTTI *et al.* 2015).

Quanto aos fatores sociais, estão as desigualdades raciais e econômicas, o que inclui também a dificuldade de acesso aos serviços e cuidados de saúde em um contexto geral, contribuindo para o desfecho desfavorável da gestação. O mau controle pré-natal e óbito fetal correlacionam-se ao baixo nível socioeconômico da população, a infraestrutura insuficiente e falta de recursos humanos qualificados nos setores de atenção primária no reconhecimento das peculiaridades e manuseio das gestantes de risco. A instabilidade conjugal se caracteriza como fatores de risco sociais, como também a agressão física que muitas mulheres estão expostas (MAZOTTI *et al.* 2015).

Segundo Barbeiro *et al.* (2015), as intercorrências de origem materna estão intimamente relacionadas as de origem social, como por exemplo, mulheres com síndromes hipertensivas acompanhadas de irregularidades no pré-natal apresentam risco mais elevado para o desenvolvimento de morte fetal do que mulheres com síndromes hipertensivas que seguem o pré-natal corretamente. O pré-natal, quando adequado é protetor e sua ausência ou baixo número de consultas aumenta o risco do óbito fetal. Os extremos de idade também mostraram fortes indicativos de risco, tendo sua maior ocorrência em mulheres menores de 18 anos, muitas vezes associados com instabilidade conjugal e/ou financeira, esses riscos se elevam. A associação de dois ou mais fatores é comum nos casos de morte fetal, mas isso dificulta a determinação da etiologia.

De acordo com Menezzi *et al.* (2016), a maior parte dos óbitos ocorrem após 37 semanas de gestação, não apresentando nenhum fator de risco associado (69,2%), sendo assim, imprevisíveis. A associação de duas ou mais intercorrências corresponderam à 11,5%, o que dificulta a determinação da etiologia específica do óbito fetal. A principal doença identificada foi a hipertensão/pré-eclampsia, correspondendo a 7,7% dos casos avaliados.

Segundo Amorim *et al.* (2010) os achados também abordaram algumas intervenções de enfermagem voltadas à mulher na fase reprodutiva. As intervenções mais citadas se relacionavam à consulta de enfermagem, à avaliação da suplementação do ácido fólico, as orientações educacionais em saúde a família e à

comunidade, ao planejamento familiar, acompanhamento por equipe multidisciplinar entre outros tipos de acompanhamento.

Segundo a Organização Mundial de Saúde a consulta de Enfermagem está regulamentada pela Lei nº7.498/86 e pelo Decreto nº94.406/87 que regulamenta esta Lei. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número adequado seria igual ou superior a seis consultas de pré-natal.

No estudo de Barcelos e Ferreira (2010), o atendimento à gestante é necessário para a elaboração e implantação de protocolos, para avaliar os riscos de antecedentes de mortalidade perinatal, malformação congênita, prematuridade, parto prematuro ou morte uterina. Entre as ações promovidas pelos enfermeiros, está a realização do exame físico geral e obstétrico, que consta com a palpação abdominal, ausculta da frequência cardíaca fetal e mensuração da altura uterina, peso, altura, pressão arterial, avaliações de mucosas, tireoide, avaliação das mamas, dos pulmões, do coração, do abdome e das extremidades.

Segundo Leite *et al.* (2006), o enfermeiro deve planejar as ações da assistência de enfermagem, baseada no perfil epidemiológico da população da área de abrangência da unidade básica de saúde, logo após a confirmação da gravidez, em consulta médica ou de enfermagem. O acompanhamento gestacional inicia-se por meio do cadastramento no SisPréNatal, sendo fornecidos o cartão da gestante, o número do cartão nacional da saúde, o hospital de referência para o parto, o calendário de vacinas e suas orientações para as solicitações dos exames de rotina. A assistência ao pré-natal tem como principal objetivo identificar as causas de fatores de riscos, identificando qualquer anormalidade presente. No qual o enfermeiro poderá prescrever medicamentos padronizados para o programa de pré-natal, sendo estes, o sulfato ferroso e ácido fólico.

Segundo Araújo *et al.* (2010), ainda que o pré-natal seja prioridade para o Ministério da Saúde é também atividade dos enfermeiros na ESF, existe problemas para que as mulheres cheguem na Unidade de Saúde, e os profissionais enfermeiros nem sempre atendem as consultas de forma certa, o que causa uma deficiência na qualidade do atendimento.

De acordo Carrara e Oliveira (2013), a satisfação das gestantes se dá por meio da qualidade do atendimento realizado pelos enfermeiros. É por meio dos esclarecimentos de dúvidas, das orientações dadas que o enfermeiro pode fazer a

diferença na vida da mulher e que esta pode compreender a importância da assistência de enfermagem no pré-natal. Assim, Spindola, Progianti e Penna (2012), afirmam que o diferencial da consulta de enfermagem está relacionada a escuta atenta do enfermeiro, além de ser também um momento que a gestante tem espaço para sanar dúvidas, e o enfermeiro estabelecer vínculo.

Para Moreira, Carvalho e Ribeiro (2012), a assistência que o enfermeiro dispensa às mulheres no pré-natal faz com que as gestantes tenham liberdade para se expressar, dessa forma, torna a consulta de enfermagem mais efetiva em relação ao acompanhamento da maioria dos outros profissionais que assistem a mulher na gestação, em especial, o médico.

6 CONCLUSÃO

Espera-se que esse artigo tenha contribuição que amplie o conhecimento dos profissionais de enfermagem, tendo uma conduta estratégica nas consultas e acompanhamentos dessa gestante diante dos riscos, buscando fortalecer as ações de educação em saúde e a criação de vínculo entre a gestante e o serviço de saúde.

Conclui-se que existe uma importância do profissional de enfermagem estar habilitado para essas ocorrências, agindo com estratégias para que ocorra uma assistência de qualidade, evitando assim um óbito fetal. Compreende-se que o profissional de enfermagem tendo uma ação preventiva de qualidade diante desses fatores que podem ocorrer, ele consegue intervir e ter um direcionamento positivo para conduzir essa gestante para ações que diminuem os riscos da perda do bebê.

Acredita-se que é importante a criação de espaços para desenvolver e praticar a educativa em saúde, objetivando tornar os profissionais de enfermagem eficientes na atuação como agentes de mudanças através da educação, melhorando não só a qualidade na assistência durante as consultas do pré-natal, mas em todos os procedimentos realizados na gestante.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. G.; AMORIM, M. M. R.; CUNHA, A. S. C.; LEITE, S. R. F.; VITAL, S. **A. Fatores associados à natimortalidade em uma maternidade escola em Pernambuco: estudo caso-controle.** Rev. Bras. Ginecol. Obstet. 2010; 31(6): 285-92.
- ASSIS, H. M. **Mortalidade fetal: um estudo para os óbitos evitáveis ocorridos no Município de Belo Horizonte, 2008-2010** [Tese] - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG - UFMG 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843>.
- BARBEIRO, Fernanda M.S.; et al. **Óbitos fetais no Brasil: revisão sistemática.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102015000100402&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 21 de maio de 2020
- BRASIL. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. Diretrizes para controle da sífilis congênita: manual de bolso.** 2a ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2010.
- HOLANDA, A. A. S. **Caracterização da mortalidade fetal em Pernambuco, de 2000 a 2011: causas e fatores associados.** Recife: 2013. 61 p. [Monografia]. Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2013holanda-aas.pdf>.
- LAWN, J.E. et al., Ending preventable stillbirths: rates, risk factors, and acceleration towards 2030, for The **Lancet Ending Preventable Stillbirths Series study group.** Volume 387, No. 10018, p. 587–603, 6 February 2016.
- MAZOTTI, Bruna R.; et al. **Fatores epidemiológicos correlacionados ao risco para morte fetal: revisão integrativa da literatura.** Disponível em: <<http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/221>> Acesso em: 21 de maio de 2020
- MENEZZI, América M. E. D. M.; et al. **Vigilância do óbito fetal: estudo das principais causas.** Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/155574/A07.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2020
- AMORIM, A.L. (2006). **Diferenciais nas taxas de mortalidade neonatal e natimortalidade hospitalares no Brasil: um estudo com base no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS).** Cad. Saúde Pública. São Paulo, v. 13, n. 24, p.7-27.
- LEITE, V., CARVALHO, E. M., BARRETO, K., & FALCÃO, I. (2006). **Morte fetal: Causas e fatores associados ao óbito fetal.** Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 6(1), 31-38.

Barcelos, J. L.; Ferreira, G.K. (2010). **Fatores de risco de natimortalidade em Fortaleza**: um estudo de caso-controle. v. 20 (6), p. 685-705

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 20/11/2020
Aprovado em: 03/12/2020

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A CRIANÇA COM ANEMIA FALCIFORME: REVISÃO NARRATIVA

NURSING CARE FOR CHILDREN WITH FALCIFORM ANEMIA: NARRATIVE REVIEW

Lucas Matos Marques: Acadêmico do 6º período de Enfermagem. Faculdade Vale do Cricaré - FVC.
lucasmatosmarques25@gmail.com

Nathália Freires Schetine: Acadêmica do 6º período de Enfermagem. Faculdade Vale do Cricaré -
FVC. schetinefs@gmail.com

Vanuza Rodrigues da Assunção: Acadêmica do 6º período de Enfermagem. Faculdade Vale do
Cricaré - FVC. vanuzaassuno@hotmail.com

Angelina Rafaela Debortoli Spinassé: Mestre em fisiologia humana. Docente do curso de
enfermagem da Faculdade Vale do Cricaré - FVC

Resumo: OBJETIVO: O presente artigo trata-se de uma revisão narrativa, com enfoque na assistência de enfermagem a anemia falciforme em crianças do Brasil. Tem como o objetivo identificar o papel do enfermeiro na assistência prestada a esses pacientes do nascimento até o fim da vida, e podendo assim melhorar a qualidade de vida desses pacientes. METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão narrativa valendo-se das pesquisas que já foram publicadas até o presente momento nos últimos 10 anos, a partir de 2010. O método de pesquisa utilizado é de suma importância pois permite a síntese de múltiplos estudos já publicados, sendo assim um método valioso para enfermagem, já que que grande parte dos profissionais e/ou acadêmicos não tem tempo para realizar uma leitura completa de todos os conteúdos disponíveis. RESULTADOS: Nossos resultados demonstraram a importância e a assistência de enfermagem com criança com doença falciforme e destacou os seguintes cuidados para evitar crises dolorosas: Buscar atendimento médico imediato se houver qualquer doença febril, evitar temperaturas muito altas ou muito baixas, evitar esforço excessivo ou estresse, incentivar a ingestão hídrica para manter o sangue mais fluido. CONCLUSÃO: A equipe de saúde deverá estar atenta aos sinais e sintomas da doença falciforme, principalmente no processo de cuidar da criança. Os cuidados de enfermagem são de extrema importância para que as crianças acometidas com a doença falciforme tenham a oportunidade de ter uma expectativa de vida saudável.

Palavras-chave: Anemia falciforme. Crianças. Assistência de enfermagem.

Abstract: OBJECTIVE: This article is an integrative review, focusing on nursing care for sickle cell anemia in children in Brazil. It aims to identify the role of the nurse in the care provided to these patients from birth to the end of life, and can thus improve the quality of life of these patients.

METHODOLOGY: The research method used is of paramount importance as it allows the synthesis of multiple studies already published, thus being a valuable method for nursing, since most professionals and / or academics do not have time to carry out a complete reading of all available content.

RESULTS: Our results demonstrated the importance and nursing care for children with sickle cell disease and highlighted the following precautions to avoid painful crises: Seek immediate medical attention if there is any febrile illness, avoid very high or very low temperatures, avoid excessive effort or stress, encourage water intake to keep blood more fluid.

CONCLUSION: The health team must be attentive to the signs and symptoms of sickle cell disease, especially in the process of caring for the child. Nursing care is extremely important so that children affected by sickle cell disease have the opportunity to have a healthy life expectancy.

Keywords: Sickle cell anemia. Children. nursing care.

1 INTRODUÇÃO

A doença falciforme (DF) é uma condição genética autossômica recessiva resultante de defeitos na estrutura da hemoglobina (Hb) associados ou não a defeitos em sua síntese. As hemoglobinopatias decorrentes dos defeitos na estrutura da Hb são mais frequentes em povos africanos (BRASIL, 2018).

A incidência de nascidos vivos diagnosticados com doença falciforme em A incidência de nascidos vivos diagnosticados com traço falciforme em alguns estados brasileiros no ano de 2012 foram de 1:17 Bahia, 1:20 Rio de Janeiro, 1:23 Pernambuco e Maranhão, 1:25 Goiás, 1:28 Espírito Santo, 1:30 Minas Gerais, 1:35 São Paulo, 1:65 Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (BRASIL, 2012).

A importância deste tema é trazer à tona mais informações a respeito da doença falciforme em crianças. Indivíduos com DF obrigatoriamente herdaram uma mutação materna e outra paterna. As mutações herdadas podem encontrar-se em estado homocigótico (SS), único genótipo que pode ser denominado “anemia” falciforme, ou heterocigótico composto, ou seja, a doença é causada pela herança de hemoglobina S (HbS) em combinação com outro defeito (estrutural ou de síntese) na Hb [SC, SD, SE, S beta-talassemia (SBetaTAL), S alfa talassemia ou S mut rara]. A maioria dos genitores de crianças com DF são heterocigotos simples, ou seja, apresentam um gene da HbA (normal) associado com a Hb variante. Não é incomum a identificação de um dos pais como afetado pela DF durante a investigação familiar

suscitada pelo nascimento de um filho diagnosticado por meio de triagem neonatal (“teste do pezinho”) (BRASIL, 2018).

Ressaltamos que a pessoa com doença falciforme passa por períodos de bem-estar a períodos de urgência e, muitas vezes de emergência. Por este motivo traçar uma linha de cuidados para atendê-los é de muita relevância, pois atualmente quando é necessário atendimento à DF, este é fragmentado, havendo a necessidade da pessoa com DF se articular em vários serviços para seu atendimento integral (BRASIL, 2015 p. 2).

Saber orientar aos pais de uma criança diagnosticada com doença falciforme é fundamental, pois estes por sua vez, por não terem conhecimento a respeito da doença, não sabem como lidar com a doença e acaba gerando um sofrimento emocional e psicológico ainda maior para a criança.

O objetivo deste trabalho destacar a assistência de enfermagem à crianças diagnosticadas com doença falciforme pois o enfermeiro possui um papel importante quanto a orientação a pessoas com o traço falciforme e aconselhamento genético, por isso é fundamental a capacitação do enfermeiro a respeito da doença falciforme, visando prestar um atendimento qualificado aos pais portadores do traço falciforme e uma assistência eficaz a criança.

2 MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa valendo-se das pesquisas brasileiras que já foram publicadas até o presente momento nos últimos 10 anos, a partir de 2010. A revisão narrativa tem como base apenas alguns trabalhos ou fontes sobre o assunto que é considerado mais importante. Tem como objetivo trazer uma revisão atualizada do conhecimento estudado, visto que é adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos.

Os artigos utilizados foram obtidos através de bases de dados da internet: Biblioteca virtual de saúde (BVS), manuais do ministério da Saúde englobando o banco de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), artigos científicos no site Bireme e Scielo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CONCEITO DE ANEMIA FALCIFORME

É um distúrbio da hemoglobina do gene da β -globina que causa o afoiçamento dos eritrócitos e é o distúrbio de hemoglobina mais comum do mundo (MACHADO et. al, 2018). Segundo Brunetta (2010), a anemia falciforme é uma doença hemolítica de caráter autossômico recessivo, presente em indivíduos homozigotos para Hemoglobina S (HbS). É gerada por uma mutação na posição 6 da extremidade N - terminal do cromossomo 11, onde acontece a substituição de um ácido glutâmico pela valina (apud MACHADO et. al, 2018, p. 4). De acordo com Carvalho (2014), no traço falciforme, o indivíduo apresenta heterozigose para Hemoglobina S, sendo portador de um gene de hemoglobina normal (HbA) e um gene com a mutação falciforme (HbS), formando o genótipo HbAS (apud MACHADO et. al, 2018, p. 4).

3.2 SINAIS E SINTOMAS

3.2.1 Dactilite falcêmica

Geralmente este é o primeiro sinal da doença. É uma inflamação aguda dos tecidos que revertem os ossos dos tornozelos, punhos, mãos e pés. A região pode ficar avermelhada e quente. A dor é muito intensa e a criança fica extremamente irritada e inquieta, chorosa e com dificuldade de mobilidade nas regiões acometidas (BRASIL, 2002).

3.2.2 Crises dolorosas

A dor é o resultado da obstrução da microcirculação causada pelo afoiçamento das hemácias (LOBO et. al, 2007, p. 247).

Este é o mais dramático quadro da doença, pois as crises algícas ocorrem inesperadamente, muitas vezes sem pródromos e impactam diretamente a qualidade de vida do paciente (LOBO et. al, 2007, p. 247).

A crise dolorosa ocorre, às vezes, após episódio infeccioso, sugerindo que febre, desidratação e acidose podem desencadear a vasclusão. A dor também pode se instalar após o resfriamento súbito da pele ou exposição à estresse físico ou emocional (LOBO et. al, 2007, p. 247).

3.2.3 Infecção e febre

A prevenção de infecção é fundamental por que a criança com anemia falciforme tem o risco a mais de desenvolver infecções graves relacionadas com as alterações da função do baço (KYLE, 2011, p. 817).

A asplenia funcional (redução da função normal do baço), local onde a criança fica sob risco significativo de infecções graves causadas por *Streptococcus pneumoniae*, e outras bactérias encapsuladas (KYLE, 2011, p. 817).

O afoijamento pode ser desencadeado por qualquer estresse ou evento traumático. Inclusive infecções, febre, acidose, desidratação, esforço físico, exposição excessivo ou hipóxia (KYLE, 2011, p. 817).

3.2.4 Icterícia - olhos amarelados

Os doentes falciformes geralmente têm icterícia devido à destruição rápida das células vermelhas do sangue. Quando essas células são destruídas é produzido um pigmento chamado bilirrubina que, se o fígado não conseguir eliminar por completo, deposita-se na pele e na esclera (branco dos olhos) (BRASIL, 2002, p. 6). Tais sinais podem ser de alerta para o diagnóstico de anemia falciforme para aqueles que não possuem diagnóstico (BRASIL, 2002, p. 6).

3.2.5 Crise de sequestro

O sequestro esplênico é uma complicação aguda da maior gravidade, sendo causa de grande morbidade e mortalidade em pacientes com doença falciforme.

Instala-se subitamente, havendo queda progressiva nos valores sanguíneos de hemoglobina e, não raramente, evoluindo ao choque hipovolêmico (BRUNIERA, 2007, p. 259).

Pode ser definido como uma diminuição da concentração sanguínea de hemoglobina maior ou igual a 2 g/dl comparada ao valor basal do paciente, acompanhada de sinais sugestivos do aumento da atividade eritropoiética e aumento súbito das dimensões do baço (BRUNIERA, 2007, p. 259).

3.3 EPIDEMIOLOGIA

O reconhecimento de que a DF é uma doença prevalente no Brasil, foi determinante na instituição da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme (PNAIPDF) do Ministério da Saúde. Estima-se que 4% da população brasileira tenha o traço falciforme (heterozigose simples) e que 25.000 a 50.000 pessoas tenham a doença em estado homozigótico (SS – anemia falciforme) ou na condição de heterozigotos compostos ou duplos (SC, SE, SD, SBetaTAL – doença falciforme). Atualmente, estima-se que varie de 60.000 a 100.000 casos (BRASIL, 2018).

3.4 DIAGNOSTICO CLINICO E LABORATORIAL

Segundo Arend (2005), o diagnóstico para anemia falciforme, é realizado baseado em dados clínicos e laboratoriais, como: hemograma, teste de solubilidade, teste de falcização, dosagem de hemoglobina fetal e hemoglobina A2, focalização isoelétrica, imune ensaio e triagem neonatal (apud MACHADO et. al, 2018, p. 5).

De acordo com Daigavane (2013), a confirmação se dá por meio da detecção de HbS. Temos a confirmação da anemia falciforme por meio da detecção do HbS. A técnica de eletroforese de hemoglobina em acetato de celulose ou agarose, com pH entre 8 e 9 é o mais indicado (apud MACHADO et. al, 2018, p. 5).

A hemólise extra vascular que ocorre do reconhecimento e da fagocitose dos eritrócitos que sofrera falcização é o mecanismo mais dominante. A hemólise intravascular, ocorre a quebra das hemácias falciformes (MACHADO et. al, 2018, p. 5).

Segundo a Anvisa (2002), pacientes portadores da anemia falciforme não costumam apresentar esplenomegalia, acarretados por diversos episódios de vaso oclusão, que ocasionam fibrose e atrofia do baço. Porém o paciente pode apresentar palidez e aspecto amarelo na pele e mucosas (ictérico) (apud MACHADO et. al, 2018, p. 6).

Segundo Arend (2005), exames bioquímicos apresentam hiperbilirrubinúria não conjugada; altas concentrações de lactato desidrogenase; e baixas concentrações de haptoglobina (apud MACHADO et. al, 2018, p. 6).

De acordo com Figueiredo (2014) o teste do “pezinho” ou teste de solubilidade, engloba a triagem da anemia falciforme em neonatos. A eletroforese de hemoglobina está sendo substituída pelos exames de focalização isoelétrica e pela HPLC (High Performance Liquid Chromatography) – Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (apud MACHADO et. al, 2018, p. 6).

Ainda de acordo com Figueiredo (2014), tendo o diagnóstico precoce da anemia falciforme é possível acompanhar o paciente muito antes dos sinais e sintomas e suas possíveis complicações, além de poder iniciar a profilaxia com antibióticos nos primeiros três meses de vida, juntamente com a vacinação contra microrganismos, diminuindo significativamente o número de óbitos, além disto podendo também melhorar a expectativa de vida desses pacientes (apud MACHADO et. al, 2018, p. 6).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A enfermagem é responsável por oferecer cuidados essenciais a vida dos pacientes além de oferecer acolhimento e bem-estar, seja incentivando a autonomia através da educação, seja pela coordenação da prestação da assistência. Segundo Nanda (2010), o diagnóstico de enfermagem é um julgamento clínico sobre as repostas individuais, familiares ou comunitárias a problemas de saúde e fornece a base para a seleção das intervenções. As intervenções de enfermagem são tratamentos ou ações que beneficiam um cliente que apresenta determinado problema reduzindo ou eliminando esse problema ou promovendo uma resposta mais sadia (CARPENITO, 2011).

4.1 DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM PARA CRIANÇAS COM ANEMIA FALCIFORME

Os diagnósticos de enfermagem mais encontrados em crianças e adolescentes com anemia falciforme são: dor aguda, risco de atraso no desenvolvimento, risco para infecção, integridade da pele prejudicada e risco de baixa autoestima situacional (CRUZ et.al, 2012, p. 7). Para cada diagnóstico citado abaixo, será descrito uma lista de intervenções de enfermagem para amenizar o sofrimento das crianças com anemia falciforme.

4.1.1 Dor aguda

As hemácias em forma de foice têm pouca mobilidade e flexibilidade, podendo assim obstruir o sistema circulatório, fazendo com que impeça o fluxo de sangue e oxigênio aos tecidos e órgãos. A dor pode acometer braços, pernas, região do tórax e lombar, podendo durar por horas ou dias, com intensidade moderada ou forte (CRUZ et.al, 2012, p. 8).

4.1.1.1 Intervenções de enfermagem

- Monitorar e avaliar a dor, local da dor, suas características, duração, frequência, qualidade, intensidade ou gravidade e os fatores precipitantes (CRUZ et.al, 2012, p. 8);
- Explicar aos familiares e ao paciente as causas das dores (CRUZ et.al, 2012, p. 8);
- Utilizar escalas de dor: escalas numéricas ou escalas faciais (CRUZ et.al, 2012, p. 8);
- Administrar o analgésico ou anti-inflamatório conforme prescrição e monitorar a eficácia e os efeitos do medicamento (CRUZ et.al, 2012, p. 8);
- Promover posições de conforto e utilizar técnicas não farmacológicas (aplicação de calor) como outra medida de diminuição da dor (CRUZ et.al, 2012, p. 8).

4.1.2 Risco de atraso no desenvolvimento

Crianças com anemia falciforme podem apresentar atraso no desenvolvimento físico e sexual. O atraso físico pode ser observado a partir dos dois anos de idade, podendo afetar peso e altura. A altura pode ser “recuperada” na vida jovem/adulto, porém o peso continuará abaixo do normal. Por mais que as causas sejam desconhecidas, supõe-se que seja devido a função endócrina anormal, anemia crônica, gasto energético secundário ao trabalho cardiovascular aumentado, alta reposição eritropoiética, ingestão inadequada ou outros fatores nutricionais que possam contribuir para o retardo de crescimento e maturação (CRUZ et.al, 2012, p. 8).

4.1.2.1 Intervenções de enfermagem

- Encaminhar o paciente à programas nutricionais comunitários apropriados, se necessário (CRUZ et.al, 2012, p. 8).
- Orientar alimentação equilibrada - hipercalórica e hiperproteica e ferro alimentação diária; A dieta deve ser elaborada junto com a mãe. Deve ser uma alimentação equilibrada e coerente com o nível social familiar (BRASIL, 2015, p. 4).

4.1.3 Risco para infecção

Portadores da anemia falciforme tem como infecções a complicação mais frequente, e é a principal causa de morte nos pacientes. O risco de meningite e/ou septicemia por *Streptococcus pneumoniae* ou *Haemophilus influenzae* chega a ser 600 vezes maior do que em crianças que não possuem a doença (CRUZ et.al, 2012, p. 8). A aplicação de penicilina injetável de 21 em 21 dias importante para redução de infecção de repetição traz para a criança e principalmente para mãe muito sofrimento. Podendo haver a opção pela penicilina oral, neste caso a importância de ser administrada corretamente em duas tomadas ao dia é fundamental, atenção aos horários e não interromper o tratamento. Pode ser prorrogado conforme

orientação médica (BRASIL, 2015, p. 4). Essas infecções podem provocar a morte dessas crianças em poucas horas. Osteomielites, infecções e pneumonias ocorrem com frequência maior em crianças e adultos com anemia falciforme. Episódios recorrentes de febre, devem ser observados como situação de riscos (CRUZ et.al, 2012, p. 8).

4.1.3.1 Intervenções de enfermagem

- Avaliar sinais flogísticos na inserção do cateter intravenoso (quando paciente internado) (CRUZ et.al, 2012, p. 8);
- Orientar sobre a importância de ingerir líquido, para manter o sangue mais fluido (BRASIL, 2015, p. 4);
- Monitorar exames laboratoriais: hemoglobina, hematócrito e leucócitos (CRUZ et.al, 2012, p. 8);
- Administrar em horário rigoroso o antibiótico prescrito e monitorar os efeitos do medicamento (CRUZ et.al, 2012, p. 8).

4.1.4 Integridade da pele prejudicada

As lesões são localizadas em membros inferiores, a hipóxia tissular pode ser estendida como fator principal e consequência, da deficiente deformidade das hemácias, de alterações no endotélio vascular, alteração na viscosidade sanguínea, ativação da coagulação e alteração no tono vascular. Essas lesões surgem ao redor do tornozelo e laterais das coxas, sendo doloridas e com tendência a cronificar. Podendo ter início na adolescência e serem mais frequentes no sexo masculino (CRUZ et.al, 2012, p. 8).

4.1.4.1 Intervenções de enfermagem

- Manter a pele limpa e seca (CRUZ et.al, 2012, p. 9);
- Avaliar a pele quanto à cor e textura e a lesão quanto ao tamanho e profundidade, quantidade de exsudato, presença de odor, esfacelo e tecido de granulação (CRUZ et.al, 2012, p. 9);

-
- Reforçar a importância dos retornos ao hematologista para avaliações periódicas (BRASIL, 2015, p. 4);
 - Aplicar AGE (Ácidos Graxos Essenciais) como proteção da pele íntegra. Na ferida aplicar curativo úmido com soro fisiológico 0,9% como curativo primário, ocluindo com gaze seca como curativo secundário (a utilização de medicações diretamente na ferida dependerá do grau da úlcera e indicação médica) (CRUZ et.al, 2012, p. 9).

4.2 ORIENTAÇÃO À FAMÍLIA QUANTO A PREVENÇÃO OU DETECÇÃO PRECOCE DE EPISÓDIOS VASOCLUSIVOS

Os cuidados de enfermagem que devem ser prestados à criança com anemia falciforme consistem basicamente em evitar as crises vasoclusivas, orientar a famílias e a criança, controlar os episódios de dor, tratar as crises dolorosas e oferecer apoio psicossocial à criança e à família (KYLE, 2011, p. 820).

- Buscar atendimento médico imediato se houver qualquer doença febril (KYLE, 2011, p. 820);
- Estimular diariamente a ingestão adequada de líquidos (KYLE, 2011, p. 820);
- Evitar temperaturas muito altas ou muito baixas (KYLE, 2011, p. 820);
- Evitar esforço excessivo ou estresse (KYLE, 2011, p. 820);
- Assegurar acesso permanente a um médico ou serviço de saúde familiarizado com o tratamento da doença falciforme (KYLE, 2011, p. 820);
- Buscar atendimento médico de urgência se a criança tiver algumas das seguintes alterações: Cefaleia incomum, inapetência ou fraqueza repentina (KYLE, 2011, p. 820);

Entrar em contato imediatamente com o médico se houver suspeita que a criança está desenvolvendo uma crise dolorosa (KYLE, 2011, p. 820).

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto pela revisão narrativa, fica evidente a necessidade de prevenção, diagnóstico e acompanhamento sistemático da criança com anemia

falciforme. A fim de reduzir os agravos, o enfermeiro tem o papel de educar, ensinar, cuidar e transmitir conhecimento, fazendo com que os cuidados de enfermagem sejam aplicados quando houver necessidades, dessa forma o enfermeiro deve estar capacitado para melhor atender o paciente acometido com a doença falciforme (DF).

A equipe de saúde deve especializar-se com objetivo de conhecer melhor a doença para oferecer cuidados corretos e eficazes. Os cuidados de enfermagem são de extrema importância para que o indivíduo acometido pela doença falciforme tenha a oportunidade de ter uma expectativa de vida saudável.

Esta pesquisa destacou a prestação de cuidados adequados e eficazes a criança portadora da anemia falciforme e poderá contribuir para futuras pesquisas ou elaboração de trabalho de conclusão de curso, pois abrange aspectos clínicos da doença e apresenta cuidados e intervenções de enfermagem adequados para a criança com doença falciforme.

REFERÊNCIAS

BRUNIERA, Paula. **Crise de sequestro esplênico na doença falciforme**. São Paulo: Rev. Bras Hematol Hemoter, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Doença Falciforme**: Manual do Agente de Saúde. Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O cuidado da enfermagem para pessoas com doença falciforme**: Uma atenção especial na atenção básica. São Paulo: Prefeitura de São Paulo saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da doença falciforme**. Brasília: Secretaria de Atenção a saúde, 2018.

KYLE, Terri. **Enfermagem Pediátrica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

LOBO, Clarisse; MARRA, Vera Neves; SILVA, Regina Maria G. **Crises dolorosas na doença falciforme**. São José do Rio Preto: Rev. Bras Hematol Hemoter, 2007.

MACHADO, Angélica; LOURENÇO, Gabriela; HAMMES, Thais; PARISI, Mariana. **Anemia Falciforme**: Aspectos Clínicos e Epidemiológicos. Rio Grande do Sul, 2018.
SOARES, Aline Barbosa;
GOBBI, Débora Rita;

SILVA, André Moreno; SILVA, Gisele Duarte; SIQUEIRA, Isabel Cristina; CRUZ, Maysa Paloma; ALVES, Roberta Lúcia Gama; LIMA, Simona Soares Abreu de. **A**

assistência de enfermagem em crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme. São Paulo: Revista Recien, 2012.

ROCHA SMM, Almeida MCP. O processo de trabalho da enfermagem em saúde coletiva e a interdisciplinaridade. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** 2000; 8(6):96-101.

NANDA. Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificações 2009-2011. Porto Alegre: Artmed. 2010.

CARPENITO LJ. **Plano de cuidados de enfermagem e documentação.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed. 2011.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 20/11/2020
Aprovado em: 03/12/2020

A METODOLOGIA DE OBSERVAÇÃO DA LINGUAGEM NÃO VERBAL NO ÂMBITO JURÍDICO

THE METHODOLOGY OF OBSERVATION OF NON-VERBAL LANGUAGE IN THE LEGAL SCOPE

Carla Neiva Aragão: Graduada em Assistência Social, pós-graduada; Faculdade Vale do Cricaré. carlaneivaaragao@gmail.com

Elaine Zambon: Graduada em Comunicação Social - Jornalismo, Pós-graduada em Gestão Empresarial, Mestre em Ciências das Religiões e graduando em Psicologia. Faculdade Vale do Cricaré. elaine.zcd@gmail.com

Silvia Helena Garcia Mendonça: Graduada em Direito e Teologia, Mestre em Educação e graduando em Psicologia. Faculdade Vale do Cricaré. silviahgm777@hotmail.com

Wellington Amaral dos Santos: Graduado em Administração e graduando em Psicologia. Faculdade Multivix – São Mateus. wellingtonamaral@gmail.com

Resumo: Há na atividade humana uma necessidade em se relacionar e estabelecer uma comunicação. Para que a comunicação exista faz-se o uso de signos, sinais e códigos que podem ser verbais ou não. Nesse sentido, a comunicação não verbal, a que não utiliza a linguagem falada ou escrita, precisa ser atentamente observada e tem ganhado espaço no âmbito jurídico. Qual a forma de perceber aspectos da linguagem não verbal durante um interrogatório, por exemplo? Essa é uma das relações que nos fez perceber a importância da comunicação não verbal na relação com o Direito já que, em fase interrogatória e investigativa de um processo a observação da comunicação verbal e de inconsistências na linguagem corporal podem vir a contribuir como prova processual.

Palavras-chave: Linguagem não verbal. Observação. Âmbito jurídico.

Abstract: There is a need in human activity to relate and establish communication. For communication to exist, signs, signs and codes can be used, which may be verbal or not. In this sense, non-verbal communication, which does not use spoken or written language, needs to be carefully observed and has gained ground in the legal sphere. What is the way to perceive aspects of non-verbal language during an interrogation, for example? This is one of the relationships that made us realize the importance of non-verbal communication in relation to the law since, in the interrogative and investigative phase of a process, the observation of verbal communication and inconsistencies in body language can come to contribute as procedural evidence.

Keywords: Non-verbal language. Observation, Legal framework.

1 INTRODUÇÃO

O homem é um ser social em constante interação com o mundo que o cerca e, em seu convívio com os demais humanos, a comunicação assume lugar central nas relações sendo o processo no qual duas ou mais pessoas (consciências) interagem utilizando-se de um conjunto de signos e significados construídos coletivamente para transmitirem e receberem mensagens uns aos outros.

No conjunto das necessidades humanas, nota-se, portanto, que a comunicação é uma necessidade básica humana situada no campo das necessidades psicológicas de relacionamento uma vez que o homem apresenta em si o desejo de interagir socialmente, iniciar e conservar relações próximas e afetuosas com os outros, compreender e ser compreendido como indivíduos e estabelecer vínculos emocionais com outros.

Dessa necessidade de se relacionar, partilhar e interagir, ou seja, de comunicar-se emitindo e recebendo mensagens, é necessário que se estabeleça um conjunto ou um sistema de sinais (códigos) organizados e construídos coletivamente para transmissão dessas mensagens, que denominamos de linguagem. A língua estabelecida por uma comunidade, bem como outros sinais utilizados no processo comunicacional constituem a linguagem seja de modo falado ou escrito (verbal) ou não verbal.

A linguagem, portanto, está dividida em verbal e não verbal, sendo a linguagem verbal constituída pela palavra escrita ou falada utilizada no processo de transmissão da informação e a linguagem não verbal aquela que abrange gestos, expressões faciais, posturas, movimentos dos olhos, proximidade entre interlocutor e o locutor e outros símbolos como, por exemplo, um sinal ou placas de trânsito.

No âmbito jurídico, a linguagem, seja ela verbal ou não verbal, tem relevância uma vez que, o direito é uma ciência humana e uma profissão relacional, sendo a comunicação aspecto presente. No entanto, a linguagem corporal vem ganhando destaque no meio jurídico.

Nota-se que, embora existam poucos estudos no Brasil, a observação da linguagem não verbal tem sido tomada como metodologia no contexto jurídico –

policial colaborando no processo penal como fundamentação para as decisões judiciais.

De modo mais específico, agentes da lei e operadores do direito têm feito uso dessa ferramenta em fase interrogatória e investigativa do processo criminal a fim de perceber possíveis inconsistências entre a comunicação verbal e a linguagem corporal que venham a contribuir como prova processual.

Charles Darwin, em 1872, ao discorrer sobre a “Teoria da Evolução das Espécies” já demonstrava a importância da linguagem corporal nas relações entre as espécies, relatando isso em seu livro “The Expression of the Emotions in Man and Animals”. Vários outros cientistas se dedicaram ao estudo da linguagem não verbal entre eles destaca-se Paul Ekman que, nos estudos das emoções básicas, correlacionou-as às expressões faciais e outras expressões corporais.

A pesquisa em questão é de grande valia para demonstrar que a linguagem não verbal, como expressão comunicativa das emoções, pode ser aplicada em vários contextos, não somente o policial – jurídico que é o tema principal da pesquisa de campo realizada.

Além disso, é importante colocar que a linguagem é um construto social e que para cada cultura e contexto social a constituição de signos linguísticos e de comportamentos são variáveis.

2 MÉTODOS

A pesquisa proposta teve caráter qualitativo, na qual o pesquisador interage com os sujeitos pesquisados e, na abrangência temática, correlaciona os dados coletados com as referências científicas evidenciadas na pesquisa bibliográfica, de modo dinâmico. Os pesquisadores buscam a análise dos dados de modo indutivo em que processo e o significado são os mais importantes (MINAYO, 2012).

A técnica de coleta de dados para a pesquisa foi à aplicação de questionário, no mês de junho de 2019, com perguntas abertas pelas quais o pesquisador pode discorrer sobre os aspectos perguntados, do modo que melhor lhe aprouve.

O questionário constou de uma parte introdutória, especificando a justificativa da pesquisa e, logo após, seis perguntas abertas no intuito de buscarmos compreender o contexto do uso da linguagem não verbal no âmbito jurídico,

especialmente, no direito processual penal (período investigativo). O questionário foi enviado para profissionais envolvidos na área do direito processual penal e processo investigativo policial, se constituindo de advogados da área, delegados e policiais civis.

O tipo de pesquisa realizada para obtenção do referencial teórico foi a pesquisa bibliográfica, sendo esta a fonte secundária de coleta os dados. A pesquisa de campo constitui-se da entrega dos questionários a fim de buscar conhecer o campo e os sujeitos de estudo, obtendo por meio dos dados coletados o foco da análise. Os dados coletados da aplicação do questionário, portanto, constituíram-se das fontes primárias da pesquisa (MINAYO, 2012).

3 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NAS RELAÇÕES HUMANAS

O processo de comunicação acontece nas relações dos indivíduos e é tido como o maior e mais importante fenômeno da espécie humana (PERLES, p. 01). Segundo o Dicionário Online de Português a comunicação é “Ação ou efeito de comunicar, de transmitir ou de receber ideias, conhecimento, mensagens etc., buscando compartilhar informações”. Ou seja, qualquer tipo de relação que envolva troca de informações é comunicação.

Lakatos em seu livro, “Sociologia Geral” relata que:

Entende-se por comunicação ou relação comunicativa aquela que tanto supõe quanto produz uma interação bilateral, isto é, em que os dois polos – transmissor e receptor – apresentam uma relação de ambivalência, podendo o transmissor passar a receptor e vice-versa (LAKATOS, 2014, p. 113).

Nesse sentido de ambivalência e de emissão e recepção de mensagem, Lupetti (2003, p. 76) define a comunicação como “um processo recíproco realizado por meio de signos ou símbolos”, além disso, é essencial que o emissor e o receptor reconheçam o código usado. Ou seja,

Um processo comunicacional só se torna legítimo quando realizado nos dois sentidos. Para isso, é necessário se ter em mente que a comunicação ganha força quando se entende que, paradoxalmente, as pessoas ainda privilegiam o contato humano (OLIVEIRA; PAULA, 2007).

Não há relações humanas sem comunicação, sejam elas por sinais, desenhos, escrita dentre tantas outras formas. Suraia Schelles, autora do texto “A importância da linguagem não-verbal nas relações de Liderança nas organizações” descreve o quão fundamental é a comunicação nas relações entre os indivíduos, empresas e até educacionais (SCHELLES, p. 01).

Se comunicar não é algo estanque e realizado de uma única maneira, ao contrário, existem diversas formas de se comunicar. Conforme Schelles a comunicação “pode ser feita de várias maneiras, entretanto, só existe realmente entendimento quando a mensagem é recebida com o mesmo sentido com o qual ela foi transmitida” (p. 01). E esse sentido, quando acertado, tem um grande potencial.

O poder da comunicação consiste exatamente em que ela seja assertiva, e por mais clara que esta possa ser, sempre vai envolver subjetividade, pois este processo consiste em relações humanas, na qual tem como decodificador desta percepção os órgãos sensoriais: a visão, o tato, o paladar, o olfato e audição. As informações são recebidas e decodificadas, influenciadas pelas percepções individuais, do ambiente e das próprias sensações (SCHELLE, p. 02).

Sendo o processo comunicacional tão importante, não é de se estranhar que diversas áreas das ciências buscam na comunicação a compreensão das relações sociais e humanas. João Batista Perles (p. 03) afirma que

Na psicologia, com Pereira (1973, p. 108) que procura lançar luzes sobre os elementos sensoriais e, concomitantemente, sobre importantes aspectos da experiência estética. O ser humano é um “sistema” aberto em constante intercâmbio consigo próprio (vida interior mental e visceral) e com o mundo ambiental. Isso só é possível graças aos elementos e órgãos que forma o conjunto SENSORIAL (órgãos do sentido, sensibilidade à dor, etc., etc.) e às FUNÇÕES PERCEPTIVAS. [...] Durante a transmissão de sinais ou símbolos, no trabalho de comunicação, o colorido emocional e a tonalidade afetiva têm fundamental importância [...] (grifos do autor).

Levando em consideração a afirmação de Perles, é necessário compreender que a comunicação não se realiza apenas através da linguagem verbal. “A comunicação não é somente a linguagem verbal, ela é feita em grande parte pela linguagem não-verbal” (SCHALLES, p. 02). Ou seja, existem signos que podem ser utilizados e compreendidos no processo, se os indivíduos envolvidos estiverem em concordância sobre o mesmo.

Nesse sentido, temos então a linguagem verbal e a relação com a linguagem corporal que se estabelece durante o processo. Muitas vezes, pela complexidade dessa relação – comunicação verbal e não verbal/corporal – os indivíduos transmitem mensagens diferentes ao mesmo tempo.

Muitas vezes transmitem sem perceber uma mensagem verbal diferente da mensagem corporal, o que poderá dificultar a compreensão da sua mensagem. O nosso corpo fala todo tempo, nas expressões do rosto, olhares, gestos, posturas, tom e ritmo da voz. Por isso, é mister que entendamos a linguagem não-verbal (SCHELLES, p. 02).

Logo, o que pode-se entender é que a linguagem não-verbal pode ser predominante na relação comunicacional. Como relatado acima, muitas vezes os indivíduos se utilizam da linguagem verbal para se manifestar sobre determinadas situações, porém, a sua linguagem não-verbal, por ser totalmente diferente do que está sendo dito, pode trazer inúmeras dificuldades no processo de comunicação.

Conforme Suraia Schelles (p. 03), seja numa relação de liderança, educacional, empresarial ou até mesmo jurídica, é preciso que haja conformidade entre a linguagem verbal e não-verbal, pois com a não conformidade e a desconexão dessas, poderão levar o processo de comunicação existente a consequências, muitas vezes contrárias às desejáveis.

3.1 O ESTUDO DA LINGUAGEM DAS EMOÇÕES

Paul Ekman, importante psicólogo americano, há mais de quarenta anos vem estudando as emoções focando nas suas expressões e fisiologia. Em suas incursões culturais, no atendimento aos pacientes psiquiátricos, crianças e outros grupos, observou – os nas suas reações emocionais. Ekman declara em seu livro “A linguagem das emoções” que “cada emoção também apresenta sinais únicos, principalmente na fisionomia e na voz” (EKMAN, 2011, p.15). Especialmente na voz, muitas pesquisas ainda precisam ser realizadas. Os estudos são mais focados na fisionomia e expressões corporais.

O fato é que as emoções determinam muitas coisas na vida, estando presente em todos os âmbitos de relacionamentos como trabalho, amizades, interações familiares, relações amorosas. “As emoções podem começar rapidamente, e isso ocorre muitas vezes; tão rápido que nossa consciência não

participa ou testemunha o que ativa uma emoção em nossa mente em determinado momento” (EKMAN, 2011, p.14).

As emoções, até 1962 aproximadamente, foram negligenciadas nos estudos sobre o comportamento humano e Tomkins ampliou o debate ao afirmar que as emoções motivam todas as escolhas importantes que se faz na vida. No conjunto das teorias contemporâneas da motivação, as emoções são tão importantes que influenciam, até mesmo, as necessidades básicas humanas como sexo e fome. “A emoção é um processo, um tipo específico de avaliação automática, influenciado por nosso passado evolucionista e pessoal, em que sentimos que algo importante para nosso bem-estar está acontecendo e um conjunto de mudanças fisiológicas e comportamentos emocionais influenciam a situação.” (EKMAN, 2011, p.31)

A pergunta chave de muitos estudos sobre as emoções diz respeito ao por que nós nos emocionamos? Ekman (2011, p. 36) explica que “as emoções normalmente ocorrem quando sentimos, justificadamente ou por engano, que algo que afeta seriamente nosso bem-estar, para melhor ou pior, está acontecendo ou prestes a acontecer”. Esse não é o único motivo de emoção, mas é muito importante, talvez o mais básico.

Atualmente, quase todos que realizam pesquisas a respeito das emoções concordam com o que escrevi até aqui: primeiro, que as emoções são reações a questões que parecem muito importantes para nosso bem-estar e, segundo, que as emoções frequentemente começam tão rápido que não temos consciência dos processos mentais que as deflagra. (EKMAN, 2011, p.38)

As emoções podem ser expressas pelas palavras, sendo elas as representações das emoções e não as próprias emoções. As palavras são usadas quando nos emocionamos, mas não podemos reduzir a emoção a palavras. Além das palavras, as descobertas das pesquisas interculturais realizadas por Ekman impulsionaram as investigações sobre as expressões faciais das emoções.

Descobri quantas expressões uma face é capaz de fazer: mais de dez mil. Além disso, identifiquei aquelas que, aparentemente, são mais centrais para as emoções. Mais de vinte anos atrás, Wally Friesen e eu escrevemos o primeiro atlas da face, uma descrição sistemática em palavras, fotografias e filmes de como medir o movimento facial em termos anatômicos. (EKMAN, 2011, p.31)

O fato é que, as emoções não são imperceptíveis, apesar das variações de expressividade. Quando somos observados por outras pessoas, podemos ter interpretações do que estamos sentindo e mesmo que façamos um esforço em disfarçar, algum traço emocional escapa e, pode ser detectado. Frequentemente, esses sinais emocionais são alvo das interpretações nas relações sociais estabelecidas nos vários âmbitos da vida.

Os sinais emergem quase instantaneamente ao início da emoção. Quando estamos tristes, por exemplo, nossa voz fica automaticamente mais suave e baixa, e os cantos internos de nossas sobrancelhas são puxados para cima. Se a emoção começa lentamente, desenvolvendo-se em alguns segundos, o sinal pode ficar mais forte, ou pode haver uma série de sinais, em sequência rápida. Os sinais demonstram claramente quando as emoções começam e, em grau menor, quando acabam. Enquanto uma emoção está ligada, ela matizará a voz, mas é menos certo que haverá mudança nas expressões faciais. (EKMAN, 2011, p. 73)

As expressões faciais representam o mais breve dos sinais emocionais e a voz é outro sistema de sinal emocional, “idêntico, em importância, à expressão facial, mas diferente de modo interessante. No entanto, uma vez que alguém começa a falar, é muito difícil impedir que os sinais do que se sente não apareçam na voz.” (EKMAN, 2011, p. 75)

Algo importante a se considerar nas manifestações emocionais é que elas raramente ocorrem isoladamente de forma pura e o que se sente recebe influência do ambiente podendo ser mudado rapidamente. Ekman (2011) retrata um fluxo de respostas emocionais que pode ser vivenciado.

Nos estudos sobre as expressões faciais, especialmente sobre a mentira, Ekman fez contato com juizes, policiais, advogados, o FBI, a CIA, o ATF (Bureau of Alcohol Tobacco and Firearms) e órgãos similares, em alguns países amistosos, ensinando a esses profissionais como determinar com mais precisão se alguém está dizendo a verdade ou mentindo.

4 CONTEXTUALIZANDO A METODOLOGIA DA OBSERVAÇÃO DA LINGUAGEM NÃO VERBAL NO PROCESSO INVESTIGATIVO

Atualmente diversos países estão investindo em tecnologia e em técnicas alternativas na ânsia de evitar ataques terroristas, ou até mesmo, ataques de

maníacos e psicopatas em escolas e locais públicos. Uma dessas técnicas alternativas está à conhecida como leitura das micro expressões faciais, utilizada nos aeroportos e terminais rodoviários na busca de leitura de rostos permitindo sinais ou qualquer característica que possa identificar se a pessoa está cometendo um delito ou prestes a cometer, essas pessoas são treinadas por especialistas, geralmente são oficiais, policiais, psicólogos cientistas entre outros. (OLIVETTI; AQUOTTI, 2013).

Neste caso, somando as técnicas das expressões faciais e a linguagem corporal estudiosos, como Dimitrius e Mazarella, no ano 2000, conseguiram reunir uma série de características que definem bem o comportamento de uma pessoa que está preste a cometer um crime, ou até mesmo que já cometeu, estão elencadas abaixo:

- a. Geralmente uso de roupas extremamente larga;
- b. Não fazem contato visual com ninguém ou quase ninguém para não serem identificados;
- c. Dentes trincados, sobrancelhas franzidas;
- d. Tensões musculares em geral;
- e. Movimentos irregulares;
- f. Pessoas extremamente irritadiças e ansiosas;
- g. Comportamento geralmente inquieto.

(DIMITRIUS; MAZARELLA, 200 apud OLIVETTI; AQUOTTI, 2013, p. 17-18).

Nestes termos, o ideal é sempre somarmos as pistas e não julgar as ações por um só comportamento. Quando um indivíduo se apresenta com roupas largas e extremamente nervoso num ambiente nem é sempre será considerado suspeito. Há antes de tudo que se observar as outras pistas, como face, contato visual, se for um dia muito quente e há excesso de roupa ou volume abaixo da roupa, entre outros.

Essa análise mais simplista é atribuída aos criminosos com a mente um “tanto quanto comum”. Porém existem aqueles denominados psicopatas, sociopatas e outras nomenclaturas em questão, que há também que se levar em conta. Esses criminosos psicopatas precisam de um estudo mais minucioso e detalhado de seu comportamento. (OLIVETTI; AQUOTTI, 2013).

Para Ballone G L (2008):

Segundo estudiosos da personalidade humana, dá-se o nome de Constituição Psicopática a um desequilíbrio degenerativo, cognitivo, de grau variado e que dá um tom anormal à personalidade. Estas constituições são formas especiais de personalidade, com predomínio de tendências

anormais por sua derivação e seu grau à perversidade. (BALLONE G. L., 2008 apud OLIVETTI; AQUOTTI, 2013).

Segundo Silva (2008, p.63 apud OLIVETTI; AQUOTTI, 2013):

Os psicopatas costumam ser espirituosos e muito bem articulados, tornando uma conversa divertida e agradável. Geralmente contam histórias inusitadas, mas convincentes em diversos aspectos, nos quais eles são sempre mocinhos. Não economizam charme nem recursos que os tornem mais atraentes no exercício de suas mentiras. Outro sinal muito característico desse comportamento é a total falta de preocupação que esses psicopatas apresentam ao serem desmascarados como farsantes. Não demonstram a menor vergonha caso sejam flagrados em suas mentiras. Ao contrário podem mudar de assunto com a maior tranquilidade ou dar uma resposta totalmente fora de contexto. Esses tipos de psicopata são muito comuns no mercado de trabalho como um todo, que fingem serem profissionais qualificados, sem nunca terem colocado os pés numa faculdade.

A autora relata de forma técnica que os psicopatas não possuem nenhum tipo de sentimento, emoção ou apreço por qualquer pessoa, por isso quando forem questionados ou interrogados por qualquer ato ou delito, o fato de não se sentirem culpado podem derrogar a teoria da linguagem corporal, no entanto, no direito existem práticas que podem aferir a veracidade das informações colhidas por meio de depoimentos e fatos circunstanciais.

Para Silva (2008, p. 67 apud OLIVETTI; AQUOTTI, 2013, p. 19).

Os Psicopatas mostram uma total e impressionante ausência de culpa sobre os efeitos devastadores que suas atitudes provocaram nas outras pessoas. Os mais graves chegam a ser sinceros sobre esse assunto: dizem que não possuem sentimento de culpa, que não lamentam pelo sofrimento que eles causaram em outras pessoas e que não conseguem ver nenhuma razão para se preocuparem com isso. Na cabeça dos psicopatas, o que está feito está feito, e a culpa não passa de uma ilusão utilizada pelo sistema para controlar as pessoas. Diga-se de passagem, eles (os psicopatas) sabem utilizar a culpa contra as pessoas “do bem” e favor deles com uma maestria impressionante.

Como já pontuado anteriormente, a linguagem corporal deriva do sistema nervoso autônomo, primitivo, é a forma reflexa de se dar a resposta quanto somos questionados. Portanto, quando somos dotados de sentimento, afeição e apreço pelas pessoas e logo a resposta é desonesta, o corpo automaticamente já responde de modo contrário. (OLIVETTI; AQUOTTI, 2013).

Para Silva, 2008 (apud OLIVETTI; AQUOTTI, 2013, p. 19), somos seres humanos carregados de consciência e amor, contudo, ao investigarmos um psicopata sobre um crime ou qualquer outro delito, dificilmente encontraremos em sua linguagem corporal algo que demonstra tensão, culpa ou aversão. Diante do já exposto, o referido comportamento justifica-se porque nesse indivíduo, esse tipo de sentimento não existe. O que se pode encontrar no psicopata é algo que a autora define como vampiro, que suga ou destrói a vida de uma pessoa. Por possuir uma inteligência um tanto quanto avançada ele é capaz de perceber os pontos fracos de suas vítimas e fazem verdadeiros estragos em suas vidas. Tem uma capacidade enorme de inventar histórias e mentir. São verdadeiros atores.

Silva (2008, p. 71 apud OLIVETTI; AQUOTTI, 2013, p. 20), consegue extrair o conceito sobre a mentira do psicopata:

Temos que distinguir, porém, a mentira corriqueira da mentira psicótica. Os psicopatas são mentirosos contumazes, mentem com competência (de forma fria e calculada), olhando nos olhos das pessoas. São tão habilidosos na arte de mentir que, muitas vezes, podem enganar até mesmo os profissionais mais experientes do comportamento humano. Para os psicopatas, a mentira é como se fosse um instrumento de trabalho, que é utilizado de forma sistemática e motivo de grande orgulho.

Nesta visão, o que acontece com a linguagem corporal de indivíduos como esses são justamente por possuírem imensa habilidade para mentirem e enganarem, eles conseguem obter um domínio sobre a estrutura corporal, semelhante a de um são muito experiente na arte da mentira.

Porém, no caso em tela para facilitar e detectar se um psicopata está mentindo ou não o ideal é sempre conhecer a história de sua vida, ou seja, saber através de outras pessoas que cresceram com ele e que realmente o conhecem como seus familiares, amigos de infância para verificar se suas histórias condizem com a realidade, analisar de maneira fria e com distanciamento emocional para saber onde está a história real e a mentira nesse indivíduo. Há também que se observarem as características de criminosos que agem em bando, que causam o terror, que são denominados terroristas ou também aqueles que são conhecidos por agirem em quadrilhas ou bandos, como no Brasil.

Os autores Dimitrius e Mazzarella (2000), acrescentam na lista de características de linguagem corporal para reconhecerem quando esse tipo de

criminoso entra em ação, como por exemplo, quando estão juntos num mesmo ambiente, mas sempre se apresentam com conversas desconexas, olhares nervosos e hostis, discussão sobre qualquer assunto. (OLIVETTI, E. T., 2013)

Assim quando estão em um ambiente público, como por exemplo, em um aeroporto, alguns especialistas são treinados para examinarem a linguagem corporal dos passageiros, assim como as micro expressões faciais. Esses especialistas já detectaram que os criminosos quando em um ambiente público, procuram ficar em áreas mais isoladas, áreas de menor movimentação e para conseguirem chegar até esse local público geralmente fazem utilização de carona em carros e motos com pessoas que são criminosos também e com veículos que também não chamaram atenção, como carros mais simples e motocicletas.

5 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo deu-se no período de 04 de junho a 19 de junho de 2019. Os profissionais participantes foram contatados pelos alunos para explicar os objetivos da pesquisa e os questionários foram enviados eletronicamente, por solicitação dos mesmos, totalizando quatro questionários respondidos no período.

Os quatro participantes têm como local de trabalho a delegacia de polícia (dois atuando como delegado de polícia civil); professor universitário e escritório particular de advocacia e um profissional aposentado do Batalhão de Polícia Militar. Os tempos de profissão são os seguintes: seis (6) anos (delegado de polícia); onze (11) anos (delegado de polícia); sete (07) anos como professor universitário e vinte e três (23) anos na polícia militar.

No que se refere ao tempo de formação acadêmica, o de menor tempo com oito (08) anos de formação e o de maior tempo com dezesseis (16) anos de formado. Todos formados em Direito e um com Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais.

A partir dos dados obtidos com profissionais de vasta experiência na área da polícia civil, militar e judiciária, nota-se que o uso da metodologia de observação da linguagem corporal, como ferramenta para auxiliar na elucidação de crimes coaduna com o que fora visto no estudo da linguagem não verbal e emoções. Destaca-se a fala do Sr. A.D.N, delegado de polícia civil, quando diz: “*a observação da linguagem*

corporal é de grande valia, sobretudo no momento da coleta de depoimentos, pois o corpo acaba por entregar a verdade oculta pela parte”.

Vimos, a partir das nossas buscas e/ou pesquisas, que não há relações humanas sem comunicação, sejam elas por sinais, desenhos, escritas, dentre outras formas, e que os estudos da linguagem corporal e expressões faciais é uma prática a muito tempo já explorada desde a Darwin, com a “Teoria da Evolução das Espécies”, a outras teorias apresentadas por nomes como: Descartes, Freud e Hull.

Quando questionados quanto à validade da metodologia no processo penal nos deparamos com diferentes pontos de vista, em que aponta que no Brasil essa prática não é tratada diretamente no direito penal, embora seja uma prática válida desde que acompanhada por um relatório de investigação, conforme cita, o entrevistado J.J.H.F: *“Sim, desde que aquele Agente Policial (delegado, escrivão, agente de polícia), que presencie a manifestação, formalize o que constatou - o que pode ser feito, por exemplo, por um relatório de investigação”.*

Nessa mesma linha, vejamos o que diz o Sr. A.R.P, doutor em ciências jurídicas e sociais: *“No Brasil, em regra, por si só NÃO vale como prova. A exceção é a tradução de LIBRAS do intérprete e o parecer técnico do psicólogo forense nomeados como peritos ad hoc”.* Em contraste com as falas apresentadas, o Sr. A.D.N, mestre em direito constitucional por uma universidade conceituada no Rio de Janeiro, diz que: *“O processo penal acaba por não privilegiar a linguagem corporal, pois apenas o texto assinado pela parte é levado em consideração pelo estado juiz, e não as expressões de seu corpo durante a lavratura do texto”.*

Ao serem questionados se já utilizaram da linguagem corporal na elucidação de crimes, todos os entrevistados foram categóricos em afirmar que em diversos casos e/ou diligências puderam fazer uso desse conhecimento, seja pela observação de olhares, gestos, movimentos do corpo e esquiva nas respostas durante depoimentos foram primordiais para elucidação de fatos.

Observamos que não existe treinamento ofertado no curso de formação de policiais que abordem de forma específica o uso da observação da linguagem-não verbal na investigação criminal, todos os entrevistados, obtiveram treinamentos através experiências vividas no campo de atuação, a partir de referencial bibliográfico e complementação pedagógica.

Quanto ao processo de investigação criminal, se existe alguma técnica específica aplicada ao interrogatório para detectar a incoerência entre a linguagem verbal e a corporal, pelas respostas se pode entender que cada caso tem sua particularidade, dado a amplitude da ocorrência do fato, para uns não há perguntas específicas, outros se utilizam de técnicas aprendidas, mas a predominância é a observação entre a coerência do que é narrado pelo interrogado, lembrando que por lei o cidadão antes de ser submetido ao interrogatório, primeiramente é ressaltado dos seus direitos constitucionais, inclusive o direito de ficar calado, conforme frisado pelo Sr. R.F.R, um dos que concedera entrevista.

No que diz respeito à formação acadêmica, ambos entrevistados foram categóricos em afirmar que a graduação por si só, apresenta apenas uma base para iniciar uma carreira, mas que para a realização de um trabalho com louvor, faz-se necessário buscar outros conhecimentos, embora o tempo de experiência no dia a dia, vai moldando o profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa fundamentou-se em mensurar o uso da linguagem não verbal como ferramenta estratégica no processo investigativo penal, bem como a importância que os operadores do direito, no caso, profissionais da área em questão dão para o uso dessa metodologia, as experiências no campo e nível de formação para a implementação dessa metodologia nos cotidianos de trabalho dos mesmos.

Ao fim da pesquisa, constatou-se que o tempo de experiência na área conta muito para melhor na aplicabilidade da metodologia de modo que possa contribuir no processo investigativo. A utilização da metodologia isoladamente não é suficiente, apesar de colaborar nas investigações, sendo necessário que o profissional busque associar-se a outros saberes como forma de melhorar suas técnicas adotadas.

Notou-se que a formação acadêmica não foi suficiente para a capacitação para uso da metodologia, sendo a formação apenas uma “porta de entrada” para carreira profissional. O empenho por formação continuada é perceptível no campo pesquisado.

Vale destacar, que sim, o uso da linguagem não verbal no contexto jurídico – policial tem grande relevância na associação entre a comunicação verbal e as expressões corporais.

A interpretação eficiente da linguagem não verbal, principalmente no âmbito jurídico, deve ser utilizada com bastante cautela e responsabilidade, avaliando contextos e situações quando se está diante de um ser humano que se coloca frente às expressões de suas ações.

REFERÊNCIAS

EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções: revolucione sua comunicação e seus relacionamentos reconhecendo todas as expressões das pessoas ao redor**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LUPETTI, Marcélia. **Administração em publicidade: a verdadeira alma do negócio**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Ivone Lourdes; PAULA, Maria Aparecida. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** São Paulo: Paulus, 2007.

OLIVETTI, E. T.; AQUOTTI, M. V. F. Revista científica. Encontro de iniciação científica: **As expressões corporais no âmbito judicial**. ISSNQ 21-76-8498. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/3187/2936>>. Acesso em: 17 de junho 2019.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história**. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>>; Acesso em: 19 de dezembro de 2017.

REEVE, J.M. **Motivação e emoção**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SCHELLES, Suraia. **A importância da linguagem não-verbal nas relações de Liderança nas organizações**. Macaé: Revista Esfera, nº 1, Jan/Jun, 2008. Disponível em: < http://www.fsma.edu.br/esfera/Artigos/Artigo_Suraia.pdf>; Acesso em: 27 de maio de 2019.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 10/12/2020
Aprovado em: 15/12/2020

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PESQUISA NA ESCOLA ALTERNATIVA EM SÃO MATEUS

THE IMPORTANCE OF MUSIC IN CHILDHOOD EDUCATION - RESEARCH AT THE ALTERNATIVE SCHOOL IN SÃO MATEUS

Daniele Ferrari dos Santos. Graduando em Psicologia. Faculdade Vale do Cricaré.
daniferrari.es@gmail.com

Elaine Zambon: Graduada em Comunicação Social - Jornalismo, Pós-graduada em Gestão Empresarial, Mestre em Ciências das Religiões e graduando em Psicologia. Faculdade Vale do Cricaré. elaine.zcd@gmail.com

Silvia Helena Garcia Mendonça: Graduada em Direito e Teologia, Mestre em Educação e graduando em Psicologia. Faculdade Vale do Cricaré. silviahgm777@hotmail.com

Resumo: A música tem sido importante para as relações humanas desde os primórdios, fato que pode ser constatado em estudo arqueológicos e em museus, por exemplo. Mas será que a música pode afetar a relação da criança e o seu desenvolvimento? Nessa perspectiva, busca-se compreender a importância da música na relação da educação/escola e desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Música. Música na escola. Educação infantil.

Abstract: Music has been important for human relations since the beginning, a fact that can be seen in archaeological studies and in museums, for example. But can music affect the child's relationship and development? In this perspective, we seek to understand the importance of music in the relationship between education / school and child development.

Keywords: Music. Music at school. Early childhood education.

1 INTRODUÇÃO

A música é um fator presente em toda a história das sociedades, tanto que, processos históricos e artefatos arqueológicos demonstram a relação existente entre o homem e a música. Mas será que a música pode afetar a relação da criança e o

seu desenvolvimento? Nessa perspectiva, busca-se compreender a importância da música na relação da educação/escola e desenvolvimento infantil.

Tendo em vista a necessidade de melhorias nos processos educacionais, em específico na Educação Infantil, partimos para a pesquisa de campo com o fim de estudar a influência da música na dinâmica da educação infantil, bem com trazer luz sobre o tema para que novos educadores sejam devidamente instruídos no uso da música na educação.

Considerando que o objetivo da música é de auxiliar no processo de aprendizagem e não na formação de novos músicos, deve-se estudar devidamente como os métodos são aplicados, e quais métodos são estes, para que se possa fazer uma avaliação mais correta do tema.

Vários aspectos serão considerados no tocante à importância e influência da música no processo educacional e cognitivo dos alunos da educação Infantil. A contribuição do uso da música para o processo interdisciplinar, precisa ser analisada considerando também o processo avaliativo dos resultados obtidos.

A socialização do aluno, deve ser considerada como fator fundamental para o processo, visto que a música envolve harmonia e conjunto em sua dinâmica comum.

A relação da música no processo de aprendizagem ao longo da História, mostra que ela sempre foi usada para a memorização de histórias infantis e brincadeiras de roda. O que corrobora para que a presente investigação seja relevante para o entendimento do assunto.

Deve-se considerar também a relação entre o aumento da capacidade de concentração do aluno e os métodos envolvendo a música. O senso de grupo, bem como a harmonia e ritmo, que são fatores comuns inerentes aos processos de execução musical, são consideravelmente importantes para esta pesquisa, visto que auxiliam na preparação dos alunos para os desafios da vida.

Em um primeiro momento, explanamos a música e sua relação no desenvolvimento humano como base bibliográfica e após, a análise das entrevistas coletadas na escola participante da pesquisa. Considerando este e mais alguns outros aspectos, achamos que a presente pesquisa será de grande ajuda para a educação infantil.

2 MÉTODOS

Para o andamento do trabalho junto ao Colégio Alternativa de São Mateus, foi necessário, inicialmente, compreender a importância da entrevista no processo de construção da pesquisa. Edgar Morin (1968, p. 01), por exemplo, descreve a entrevista como “uma comunicação pessoal tendo em vista um objetivo de informação”. Esse objetivo, a informação buscada, é essencial na conjectura da construção dos questionários. Logo, conforme vê-se em Eduardo José Manzini, é necessário abranger como se dá a entrevista:

Temos abordado o assunto entrevista dividindo, didaticamente, esse tema em três grupos: 1) questões relacionadas ao planejamento da coleta de informações; 2) questões sobre variáveis que afetam os dados de coleta e futura análise; 3) questões que se referem ao tratamento e análise de informações advindas de entrevistas, sendo que esse último foge do objetivo do presente texto (MANZINI, 2003). Dentre as questões que se referem ao planejamento da coleta de informações, estão presentes a necessidade de planejamento de questões que atinjam os objetivos pretendidos, a adequação da sequência de perguntas, a elaboração de roteiros, a necessidade de adequação de roteiros por meio de juízes, a realização de projeto piloto para, dentre outros aspectos, adequar o roteiro e a linguagem (MANZINI, 01).

A entrevista precisa ser vista como uma forma de intervenção. Morin (1968, p. 02), afirma que, para isso, a entrevista deve ser realizada de maneira a orientar uma comunicação com as devidas informações buscadas. Nesse sentido, serão utilizadas na pesquisa entrevistas semiestruturadas, que conforme Manzini (p. 02), estas possuem algumas características básicas a serem seguidas, acrescentando que o foco principal deve ser mediado pelo “investigador-entrevistador”. Manzini afirma ainda que “a entrevista semi-estruturada [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]’ além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

3 MÚSICA E SUA RELAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A relação do ser humano com a música pode começar desde a gestação e seguir durante toda a sua vida. Por mais incrível que pareça, o ritmo e a pulsação do coração da mãe, transmitem “elementos fundamentais” da música ao feto. Isso é o primeiro contato com a música (REIS, et al. 2012, p. 03).

Nesse sentido, é possível definir a música como tendo “papel fundamental no desenvolvimento infantil”, pois, como já afirmado, ela permeia seu desenvolvimento desde a concepção (REIS, et al. 2012, p. 10).

A criança que cresce com música ao seu redor (conhecendo diversos estilos, participando de brincadeiras cantadas e sendo estimulada em atividades na escola) tem ganhos em diversas áreas de sua formação, o que comprova que a música pode ser considerada como um agente facilitador no processo educacional (REIS, et al. 2012, p. 10).

Logo, é incontestável a presença da música na vivência da humanidade em geral, ela é participante dos processos históricos, tem funções diferenciadas (que mudam a cada desenrolar da vida humana). A relação da música e dos seres humanos “está presente em todas as regiões do globo, em todas as culturas, em todas as épocas: ou seja, a música é uma linguagem universal, que ultrapassa as barreiras do tempo e do espaço” (NOGUEIRA, p. 01).

Esse princípio da relação humana com a música, faz-se entender que a mesma necessita de maior compreensão, principalmente no que diz respeito à formação da criança.

Chiarelli e Barreto (2005) explicam como a musicalização pode contribuir para aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, motor e socioafetivo da criança. Buscam abordar a questão da inteligência musical, apresentada por Howard Gardner (1995) na teoria das inteligências múltiplas⁴. Tanto Gardner quanto os autores citados acreditam que a música deva ser considerada um elemento essencial do currículo escolar, uma vez que pode facilitar a integração e a inclusão da criança na sociedade (REIS, et al. 2012, p. 10).

A música tem sido vista como uma ferramenta para aprendizagem na educação, porém, “Jeandot (2001) acredita que, antes de a escola oferecer um método de trabalho envolvendo a música, a criança deve construir seu

conhecimento, sendo estimulada a ouvir, escutar, perceber, descobrir, imitar e repetir sons” (REIS, et al. 2012, p. 07).

Reis afirma ainda que,

(...) O professor deve ser criativo, utilizando a música não só como motivação para criança, mas também na formação do seu imaginário, envolvendo as atividades do currículo escolar do aluno. As atividades com música podem explorar as culturas de diferentes povos, devem envolver diferentes compositores, analisar as diferentes épocas, etc (REIS, et al. 2012, p. 07).

Outro princípio básico para a compreensão da musicalização infantil nas escolas, são os efeitos que essa prática traz na maturação da criança, que independente da cultura ao qual esteja inserida, a música auxilia no processo de desenvolvimento cognitivo, grupal e individual.

Nogueira acredita que

É por meio do repertório musical que nos iniciamos como membros de determinado grupo social. Por exemplo: os acalantos ouvidos por um bebê no Brasil não são os mesmos ouvidos por um bebê nascido na Islândia; da mesma forma, as brincadeiras, as adivinhas, as canções, as parlendas que dizem respeito à nossa realidade nos inserem na nossa cultura. Além disso, a música também é importante do ponto de vista da maturação individual, isto é, do aprendizado das regras sociais por parte da criança. Quando uma criança brinca de roda, por exemplo, ela tem a oportunidade de viver, de forma lúdica, situações de perda, de escolha, de decepção, de dúvida, de afirmação (NOGUEIRA, p. 04).

Nessa perspectiva, o texto “A música e o desenvolvimento infantil: o papel da escola e do educador”, enfatiza o quão importante é a música na reintegração social e também na construção do conhecimento. Reis (2012, P. afirma que, mesmo quando uma criança não tem acesso a música, quando o tem, seu interesse é automaticamente despertado.

Além disso, a música pode atraí-la e passar a servir de motivação para outras atividades. (...) Sobre a Educação Musical, Loureiro (2008) constata: Alunos desinteressados, com pouca concentração e baixo comprometimento, que apresentam superficialidade em suas relações com o ensino-aprendizagem, precisam ser incitados a experimentar formas de apreensão da linguagem musical, mesclando estilos e procedimentos, proporcionando maior abertura para o diálogo e fazer musical, aliando a experiências e vivências com as possibilidades do encontro com o novo (REIS, et al. 2012, p. 09).

Desta forma, pode-se admitir que, sim, a prática da musicalização nas escolas como forma de aprendizado tem potencial de melhorar “a aprendizagem cognitiva, particularmente no campo do raciocínio lógico, da memória, do espaço e do raciocínio abstrato” (NOGUEIRA, p. 03).

4 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os questionários foram aplicados na Escola Alternativa, de São Mateus – ES, no dia 27 de maio. A escola teria uma reunião geral, a qual seria mais oportuna para a aplicação dos questionários.

A pesquisa se realizaria em três vertentes, um questionário aplicado aos funcionários de maneira geral do colégio, um segundo questionário aplicado aos professores específicos da Educação Infantil e um terceiro questionário direcionado aos pais das crianças de 4 e 5 anos de idade (nesse caso, os pais receberam o seu questionário na agenda das crianças – podendo enviar da mesma maneira posteriormente à escola).

Tabela 1 - Distribuição dos questionários

	CÓPIAS	OBSERVAÇÃO
Questionário 01	40	Aos funcionários de maneira geral;
Questionário 02	6	Aos professores específicos da Educação Infantil;
Questionário 03	40	Aos pais das crianças da Educação Infantil;

6.1 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

6.1.1 Funcionários da Escola Alternativa

No que diz respeito aos resultados, dos questionários enviados aos professores e funcionários da instituição, obtivemos um retorno de 22 dos questionários aplicados. Os professores das áreas específicas não deram retorno com os questionários direcionados aos mesmos e nenhum integrante das famílias

também nos deram o retorno que esperávamos, sendo que nenhum questionário direcionado aos mesmo retornou.

Das respostas obtidas, pode-se perceber que o predomínio de funcionários é do sexo feminino, sendo um total de 20 e apenas 02 do sexo masculino, conforme vê-se no gráfico abaixo:

Gráfico 01: Gênero

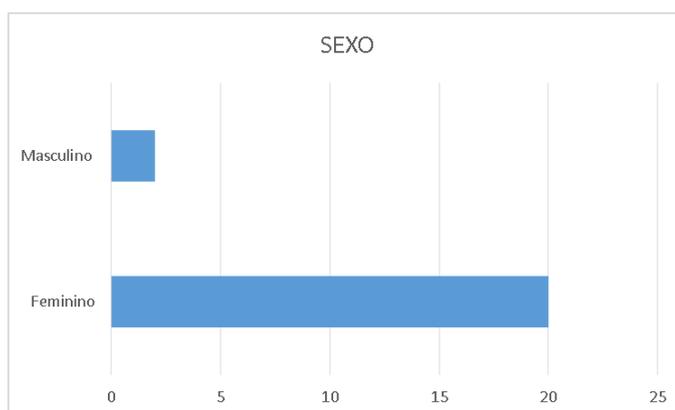
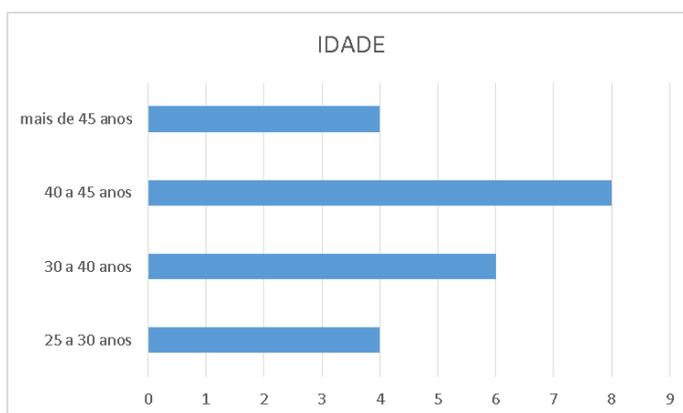


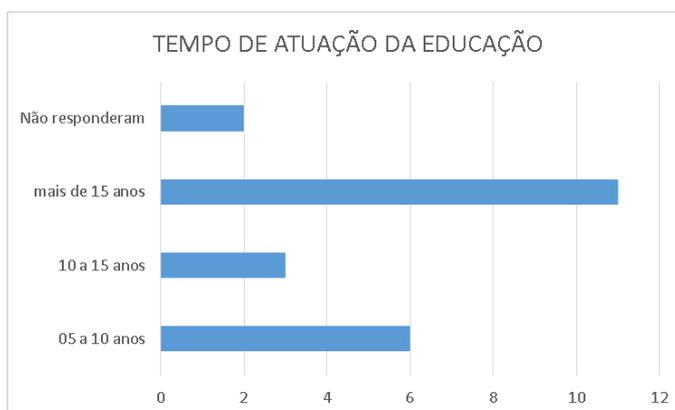
Gráfico 02 - Com relação à idade dos entrevistados, segue o gráfico para observação



Tem-se uma mescla de idades atuando na escola, com funcionários que vão desde os 25 anos até mais de 45 anos de idade.

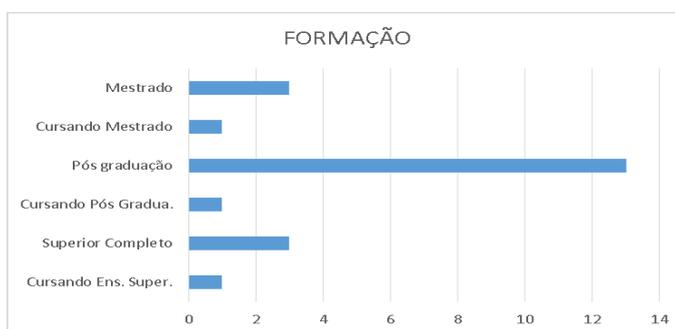
Com relação ao tempo de atuação da educação, há também uma mescla de profissionais com experiências que vão desde 5 anos há mais de 15 anos. Mas observa-se que dois funcionários não responderam.

Gráfico 03 – Tempo de atuação



Já com relação à formação acadêmica, pode-se perceber que apenas um está cursando Ensino Superior, e que os demais se subdividem entre especialização sendo cursadas, completas e mestrados (cursando e completo).

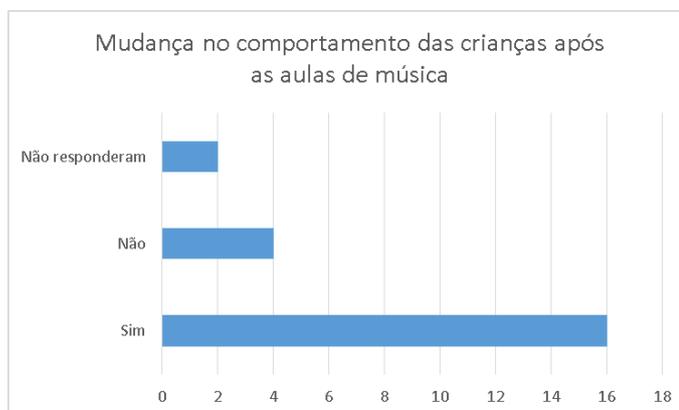
Gráfico 04 - Formação



Quando perguntados se acreditam que a música auxilia no processo educacional, todos responderam que SIM (22 duas pessoas). O que foi a mesma observação relatadas por eles, quando questionados se percebem uma boa interação das crianças com as aulas de músicas - também foram unânimes nas respostas, sendo que todos os 22 deram o retorno de que SIM.

Já na pergunta sobre a percepção dos mesmos em relação ao comportamento das crianças ao saírem das aulas de música (se mudam a forma de agir) tem-se o seguinte gráfico;

Gráfico 05 – Mudança no Comportamento das crianças após as aulas de música



Ligada a questão anterior, caso o funcionário respondesse que sim, percebia mudança no comportamento das crianças ao saírem das aulas de música, precisariam responder a questão posterior. Ali, pedíamos para descreverem o que percebiam na modificação desse comportamento. 13 pessoas escreveram apenas que percebem uma mudança para melhor, 03 não responderam (sendo que apenas 02 não haviam assinalado na questão anterior) e 06 pessoas descreveram suas percepções. Seguem abaixo esses breves relatos:

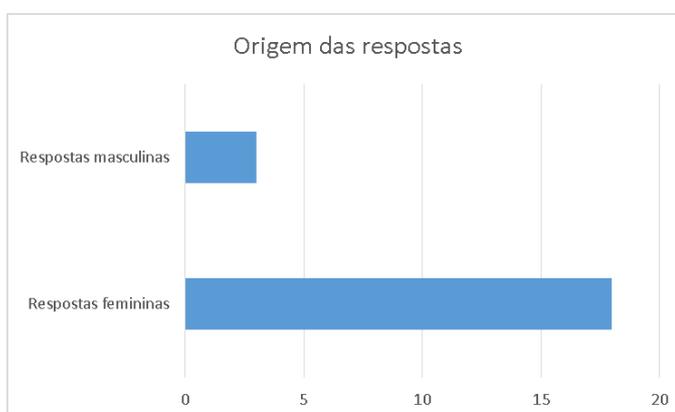
- *“Para melhor. Elas voltam super empolgadas”* – Professora do 1º Ano do Ensino Fundamental.
- *“Para melhor, acredito que auxilia na concentração”* – Professora de Tecnologia Educacional Séries e Anos Iniciais.
- *“Para melhor, auxilia na concentração etc”* – Professora de Inglês do Ensino Fundamental I.
- *“Para melhor. Permite interação e expressão de sentimento”* – Psicóloga Educacional.
- *“Mais motivados”* – Professora de Ciências e Biologia.
- *“Para melhor. Concentração, respeito, etc.”* – Professor de musicalização.

6.1.2 Pais das crianças da Educação Infantil – Colégio Alternativa

Conforme descrito na “Tabela 1”, foram entregues 40 questionários para serem distribuídos aos pais das crianças que estudam na Educação Infantil do Colégio Alternativa. Dos quais, obtivemos um retorno de 21 questionários.

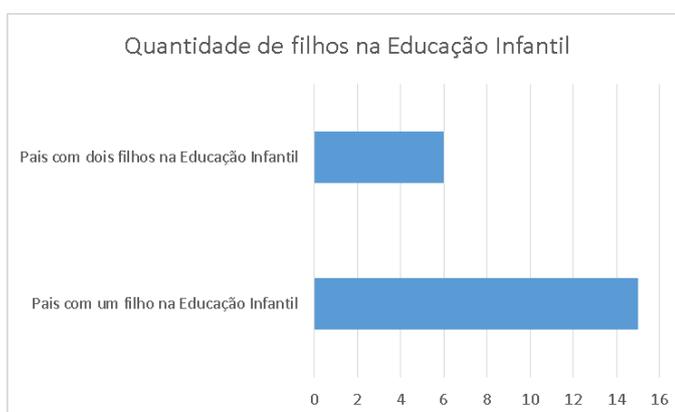
Sobre a origem das respostas, tivemos um número absolutamente maior de retornos femininos;

Gráfico 06 – Origem das respostas



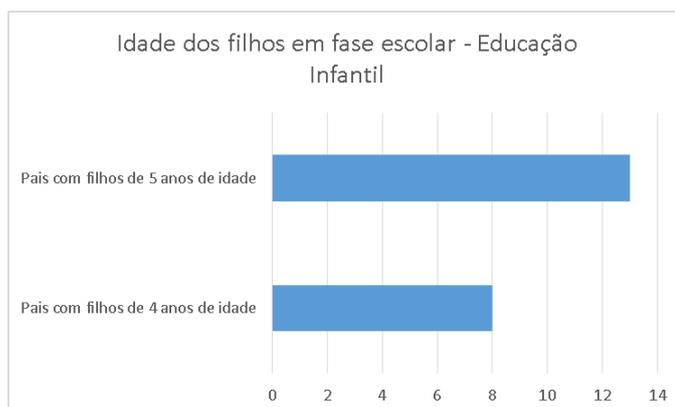
Com relação à quantidade de filhos estudando na Educação Infantil, a maioria tem um.

Gráfico 07 – Quantidade de filhos na educação infantil



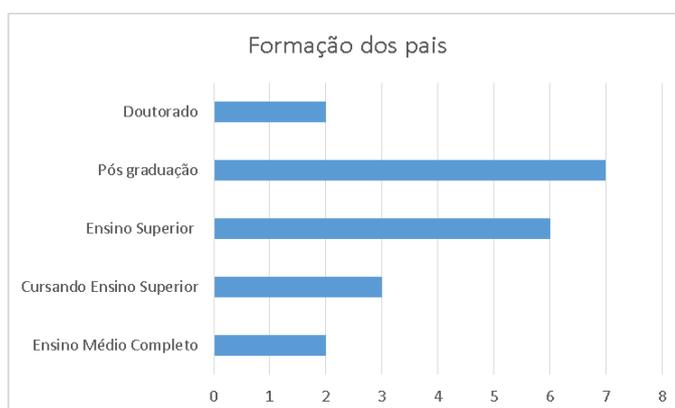
Sobre as idades, foi-nos respondido uma quantidade um pouco maior de crianças com 5 anos de idade:

Gráfico 08 – Idade dos filhos em fase escolar – Educação infantil



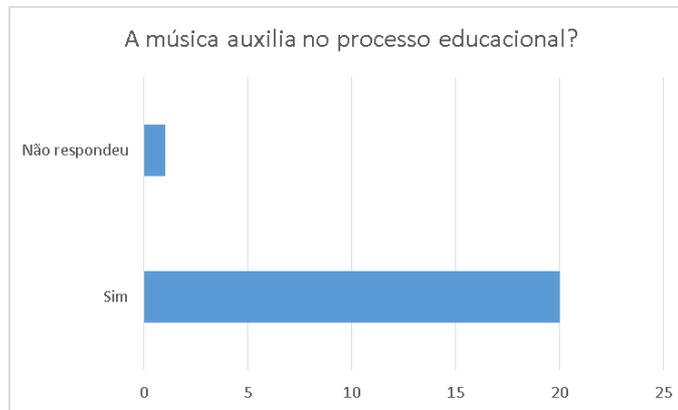
Com relação à formação dos pais entrevistados, o que percebe-se no gráfico abaixo é um número muito maior de pais já com formação superior ou mais.

Gráfico 09 – Formação dos pais



Em uma das perguntas abertas, pedimos para os pais responderem se acreditam que a musicalização infantil na escola pode auxiliar no processo educacional de seus filhos. Observe o quadro de respostas abaixo.

Gráfico 10 – A música no processo educacional

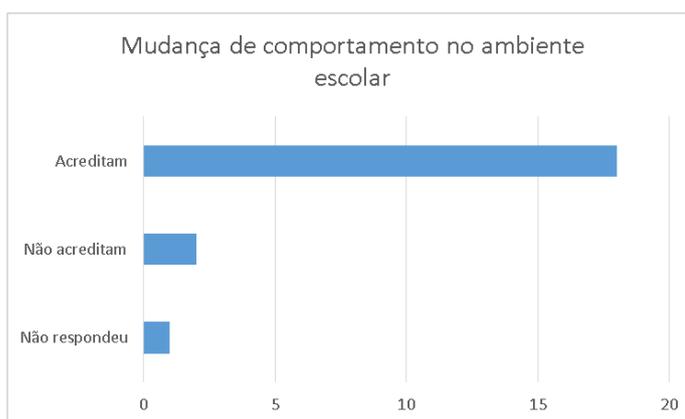


Ainda sobre esse auxílio no processo de educação dos filhos, aos que responderam acreditar, foi solicitado relatar um exemplo. Seguem alguns relatos:

- *“Para melhor. Através da música percebo um comportamento mais desinibido”* – descreveu uma das mães.
- *“Associa o aprendizado com música, letras, números, cores etc”* – relatou outra mãe.
- *“Ele ama música e se interessa por esses momentos, já que a irmã mais velha toca violão”* – declarou outra mãe.
- *“Mudou para melhor, hoje meu filho inventa melodias dele e canta leras desenvolvidas por ele”* – disse uma das mães.
- *“Mudou pra melhor, ela se interessou mais por aprender novas músicas”* – disse.
- *“Mudou pra melhor. Desenvolveu a interação com as pessoas e melhorou consideravelmente a timidez”* – contou uma das mães.
- *“Após as aulas de musicalização ele conta histórias sobre música. Como por exemplo ‘A Bela e a Fera’”* – contou uma mãe.
- *“Não só na escola, mas em casa também o estimulamos. A musicalização permite associação, socialização e enriquece o aprendizado do lúdico”* – descreveu outra mãe.
- *“Melhor, ele chega contando como foi a aula, demonstrando as regras de como foi a aula”* – disse um dos pais.

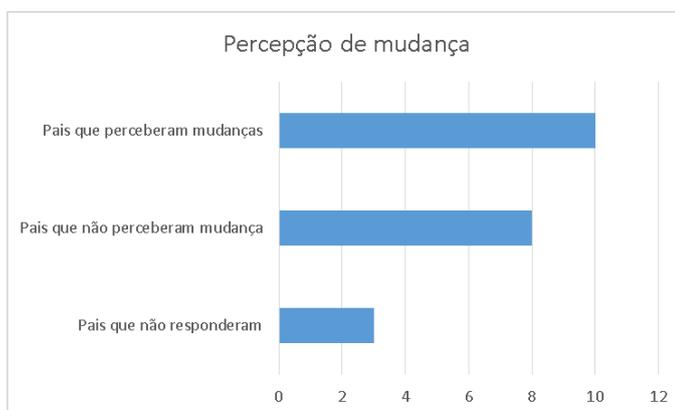
Apesar de, conforme “Gráfico 10”, os pais responderem acreditar que a música auxilia no processo educacional, já quando perguntados se acham que as aulas de música podiam influenciar o comportamento das crianças no dia a dia escolar, dois dizem não acreditar nessa influência.

Gráfico 11 – Mudança de comportamento no ambiente escolar



No gráfico a seguir, percebe-se a dificuldade de observação dessa “mudança” de comportamento na escola. Pois, conforme anteriormente, mesmo a maioria dos pais acreditarem no auxílio da musicalização para essa mudança/melhoria do comportamento na escola, quando solicitados para relatarem essa observação, vê-se que alguns não a percebem.

Gráfico 12 – Percepção de mudança



Dos pais que perceberam uma melhora cognitiva em seus filhos, foi possível obter alguns relatos, conforme vê-se abaixo:

- “O meu filho tem dificuldade de relatar como foram as aulas. Mas percebo que quando tem as aulas de música, ele chega em casa contando como foi, conta como o professor fez as regras e dessa forma, ele acaba sendo mais comunicativo” – conta um pai.
- “A música favorece na memorização, na integração entre as crianças e na diminuição da timidez nas apresentações” – relata uma das mães.
- “Meu filho ficou mais centrado” – declara uma mãe.
- “Percebi menos ansiedade, menos agitação e mais concentração” – contou outra mãe.
- “Está ficando mais disciplinada. Com mais paciência para esperar sua vez de falar e de cantar” – disse uma mãe.
- “Hoje ela não tem mais vergonha para se apresentar em público” – contou uma das mães.
- “Além da musicalização escolar ele faz aula de música fora da escola, também houve uma melhora no relacionamento interpessoal e na concentração” – declarou um dos pais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que os resultados positivos são promissores, ainda que se tenha que investir muito para que a música seja parte integrante do processo educacional da escola infantil.

Os investimentos passam pela formação de profissionais especialistas em educação musical e que não sejam somente, bons músicos que queiram ou saibam ensinar. Também deve-se investir, na compra de instrumentos e equipamentos apropriados para cada método a ser aplicado em sala de aula com os alunos. E, que tais instrumentos e equipamentos estejam de acordo com as faixas etárias das crianças.

Com experiências bem-sucedidas por todas as partes do mundo, pode-se caminhar na direção de um novo tempo na educação. Considerando sempre as devidas proporções dos métodos aplicados fora do país, assim como as muitas questões culturais que estão relacionadas a cada uma destas experiências.

Constatamos que os resultados positivos vão além dos coletados em ambiente escolar e nas salas de aulas. Por declarações dos próprios pais, percebe-se que as mudanças observadas nas crianças envolvidas nos projetos com educação musical saem do perímetro escolar e vão até os convívios familiares e se estendendo para ambientes sociais onde os alunos estão inseridos.

Concluimos a presente pesquisa com um sentimento de satisfação e com a esperança de que este documento sirva para que profissionais de educação e de psicologia se interessem mais pelo tema abordado nestas páginas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário. **Pequena Historia Da Música**. Martins Editora, 1980.
- BRITO, T. A. **Música na educação infantil** – propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Editora Petrópolis, 2003.
- CHIARELLI, Lígia Karina Meneghetti. **A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser**, Revista Recre@rte N°3 junho 2005: Instituto Catarinense de Pós-Graduação.
- LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O ensino de música na escola fundamental**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- MORIN, Edgar. **A Entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão**. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, 11, Rio de Janeiro, 1968.
- MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Marília: Unesp. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf>; Acesso em: 11 de junho de 2019.
- NOGUEIRA, M.A. **A música e o desenvolvimento da criança**. Revista da UFG, Vol. 5, No. 2, dez 2003. Disponível em: <www.proec.ufg.br>. Acesso em: 10 de maio 2019.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 10/12/2020
Aprovado em: 15/12/2020

**A CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, DO
RAMO DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE
SÃO MATEUS - ES**

**ACCOUNTING IN THE MANAGEMENT OF MICRO AND SMALL COMPANIES,
CLOTHING AND ACCESSORIES, LOCATED IN THE MUNICIPALITY OF SÃO
MATEUS – ES**

Joice Nunes César: Bacharela em Ciências Contábeis, Faculdade Vale do Cricaré,
joice_nunes13@hotmail.com

Jussara Plácido Rangel Pereira: Bacharela em Ciências Contábeis, Faculdade Vale do Cricaré,
jussaraprp@hotmail.com

Naron Guimarães Campolina: Bacharel em Ciências Contábeis, Faculdade Vale do Cricaré,
naroncampolina@hotmail.com

Yana Santos Barreto: Bacharela em Ciências Contábeis, Faculdade Vale do Cricaré,
yanab673@hotmail.com

Resumo: O artigo tem por objetivo demonstrar a importância de uma gestão eficiente para a sobrevivência das micro e pequenas empresas, apresentando e sugerindo práticas de contabilidade gerencial ao microempresário que possam vir a auxiliá-lo na administração e controle de seu negócio. A problemática a ser considerada é que muitos empreendedores não estão preparados e qualificados tecnicamente para administrar uma empresa. A metodologia empregada para elaboração desse estudo, refere-se à pesquisa bibliográfica, com base em livros da área de Administração, Contabilidade Gerencial e Empreendedorismo, bem como em dados via Internet através do site do Sebrae e pesquisa de campo diretamente com o empresário, e teve como resultado a constatação de que os maiores motivos pelos quais levam as micro e pequenas empresas à decretarem falência é a falta de gestão administrativa, gestão financeira e um planejamento adequado. Portanto, torna-se necessário que o microempresário conheça conceitos e ferramentas administrativas e contábeis, bem como saber a maneira apropriada para utilizá-las, afim de que sejam capazes de gerir seu negócio e consigam continuar em atividade no mercado.

Palavras-chave: Contabilidade. Gestão. Micro e Pequeno Empresário.

Abstract: This research aims to demonstrate the importance of efficient management for the survival of micro and small enterprises, presenting and suggesting management accounting practices to microentrepreneurs that may help it in administration and control of your business. The problem to consider is that many entrepreneurs are not technically prepared and technically qualified to run a

company. The methodology used to elaborate this study refers to bibliographic research, based on books in the área of Administration, Management Accounting and Entrepreneurship, as well as data via the Internet through the Sebrae website and Field research directly with the entrepreneur, and resulted in the finding that the biggest reasons why micro and small companies lead to bankruptcy is the lack of administrative management, financial management and adequate planning. Therefore, it is necessary for the microentrepreneur to know concepts and tools about administrative and accounting, as well as know the appropriate way to use them, so that they are able to manage their business and be able to continue in activity in the Market.

Keywords: Accounting. Management. Micro and small businessman.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade como um todo é fundamental para a gestão de qualquer tipo de empreendimento, visto que um profissional contábil fornece aos proprietários informações e aspectos importantes da saúde financeira de seus negócios.

A aplicação de uma gestão mais profissional, um controle e planejamento são de extrema importância para se elevar a saúde financeira e organizacional de uma empresa. Considerando-se, que a sobrevivência e prosperidade das Micro e Pequenas Empresas (MPE's), influenciaria consideravelmente nas taxas de desemprego, já que são responsáveis por 40% da massa salarial brasileira.

Dentro do município de São Mateus as MPE's representam 94,62% das empregadoras de mão de obra. Levando em consideração os dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), tendo como base a quantidade de empresas registradas no município estão distribuídas da seguinte forma: 7.327 como Microempreendedor Individual (MEI), 3.575 como Microempresa (ME), 386 como Empresa de Pequeno Porte (EPP), quanto aos 5,38% restante, representam um total de 642 demais empresas.

Apesar dos números, essas empresas enfrentam um problema muito grande tratando-se de sobrevivência. A falta de gestão financeira é o pior ponto, pois esses novos empresários não possuem, na maioria dos casos, nenhuma noção de gestão, controle, planejamento, não separam suas despesas pessoais das despesas do empreendimento, não sabem formar o seu preço de venda, não procuram um profissional contábil para auxiliar na gestão do empreendimento, entre outros pontos que são de extrema importância para a sobrevivência das mesmas.

De acordo com pesquisas do SEBRAE, apontam que a cada 100 MPE's iniciadas no Brasil, 73 continuam em atividade após os primeiros dois anos de abertura, em contrapartida, 26,9% não sobrevivem aos próximos 03 (três) anos. Perante isso o presente trabalho visa estudar e pesquisar sobre a contabilidade na gestão das micro e pequenas empresas, do ramo de vestuário e acessórios, localizadas no bairro centro em São Mateus – ES. Visando dessa forma, conhecer melhor sobre os pequenos empresários e sua gestão diante das adversidades do dia a dia.

Nesse sentido, presente estudo visa contribuir para o desenvolvimento das MPE's do município de São Mateus, com o intuito de fornecer ao empresário uma base para melhor aplicabilidade da contabilidade gerencial, de forma que contribua com a longevidade dessas pequenas organizações.

Diante da alta taxa de mortalidade que essas empresas apresentam, quais seriam as ferramentas de gestão básicas que as micro e pequenas empresas do município de São Mateus podem adotar para melhorar o desenvolvimento de seu negócio e conseqüentemente aumentar a sua longevidade no mercado?

O propósito dessa pesquisa é apresentar a contabilidade básica e algumas técnicas de contabilidade gerencial, visando dessa forma, contribuir para a prosperidade das micro e pequenas empresas. Para alcançarmos nosso objetivo final propomos alguns objetivos específicos, sendo eles: desenvolver uma pesquisa de campo, com o intuito de medir o nível de conhecimento que o empresário possui em relação a gestão de seu negócio, evidenciar a definição da contabilidade básica voltada para não contadores, de forma que qualquer leigo possa entender e descrever a importância da contabilidade gerencial voltada aos micros e pequenos empresários e descrever o conceito de planejamento e a sua importância para longevidade das micros e pequenas empresas, e apresentar a influência que uma MPE gera diante das taxas de empregabilidade.

2 MÉTODOS

Optou-se por realizar o procedimento metodológico dentro de uma abordagem qualitativa baseado em uma pesquisa bibliográfica, através da análise de textos diversos (livros, artigos científicos, periódicos e informativos) e de uma

pesquisa de campo, realizada através de questionários entregues aos empresários do comércio varejista de vestuário e acessórios localizados no bairro Centro, em São Mateus, que sustentam a base deste estudo.

Foram identificadas 77 (setenta e sete) empresas funcionando com a atividade de vestuário e acessórios. Dentre essas empresas, foi executado um cálculo estatístico onde nossa amostra resultou em 60 empresas a serem entrevistadas. Realizamos as visitas, entregando os questionários a serem respondidos, disponibilizando os mesmos e dando o prazo de acordo com a disponibilidade do empresário. No final, depois de recolher todos eles, realizamos as apurações e por fim os gráficos e resultado da pesquisa.

3 CONTABILIDADE PARA NÃO CONTADORES

Seja qual for o porte da empresa e seu ramo de atuação, seu crescimento e sucesso dependerá de quanto os profissionais que se encontram à sua frente estão preparados para administrar e utilizar as ferramentas disponíveis para auxílio nas tomadas de decisões.

Por conseguinte, um dos objetivos deste trabalho é fornecer uma base de conhecimento adequada sobre a Contabilidade e suas ferramentas básicas para que os gestores dessas MPE's possam manter e, conseqüentemente, desenvolver seu negócio. Conforme Ferronato (2015, p. 29), "aqueles que militam na carreira de gestor dos menores negócios carecem de claras e consistentes noções sobre contabilidade, finanças e gestão empresarial". Nesta visão, a procura por qualificação para gestão torna-se uma responsabilidade para o empresário que almeja sucesso.

Dito isto, a Contabilidade é um ramo importante e que não pode ser deixado de lado na gestão de uma empresa, desempenhando uma função imprescindível que é a coleta dados e transformação dos mesmos em relatórios contábeis contendo informações claras e precisas, sendo um apoio para aqueles que não exercem essa atividade ou que são leigos no assunto, mas, que necessitam entender essas informações, principalmente para a tomada de decisão.

Marion (1998, p. 24) afirma que "contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para tomada de decisões dentro e fora da empresa.

Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões”. Sendo assim, a contabilidade organiza essas as informações necessárias de forma com que sejam transformadas em relatórios que serão bases confiáveis para que o gestor possa ter segurança ao adotar certas atitudes.

De acordo com Ludícibus e Marion (2011, p.1), “frequentemente, os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio. ”

Portanto, percebe-se que as probabilidades de obter resultados positivos em uma empresa são reduzidas significativamente quando seus administradores e gestores são profissionais preparados.

A Contabilidade pode ser definida como uma ciência social aplicada, na qual seu principal objetivo é o controle do patrimônio de uma entidade.

Padoveze (2018, p. 3) assim afirma "podemos definir Contabilidade como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade." Sendo que o referido controle é realizado por meio da coleta e transformação dos dados que afetam o patrimônio.

O patrimônio de uma entidade engloba todos seus bens, direitos e obrigações. Numa empresa, por exemplo, seus bens podem classificados como um terreno, onde o mesmo está em nome da empresa. Seus direitos como uma duplicata a receber de um cliente. E uma obrigação, que pode ser um fornecedor a pagar.

Gouveia (2001, p. 01) define contabilidade como:

[...] um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeiro dessa entidade em uma determinada data.

Fabretti (2003, p. 30) afirma que:

Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam os atos e fatos administrativos, demonstrando no final de cada exercício social o resultado obtido e situação econômico-financeiro da entidade.

A contabilidade registra toda movimentação de uma entidade, transformando esses dados em relatórios e os apresenta a todos os interessados na situação atual da organização. Marion (2009, p.28) reforça, “a contabilidade não deve ser feita

visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, auxiliar as pessoas a tomarem decisões”.

Diante das afirmações dos autores da área, observa-se que a contabilidade é um tema importante e não pode ser esquecida pelo empresário, que é a parte mais interessada nos bons resultados do empreendimento. Uma vez que o pequeno empresário deixa de buscar conhecimento para a melhoria de seu negócio, ele automaticamente deixa de evoluir, causando até mesmo a insolvência de seu estabelecimento.

Um dos principais relatórios contábeis existentes é o Balanço Patrimonial. Pode-se afirmar que o mesmo é um retrato da empresa em uma data fixa. Geralmente, ao final do exercício (ano).

Conforme afirmar Ludícibus e Marion (2011, p. 15), “o balanço patrimonial reflete a posição financeira em determinado momento (normalmente, no fim do ano) de uma empresa. ” Sendo assim, o referido relatório não interessa tão somente à administração e os gerentes de uma empresa, mas também à bancos, fornecedores, clientes, entre outros.

O Balanço Patrimonial é formado pelo conjunto do Ativo (bens e direitos), Passivo (Passivo Exigível e Patrimônio Líquido).

Nesse sentido, Padoveze (2018, p.7) afirma:

O conjunto do Ativo e Passivo denominamos BALANÇO PATRIMONIAL. O nome Balanço vem da ideia de equilíbrio entre Ativo e Passivo. Assim, o Ativo compreende os bens e direitos, e o Passivo compreende as obrigações e o Patrimônio Líquido.

Juntamente com o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório extremamente importante onde é evidenciado o resultado da empresa em certo período, computando todas as operações realizadas pela empresa neste tempo.

Conforme afirma Ludícibus *et. al.* (2017, p. 177), “a Contabilidade, com os dois relatórios, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado o Exercício, um completando o outro, atinge a finalidade de mostrar a situação patrimonial e financeira da empresa. ”

Assim, observa-se que é imprescindível que o microempreendedor tenha um conhecimento, ainda que básico, sobre os relatórios contábeis e como interpretar os mesmos, a fim de informar-se da situação em que sua empresa se encontra.

Assim como dito a respeito do Balanço Patrimonial, a DRE também é de interesse de usuários externos (bancos, fornecedores, etc.), onde os mesmos podem obter dados e realizar avaliações em relação ao negócio.

Diante disso, Ludícibus *et. al.* (2017, p.177) assegura:

Com os dois relatórios, qualquer pessoa interessada nos negócios da empresa tem condições de obter informações, fazer análises, estimar variações, tirar conclusões de ordem patrimonial e econômico-financeira, traçar novos rumos para futuras transações e, para tanto, é só praticar adequada técnica de Análise e Interpretação de Balanços e outros processos fornecidos pela Contabilidade.

No tocante, vale ressaltar ainda que, partindo do pressuposto que a DRE retrata a real posição financeira da empresa, torna-se possível a tomada de decisões mais assertivas e confiáveis que poderão auxiliar a gestão na diminuição de gastos e otimização das receitas.

Diante de inúmeros instrumentos para o registro de todos os fatos que venham a afetar o patrimônio de uma empresa, tornou-se necessário a adequação de qual seria a melhor forma de se realizar tais registros. Desse modo, os princípios contábeis surgem como normas que visam a padronização, estruturação e escrituração da Contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio do artigo 2º da Resolução CFC nº 750/93, atualizada pela Resolução CFC nº 1282/10, norteia que os princípios fundamentais de contabilidade:

[...] representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

Dito isso, a Contabilidade possui seis princípios, sendo eles: o Princípio da Entidade, da Competência, da Continuidade, da Oportunidade, da Prudência e do Registro pelo Valor Original.

4 O PLANEJAMENTO, PLANO DE NEGÓCIO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento é uma atividade característica do ser humano, pois mesmo de feitiço informal, estamos diariamente desenvolvendo um planejamento, que vai desde darmos uma espiada na janela para ver como está o tempo até escolhermos a uma roupa adequada de acordo com o mesmo.

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. (OLIVEIRA, p. 5, 2007).

Voltada para o âmbito empresarial, o planejamento é uma função administrativa que permitirá ao microempreendedor entender a realidade de sua empresa, ou seja, é a determinação com antecedência das ações que devem ser exercidas para tornar realidade o objetivo que se deseja alcançar.

Um plano de negócio (PN) é um documento que descreve quais os objetivos de uma empresa e quais são os passos que devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo assim os riscos e as incertezas para o empresário e deve ser usado por todo e qualquer empreendedor que queira transformar o seu sonho em realidade. Ele é um método de sustentação de uma ideia, através do qual o empreendedor obtém elementos para decidir se deve ou não iniciar um novo projeto. E quando o empreendedor começa escrevê-lo passa a ser possível entender e estabelecer quais são as melhores diretrizes que devem ser aplicadas ao seu negócio.

O desenvolvimento do plano de negócio conduz e obriga o empreendedor ou empresário a concentrar-se na análise do ambiente de negócios, nas estratégias, nas competências, na estrutura, na organização, nos investimentos e nos recursos necessários, bem como no estudo da viabilidade do modelo de negócio. (BERNARDI, 2008, p. 4).

O PN é extremamente importante quando se trata da longevidade das micro e pequenas empresas, pois ele é uma ferramenta de gestão que se aplica tanto na

abertura de novos empreendimentos quanto no planejamento de empresas mais maduras.

A estratégia de uma empresa consiste em aglomerado de mudanças competitivas e abordagens comerciais que os gestores desempenham para almejar a melhor performance da empresa. Ela é basicamente um vasto e intenso plano de ação selecionado pela empresa, partindo de algumas premissas, para oferecer ganhos e vantagens em relação a situação em se encontra.

A estratégia é uma complicada escolha que envolve toda a organização e consiste em selecionar dentre várias hipóteses existentes qual deve ser escolhida a respeito dos aspectos internos e externos da organização e tomar decisões com base nesta opção. (CHIAVENATO E SAPIRO, 2016, p. 35)

Uma estratégia bem formulada ajuda a absorver e alocar todos os recursos da organização de forma viável para antecipar-se as inúmeras mudanças ocorridas no mercado e circunstancialmente aos competidores capacitados, que disputam os mesmos clientes e fornecedores, interferindo assim nos objetivos almejados pela empresa.

O Planejamento Estratégico é uma das ferramentas mais importantes para auxiliar na tomada de decisão, pois é a partir dele que se toma a decisão do que dever ser feito, de como e por quem será feito. Ele é essencial dentro das grandes e pequenas empresas, pois na medida em que se traça os objetivos, as diretrizes e os planos de ação, terá como resultado vantagens sobre a concorrência e a sustentabilidade da empresa a longo prazo.

O planejamento estratégico é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa, visando ao otimizado grau de interação com os fatores externos, não controláveis e atuando de forma inovadora e diferenciada. (OLIVEIRA, 2007, p.17).

Percebe-se dessa forma, que mesmo que o planejamento estratégico seja utilizado mais por grandes corporações, ele é indicado a qualquer tipo de empresa, pois consiste basicamente em definir metas e objetivos que impulsionará as atividades da empresa e seu futuro.

5 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial pode ser definida como a utilização de técnicas e procedimentos contábeis capazes de identificar, mensurar, analisar e transformar as informações necessárias à administração para que as mesmas auxiliem os gestores nas tomadas de decisões.

Padoveze (2012, p.11) afirma:

A Contabilidade Gerencial é necessária para qualquer entidade. O foco são os usuários internos em quaisquer níveis da administração que necessitam de informações contábeis para o processo de planejamento e controle das operações e a tomada de decisão.

Ferramenta indispensável para aqueles empresários que almejam o sucesso e desenvolvimento de seu negócio, a contabilidade gerencial proporciona subsídios para que a administração determine qual o melhor caminho para a empresa.

Define-se custo como gasto relativo a bens ou serviços utilizados para que a empresa possa ofertar outros bens ou serviços. Em outras palavras, e voltando para o lado das empresas comerciais, seria basicamente o que a empresa gasta para que sua mercadoria adquirida para revenda seja ofertada à seu cliente.

A Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC) 2 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), define:

Custo é a soma dos gastos incorridos e necessários para a aquisição, conversão e outros procedimentos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, e compreende todos os gastos incorridos na sua aquisição ou produção, de modo a colocá-los em condições de serem vendidos, transformados, utilizados na elaboração de produtos ou na prestação de serviços que façam parte do objeto social da entidade, ou realizados de qualquer outra forma. (IBRACON, item 8).

O empresário precisa reconhecer que esse processo envolve custo, e necessário identificar qual o custo que ele tem, pois influenciará em todo o processo de precificação e venda de seu produto.

Quando o assunto é equilíbrio financeiro dentro da empresa o capital de giro é uma ferramenta muito importante, pois trata-se da diferença entre os recursos disponíveis no ativo circulante e os valores do passivo circulante.

O termo capital de giro precisa ser entendido como o valor investido nas atividades operacionais correntes dos pequenos negócios. Mais detalhadamente, na sua formulação tradicional, em termos absolutos, trata-se da diferença algébrica entre o Ativo Circulante menos o Passivo Circulante (AC-PC). (FERRONATO, 2015, p. 138).

É o capital de giro que permitirá que a empresa continue operando suas atividades em situações em que as despesas excedam suas receitas, ou seja, ele tem um papel importante no desempenho dos pequenos negócios, pois geralmente cobrirá a maior parte dos ativos investidos.

O fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão muito importante para a tomada de decisão e garantia de sustentabilidade do negócio, pois permite ao empresário realizar acompanhamento de toda a movimentação do empreendimento, sendo assim possível, saber o total das receitas e do quanto pode ser gasto para que a empresa não fique no vermelho, ou seja, é basicamente o controle de todos os valores que saem e entram da empresa.

O fluxo de caixa é um esquema que representa as entradas e saídas do caixa ao longo do tempo. Em um fluxo de caixa deve existir pelo menos uma saída e pelo menos uma entrada (ou vice-versa). (HOJI, 2014, p.74).

A sua elaboração e introdução é de vital importância para as micro e pequenas empresas dentre os dias atuais, pois com o mercado cada vez mais competitivo faz-se necessário utilizar esta ferramenta como auxílio na tomada de decisão e manutenção no mercado.

Um dos fatores determinantes que induz clientes sobre a decisão de compra em um determinado estabelecimento é o preço venda. E em um mercado competitivo é necessário que os micros e pequenos empresários saibam se o preço que estão oferecendo é a melhor oferta sem comprometer a sua lucratividade.

Caso pergunte a qualquer comerciante como ele forma o seu preço de venda, a resposta será provavelmente que ele considera o preço que pagou pelo produto e então multiplica por dois. Mas infelizmente não é tão simples assim, pois para que o preço de venda se torne lucrativo é necessário que os custos sejam mensurados sem erros.

Para Bruni e Famá (2003, p. 311) “um preço equivocado de um produto ou serviço certamente causará sua ruína”. Quando o micro e pequeno empresário for

calcular seu preço de venda é essencial ele leve em consideração três fatores importantes para a definição do preço. São eles: os custos, a demanda e a concorrência.

6 EMPREGABILIDADE

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o percentual de desemprego concluiu os três últimos meses de 2018 em 11,6%. Resultando em um saldo abaixo daquele apurado no terceiro trimestre (11,9%) e do apontado no mesmo período em 2017 (11,8%).

Diante dessa situação muitas pessoas se viram sem seu emprego, uma família para sustentar, dívidas e mais dívidas se acumulando. A alternativa do cidadão brasileiro foi empreender, criar algum tipo de negócio para sua subsistência.

As pessoas passaram a buscar uma forma de gerar sustento, pagar suas dívidas e sustentar suas famílias e viram o empreendedorismo como uma alternativa mais rápida. Mas o empreendedorismo não surge somente a partir de necessidades extremas, não podemos deixar de mencionar que o empreendedorismo também surge de forma planejada.

A área do empreendedorismo começa com sonhos, quando uma ou mais pessoas formula uma ideia criativa ou inovadora, ou pelo reconhecimento de uma oportunidade potencialmente útil e economicamente viável, passa pela reunião de recursos e avança com a fundação de uma empresa que, inexoravelmente, começa pequena. (FERRONATO, 2015, p. 59).

Observamos que empreender gera emprego para quem investe, o indivíduo passa a ser seu próprio funcionário. Existem situações em que o negócio evolui de forma tão positiva, que passa a ser necessário contratar pessoal para auxiliar nas tarefas do novo empreendimento e notamos que as MPES passam a gerar emprego e renda para outras pessoas também.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

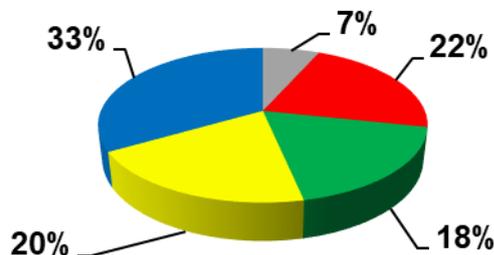
Neste estágio do trabalho tem-se como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada e evidenciar como as MPEs do ramo de vestuário e

acessórios do centro de São Mateus estão com relação à gestão de seu negócio. Os dados estão demonstrados por meio de gráficos e foram comentados com intuito de enriquecer e auxiliar a análise da pesquisa.

O gráfico (1) apresenta um levantamento da faixa etária dos empresários, no qual, 33 % representam as pessoas que possuem idade acima de 40 anos, 22% entre 26 e 30 anos, 20% entre 36 e 40 anos, 18% entre 31 e 35 anos e por último representado por 7% as idades entre 18 e 25 anos. Dessa forma observa-se que os maiores empreendedores são as pessoas acima de 40 anos, que por possuírem experiência com o mercado de trabalho, já não acha esse meio tão atrativo, resolvendo assim abrir o seu próprio negócio.

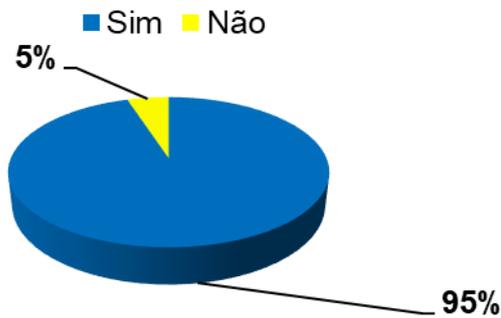
Gráfico 1 – Faixa etária dos empresários

■ Entre 18 e 25 anos ■ Entre 26 e 30 anos
■ Entre 31 e 35 anos ■ Entre 36 e 40 anos



O gráfico (2) representa o questionamento aos empresários se os mesmos possuíam conhecimento sobre o que é a Contabilidade. Observa-se que 95% afirmaram conhecer a área, por outro lado, apenas 5% não sabem o que é Contabilidade. Apesar do conhecimento, esses empresários não buscam o auxílio da contabilidade e nem buscam conhecimento acerca de suas ferramentas gerenciais para tomar suas decisões, gerir e realizar investimentos em seu negócio.

Gráfico 2 – Conhecimento acerca da Contabilidade:



De acordo com a população entrevistada, o gráfico (3) representa o quantitativo de empresários que utilizam os serviços da Contabilidade. Onde 85% utilizam o serviço e 15% não utilizam. A maioria dos empresários que utilizam os serviços contábeis com a finalidade de gerar folha de pagamento e apurar impostos mensais, os mesmos não procuram a consultoria contábil para tomar decisões, realizar investimentos ou até mesmo buscar conhecer melhor o seu negócio, é um dado preocupante, pois a contabilidade e suas ferramentas são importantíssimas para o desenvolvimento do empreendimento, seja ele qual for.

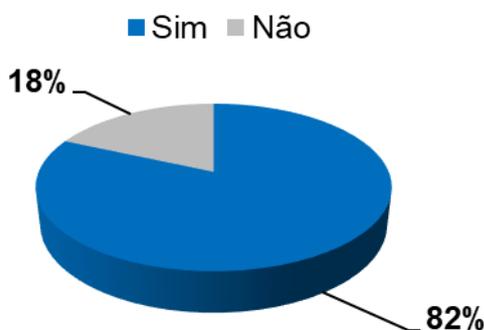
Gráfico 3 – Utilização da Contabilidade pelos empresários:



No gráfico (4), observa-se que 82% dos empresários entrevistados afirmam ter ciência do porte empresarial de sua empresa, já os 18% restantes desconhecem essa informação. Outro dado importante da pesquisa, pois cada porte empresarial possui suas limitações e regras, o empresário que não busca conhecimento de fato quanto a esse assunto, acaba, que por muitas vezes, levando o negócio a falência, porque cada porte empresarial possui limites de faturamentos e compras. É

importante o empreendedor ter conhecimento sobre esse assunto e realizar esse controle junto a contabilidade.

Gráfico 4 – Conhecimento sobre o porte da empresa:



O presente gráfico (5) evidencia a compreensão do empresário a respeito do que é Contabilidade Gerencial. Percebe-se que há um equilíbrio entre os que afirmam conhecer ou não este conceito, resultando num percentual de 50% para ambos. A contabilidade gerencial se faz importante quando o assunto é administrar bem o seu negócio, a partir do momento que o empresário não se interessa ou não busca conhecimento sobre gerenciamento, ele começará a fazer parte do grupo de empresas que irão entrar em falência. Ele precisa dominar sua empresa, saber gerenciar, investir no momento correto, precificar o seu produto de forma que não fique no prejuízo, e para tudo isso ocorrer é necessário o conhecimento a área.

Gráfico 5 – Conhecimento sobre Contabilidade Gerencial:



Já o gráfico (6) demonstra que 70% dos entrevistados asseguram saber calcular o custo da mercadoria que é vendida, já 28% não possuem esse entendimento e 2% optaram por não responder. Outro ponto importante é saber qual o seu custo em cima do que é vendido, isso influenciará no preço de venda do seu

produto. É a partir desse cálculo que o empresário analisará se será viável ou não comercializar determinado tipo de produto.

Gráfico 6 – Custo da Mercadoria Vendida (CMV):



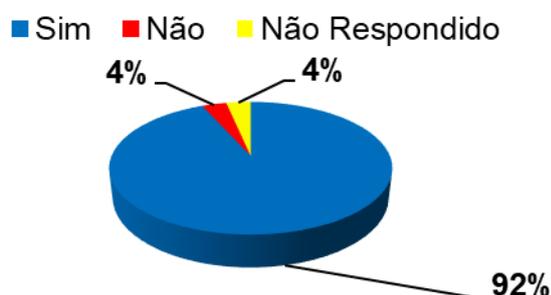
Neste gráfico (7), verifica-se que 88% afirmam que sabem calcular o preço de venda de sua mercadoria, 10% não conhecem o método para este cálculo e 2% optaram por não responder. É um dado contraditório, levando em consideração o gráfico anterior, onde 28% não sabem mensurar o custo da sua mercadoria. Logo, para formação do seu preço de venda, é imprescindível que se tenha essa informação.

Gráfico 7 – Formação do preço de venda:



Neste gráfico (8), demonstra-se o percentual de empresários que mantêm os pagamentos dos impostos em dia. Sendo que 92% da população entrevistada afirma pagar os tributos em dia, 4% diz não estar em dia com os pagamentos dos mesmos e 4% optaram por não responder. A partir do momento que o empresário passa a não quitar suas dívidas e impostos mensais ele cria um alerta ao fisco, e com isso ele abre uma possibilidade muito grande de ser fiscalizado, gerando mais uma dívida que ele provavelmente não conseguirá quitar, levando o seu negócio a falência.

Gráfico 8 – Pagamento dos impostos:



O gráfico seguinte (9) expõe o percentual de empresários que afirmam ou não terem feito uma pesquisa de mercado anteriormente da abertura da empresa, com intuito de verificar a viabilidade do negócio. Nota-se que 63% não fizeram a pesquisa de mercado, 35% realizaram a mesma e 2% optaram por não responder a este questionamento. O estudo de viabilidade do negócio é importantíssimo, pois é a partir dele que terá uma prévia de quão rentável, necessário e viável o mesmo será. Através desse estudo fica visível os pontos fracos e fortes do ramo, podendo também ser analisado a concorrência e quais as suas deficiências, para que esse novo negócio atenda o que é ruim no seu concorrente.

Gráfico 9 – Viabilidade de negócio



O gráfico (10) demonstra sobre os empresários que realizam a separação de despesas da empresa e despesas pessoais, problema sério que é encontrado nos pequenos negócios, principalmente. Dentre os entrevistados, 63% alegam que existe a separação das despesas, 35% não fazem essa separação e 2% não responderam a esse questionamento. Se tratando dessa separação, chamamos atenção ao princípio da entidade que já foi mencionado no presente estudo, sem essa segregação torna-se difícil mensurar se realmente a empresa está dando lucro ou prejuízo, pois não consegue obter um fluxo de caixa correto, nem tampouco ter um balanço patrimonial concreto.

Gráfico 10 – Separação de despesas da empresa e despesas pessoais



Os dados apurados contribuíram de forma satisfatória para o presente estudo, atingindo nossos objetivos que era conhecer um pouco mais sobre o empresário, sua gestão e nível de conhecimento a respeito das ferramentas básicas da contabilidade gerencial. Lembrando que esse artigo científico foi baseado em nosso trabalho de conclusão de curso, com isso separamos os dados e resultados mais importantes de toda a pesquisa. Alguns dados nos surpreenderam, pois ficou explícito que os empresários afirmam possuir entendimento acerca das ferramentas de gestão, mas, sabemos que muitos empresários mentem ou omitem informações nestes tipos de pesquisas, portanto nós deixamos o seguinte questionamento: será que realmente sabem ou mascaram a pesquisa?

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As micro e pequenas empresas são de grande importância para a economia brasileira, haja vista que, seu principal enfoque é a geração de renda e mão de obra

no país. Contudo, como grande parte delas são constituídas por indivíduos que ficaram anos em uma empresa e quando saem tentam se arriscar em um novo empreendimento, mas sem obter conhecimentos que possam agregar do seu negócio, essas empresas acabam entrando em falência em seus primeiros anos de vida. Levando em conta essas informações, o propósito desse estudo algumas ferramentas de gestão básicas, que venham a contribuir para a prosperidade dessas empresas, visando dessa forma minimizar as altas taxas de mortalidade que existem entre os negócios que possuem essa natureza jurídica.

Dentre as inúmeras ferramentas gerenciais existentes, optou-se em abordar as que são consideradas básicas para o sucesso da empresa, como por exemplo, conhecimento em contabilidade para não contadores, onde foi abordado sobre a interpretação dos dois relatórios contábeis mais importante, sendo eles, o balanço patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, também foi exposto sobre a aplicabilidade dos princípios da contabilidade, para uma melhor organização da empresa, falamos também sobre os tipos de portes empresariais, onde essa informação se faz necessário que o empresário escolha a categoria de empresa que ele quer ter, qual o faturamento anual de seu negócio, o quanto de impostos ele pagará, quais serão suas obrigações mensalmente, quais os custos com funcionários, entre outras variáveis, o planejamento, estratégias e as ferramentas gerenciais básicas.

Nosso estudo visou ajudar nos problemas de gestão financeira, controle, planejamento, separação de despesas pessoais e jurídicas, formar preço de venda, buscar auxílio da contabilidade para a gestão e administração de seu negócio, expôs ferramentas administrativas e frisou a importância que uma MPE possui se tratando dos níveis de empregabilidade.

Diante da problemática apresentada, ficou evidente o quanto as ferramentas de gestão básicas são úteis e eficazes para o aumento e desenvolvimento das MPE's no geral, além de diminuir principalmente as taxas de mortalidade das mesmas. Atingimos o propósito dessa pesquisa que era apresentar a contabilidade básica e algumas técnicas de contabilidade gerencial, visando dessa forma, contribuir para a prosperidade das micro e pequenas empresas, não somente do município de São Mateus-ES, mas pequenos empresários como um todo.

Com base nos nossos objetivos específicos propostos, realizamos a pesquisa de campo com os microempresários do ramo de vestuário e acessórios de centro de São Mateus, no qual foi mensurado o nível de compreensão dos mesmos a respeito da gestão de seu negócio. Do mesmo modo foi exibido conceitos a respeito da contabilidade e gerencial para não contadores, de forma clara e sucinta para que o pequeno empresário possa compreender sobre o que é e qual sua importância, podendo assim interpretar os relatórios fornecidos pela contabilidade, e suas ferramentas básicas influenciando assim na prosperidade das MPE's.

E por fim, concluindo nossos objetivos específicos, relatamos sobre a influência que uma MPE gera diante das taxas de empregabilidade, pois de acordo com as pesquisas realizadas pelos órgãos competentes, são agentes potencializadores na geração de emprego, renda, e redução das desigualdades sociais. Vale ressaltar que a presente temática não se concluirá por aqui, essa área de pesquisa tem crescido muito e tenderá a desenvolver ainda mais. Sendo assim, esse estudo não se encerra, visto que é um tema vasto e importante. Portanto, torna-se necessário que haja maiores pesquisas e análises acerca do mesmo.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de plano de negócios**: fundamento, processos e estruturação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de Custos e Formação de preço**: com aplicação na calculadora HP 12C e Excel. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CFC. **Resolução 750 de 1993**. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2010/001282. Acesso em: 09 nov. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**: Fundamentos e aplicações da intenção aos resultados. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

FABRETTI, Lúaudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRONATO, Aírto João. **Gestão Contábil-Financeira de Micro e Pequenas Empresas**: Sobrevivência e Sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2001.

IBGE. **São Mateus**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-mateus/historico>>. Acesso em: 21 out. 2019.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras e orçamento empresarial. 11 ed. São Paulo: Atlas. 2014.

IBRACON. **NPC 2 Estoques**. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/lisPublicacoes.php?codCat=3>. Acesso em: 05 nov. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração estratégica na prática**: a competitividade para administrar o futuro das empresas. 5.ed. Sao Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade Gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pibdobrasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 11 nov. 2017.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 20/12/2020
Aprovado em: 23/12/2020

ASSÉDIO SEXUAL EM CONCESSIONÁRIAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO

SEXUAL HARASSMENT IN CONCESSIONAIRE PROVIDERS OF PUBLIC SERVICE OF COLLECTIVE TRANSPORT

Samuel Davi Garcia Mendonça: Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.
Faculdade Vale do Cricaré. samuel.mendonca@ivc.br.

Resumo: Este trabalho buscou analisar esse fenômeno que é o assédio sexual, mais especificamente na seara da prestação de serviço público de transporte coletivo por concessionárias constituídas para tal fim, onde tais condutas delituosas têm sido mais frequentes. O assédio sexual não é um fenômeno novo, é tão antigo quanto às relações humanas, tendo se destacado com o crescimento urbano cada vez mais frenético. Assim, este trabalho tem como objetivo caracterizar e identificar o assédio sexual em concessionárias prestadoras de transporte público coletivo para que não seja confundido com outros comportamentos ilícitos ou apenas atos isolados. Nesse sentido, o assédio sexual, na seara em análise, é uma prática sistematizada de comportamento abusivo, vexatório e degradante ao longo do tempo. Neste trabalho, o assédio sexual no transporte público foi analisado à luz dos princípios constitucionais, como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Por fim, foi apontado neste estudo que a vítima de assédio tem o direito de buscar judicialmente a reparação dos danos sofridos moral e/ou materialmente, para que pelo menos seu sofrimento seja mitigado.

Palavras-chave: Assédio Sexual. Transporte público. Indenização.

Abstract: This work sought to analyze this phenomenon, which is sexual harassment, more specifically in the field of public service provision of public transportation by concessionaires established for this purpose, where such criminal conduct has been more frequent. Sexual harassment is not a new phenomenon, it is as old as human relations, having stood out with the increasingly frantic urban growth. Thus, this work aims to characterize and identify sexual harassment in concessionaires providing public transportation so that it is not confused with other illegal behaviors or just isolated acts. In this sense, sexual harassment, in the field under analysis, is a systematic practice of abusive, vexing and degrading behavior over time. In this work, sexual harassment in public transport was analyzed in the light of constitutional principles, such as the Principle of Human Dignity. Finally, it was pointed out in this study that the victim of harassment has the right to seek judicial redress for the damage suffered morally and / or materially, so that at least their suffering is mitigated.

Keywords: Sexual Harassment. Public transportation. Indemnity.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se mostra relevante para os mundos acadêmico e jurídico na medida em que o chamado assédio sexual em concessionárias de serviço público de transporte coletivo não encontra no direito brasileiro tipo penal específico a disciplinar tal conduta como criminosa, valendo-se os operadores do direito de tipos penais relativos a crimes sexuais de condutas similares para tentar reprimir ditos delitos.

Neste sentido, o problema a ser pesquisado reside em se perquirir a existência de tipificação específica acerca do assédio sexual em transporte público, e, no caso de ausência, quais tipificações similares poderiam ser aplicadas para se tentar reprimir tal conduta.

No momento, a hipótese analisada e mais provável seria aquela segundo a qual não existe no direito brasileiro tipificação penal específica a cuidar do assédio sexual em transporte público, utilizando-se tipos penais similares para se tentar reprimir tal conduta.

O objetivo geral, portanto, é o de investigar a existência de tipificação específica acerca do assédio sexual em transporte público, bem como, em caso negativo, a necessidade desta.

Nesta linha, como objetivos específicos, em se tratando de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, seriam os de pesquisar como a doutrina vem tratando tal conduta, relacionar a jurisprudência que trata do tema e sopesar os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais coletados.

O tema do trabalho está sendo discutido no meio social, sendo tratado com certa discricção quando acontece na seara do transporte público, em razão do constrangimento impingido às vítimas, sendo que muitas vezes o causador do assédio sai impune.

Devido a isso, abordar-se-á este tema que hoje é inequivocamente recorrente.

2 MÉTODOS

A metodologia utilizada no desenvolvimento do presente trabalho foi a da pesquisa essencialmente bibliográfica, buscando-se os posicionamentos doutrinários acerca de tal conduta, os arestos jurisprudenciais que tratam do tema, ultimando-se com um sopesamento dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais coletados.

3 DO ASSÉDIO E SUA VERTENTE SEXUAL

Na história mundial o assédio sexual esteve sempre presente, quando se trata principalmente do assédio realizado pelo homem contra a mulher. Antigamente o sexo feminino era inferior ao masculino, sendo a mulher comparada a um objeto, que não era capaz de exercer as atividades masculinas, tendo sido por um bom tempo tida como sexo frágil, servindo direta e somente aos trabalhos domésticos, de matriz reprodutora e de satisfazer as necessidades do homem (GARCIA, 2004)².

Logo após a revolução industrial, a partir da década de 70, foi quando as mulheres começaram a ingressar no mercado de trabalho. Nas grandes indústrias começou a utilização das máquinas, com isso o condicionamento físico e a força física não faziam tanta diferença, facilitando o trabalho, tornando-o menos cansativo e pesado, atingindo os que os homens alcançavam (BARROS, 2017)³.

Mostrando assim seus valores, conquistando cada dia mais seu espaço no mercado de trabalho, porém, existe ainda em alguns lugares a discriminação quanto aos sexos, mas ao passar do tempo e da equiparação junto aos sexos feita pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, I⁴, que versa sobre garantias e direitos fundamentais e invioláveis, afirmando que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”.

Não obstante o teor da norma, surge daí, então, a exploração do trabalho, a mulher sendo considerada uma mão-de-obra extremamente barata, inovadora e mais dócil, que com isso às práticas de assédio sexual vieram a acontecer, não somente nas relações trabalhistas mas em todos os aspectos da vida em sociedade,

² GARCIA, Maria. **Limites da ciência**: a dignidade da pessoa humana: a ética da responsabilidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

³ BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTR, 2017.

⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 02/05/2020.

sendo na grande maioria das vezes a mulher vítima de tal ato, e, em pouquíssimos casos, o homem se vê assediado, disciplinando, por via de consequência, a legislação pertinente tal conduta como crime, com penalidades previstas em normas específicas (BARROS, 1997)⁵.

De acordo com Lima (2015)⁶, nos primórdios desta civilização, o ser humano com vigor físico subordinava os fracos, e assim foi nas conquistas de territórios, em que os conquistados eram obrigados a trabalharem para os colonizadores, por troca de alimento e sobrevivência.

Ainda de acordo com Lima (2015)⁷, os colonizadores utilizavam de sua posição de superioridade para subjugar homens e mulheres às suas libidos sexuais, conforme foi evoluindo a concepção de direitos os seres humanos passaram a não mais aceitar serem tratados como objetos.

Vasconcelos (2011)⁸ ensina que o lema da revolução francesa (liberdade, igualdade, fraternidade), traduz a evolução dos direitos fundamentais que de acordo com a doutrina é dividido em gerações.

Conforme o breve histórico da evolução dos direitos fundamentais, as primeiras gerações garantiram a liberdade, igualdade e fraternidade Vasconcelos (2011)⁹, surgiram outras questões como, por exemplo, a igualdade entre gêneros, as liberdades individuais, que são temas atuais e ainda em debate e estão sendo acolhidos em face do princípio da dignidade da pessoa humana, disposto no artigo art.1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Segundo Lima¹⁰, o direito evoluiu, isto é um fato, mas ainda encontra barreiras primitivas em relação a subjugar o fraco a vontade do forte, o que envolve a vertente sexual em todas as áreas da vida humana, o que se dá cotidianamente no mundo inteiro, mas não como antigamente, pois hoje há normas que punem os infratores.

⁵ _____. **Proteção à Intimidade do empregado**. São Paulo: LTR, 1997.

⁶ LIMA, Kewri Rebeschini. **Assédio sexual no trabalho**. *In*: Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região. Nº 02, 2015. Disponível em: <<http://www4.trt23.jus.br/revista/content/ass%C3%A9dio-sexual-no-trabalho>>. Acessado em 04/05/2020.

⁷ Idem.

⁸ VASCONCELOS, Clever. **Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva v. 1, 2011.

⁹ Idem.

¹⁰ LIMA, Kewri Rebeschini. Ob cit.

Nesse diapasão, cabe citar o preceito de igualdade do filósofo Aristóteles segundo o qual deve-se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade, conforme ensina Ayres¹¹.

Nesse sentido, a CLT trás, em seu artigo 372 e seguintes, o capítulo da proteção do trabalho da mulher:

Art. 372 - Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este Capítulo.

Parágrafo único - Não é regido pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho.

Parágrafo único - (Revogado). (Parágrafo revogado pela Lei n.º 13.467/2017 - DOU 14/07/2017 - entrará em vigor 120 dias após sua publicação)

Art. 373 - A duração normal de trabalho da mulher será de 8 (oito) horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

Art. 373-A - Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:

I - publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;

II - recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;

III - considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;

IV - exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;

V - impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;

VI - proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não obsta a adoção de medidas temporárias que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em particular as que se destinam a corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher. (Artigo acrescentado pela [Lei nº 9.799](#), de 26-5-99, DOU 27-05-99). (TRT2. **CLT Dinâmica**. Disponível em: <<http://www.trtsp.jus.br/clt-din>>. Acesso em 04/05/2020)¹².

¹¹ AYRES, [Deborah Maria](#). “O direito à igualdade que discrimina”. In: direito net <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3509/O-direito-a-igualdade-que-discrimina>>. Acessado em 02/05/2020.

¹² CLT Dinâmica, TRT2. **Responsabilidade civil no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 3. ed. 2008. Disponível em: <<http://www.trtsp.jus.br/clt-din>>. Acessado em 04/05/2020.

A proteção do ambiente de trabalhado não somente das mulheres, mas dos trabalhadores, é necessária, pois se não houver, como é uma relação entre pessoas, esta fica à mercê de sua exploração além dos limites legais.

A ofensa da dignidade da pessoa humana, sua intimidade e liberdade sexual, caracteriza o assédio sexual. Nesse sentido o estado passou a intervir nas relações pessoais, mais recentemente com a criação da Lei “Maria da Penha”, para proteção da mulher no seio familiar, assim como da proteção da mulher no ambiente de trabalho em relação a assédio sexual, conforme o art. 1º, § 2º, II, da lei 10.778/03, *in verbis*:

Art. 1º. Constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

(...)

§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que:

(...)

II – tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro **e assédio sexual no lugar de trabalho**, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; (BRASIL, 2003)¹³.

O advento da consolidação das leis do trabalho assegurou os direitos do empregado em face do empregador, ocorre que com o passar do tempo foram surgindo algumas leis esparsas que tratam de temas específicos, gerando regras adicionais. Nesse interim também foi tipificado o crime de assédio sexual, como se verá doravante quando se tratar do conceito de assédio sexual.

A criação do tipo penal supracitado foi necessária, pois quando as mulheres começaram a adentrar ao mercado de trabalho, seus empregadores além de diferenciar os salários de homens e mulheres, requisitavam favorecimento sexual, em razão do poder hierárquico em relação as funcionárias, o que não é mais tolerado nos dias atuais, mas infelizmente há muitos relatos de que esta prática continua, e, hoje, extrapolando as relações de trabalho, indo parar no dia-a-dia, no cotidiano, e, em especial, no transporte público.

¹³ BRASIL. Lei 10.778/2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm>. Acessado em 04/05/2020.

3.1 DA LIBERDADE SEXUAL

É o direito de praticar atos destinados à satisfação da libido, conforme as normas jurídicas.¹⁴

O direito à vida privada, no dizer de Simón (2000, p. 77)¹⁵, compreende essencialmente seis componentes: a liberdade de domicílio, o direito ao segredo, o direito à inviolabilidade das correspondências, o direito à proteção das informações nominativas, o direito a uma vida familiar normal e o direito à vida sexual.

A Professora Maria Helena Diniz¹⁶, em seu “Dicionário Jurídico”, conceitua a expressão “liberdade sexual” como:

LIBERDADE SEXUAL. Direito penal. Direito de disposição do próprio corpo ou de não ser forçado a praticar ato sexual. Constituirão crimes contra liberdade sexual: o ato de constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça; o atentado violento ao pudor, forçando alguém a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal; a conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude, a praticar ato libidinoso.

Magalhães Noronha¹⁷ ensina sobre a liberdade sexual:

Tal liberdade não desaparece nas próprias espécies inferiores, onde se observa que geralmente o macho procura a fêmea, quando ela se acha em cio, isto é, predisposta ao coito. Nelas, também, a requisição antecedente é o fato observado pelos zoólogos. Os odores, as cores, as formas, a força, o som, as danças etc. são sempre recursos postos em prática antes do amplexo sexual. No homem, a requisição antecede ao ato, mesmo entre os selvagens. São sempre a música e a dança os atos preliminares da união dos sexos, como anota Havelock Ellis. Fácil, pois, é conjeturar quão intenso é o primitivismo bárbaro do que atenta contra a disponibilidade sexual da pessoa.

Simón (2000, 172)¹⁸ frisa que:

Como expressão do direito à vida e corolário da dignidade da pessoa humana, a liberdade, caracterizada superficialmente como poder de autodeterminação, é essencial. Assim, a vontade do indivíduo para usufruir

¹⁴ MÁSCOLO, Tomas; HERÓN, Pablo. O trabalho e as restrições à sexualidade. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/O-trabalho-e-as-restricoes-a-sexualidade>>. Acessado em 04/05/2020.

¹⁵ SIMÓN, S. L. **A proteção constitucional da intimidade e da vida privada do empregado**. São Paulo: Ltr, 2000.

¹⁶ DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: SARAIVA, 2005.

¹⁷ NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito Penal**. V. 3. 27 ed. São Paulo: SARAIVA, 2003.

¹⁸ SIMÓN, S. L. *Ob. cit.*

dessa prerrogativa deve ser pura e linear e deve estar desimpedida por completo. O arbítrio é imprescindível.

O assédio sexual viola o direito da vítima livremente dispor de seu próprio corpo, atentando contra a liberdade sexual e os direitos à intimidade e à vida privada garantidos na Constituição Federal.¹⁹

Nesta sentindo Simón (2000, 174)²⁰ em sua doutrina:

Por não ser uma situação que constranja apenas a mulher, o assédio é condenado não em virtude da discriminação que carrega consigo (desrespeito ao princípio da igualdade), mas sim em razão da lesão à liberdade sexual e, dependendo da situação, à intimidade e à vida privada.

Diante disso Maria de Lourdes²¹ explica que em decorrência de um contrato de trabalho o empregador passa a subordinar o empregado. Os empregadores acabam abusando do poder diretivo e viola a liberdade sexual de seus empregados. Um exemplo em prática é na época medieval do *jus primae noctis* (direito a primeira noite), onde o senhor fazia exigência para poder passar a noite de núpcias com as recém-casadas.

Complementa ainda que os sujeitos do assédio sexual podem ser tanto homens quanto mulheres, e independente do sexo da vítima e do agente, o assédio sexual constitui violação à liberdade sexual e à dignidade humana.

3.2 CONCEITO DE ASSÉDIO SEXUAL

Inicialmente deve-se considerar a definição do Dicionário da Língua Portuguesa, assediar significa “[...] perseguir com propostas; sugerir com insistência; ser importuno ao tentar obter algo; molestar”. Complementa ainda “insistir com pedidos ou propostas; importunar alguém para que esta pessoa faça alguma coisa”²² e o assédio sexual seria o “conjunto de atos ou ditos com intenções sexuais,

¹⁹ JUSBRASIL. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/296481/liberdade-sexual>> Acessado em 04/05/2020.

²⁰ SIMÓN, S. L. Ob. cit.

²¹ LEIRIA, Maria Lurdes. **Assédio sexual laboral, agente causador de doenças do trabalho: reflexos na saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2012.

²² DICIO, dicionário Online de Português. **Assediar**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assediar/>. Acessado em 05/05/2020.

geralmente levados a cabo por alguém que se encontra em posição hierárquica, social, econômica etc.”²³.

A Lei nº 10.224, de 16/05/2001²⁴, estabeleceu o tipo penal do assédio sexual, sendo disciplinado no art. 216-A do Código Penal, que estabelece:

Constranger alguém com intuito de levar vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo se o agente de sua forma de superior hierárquico, ou ascendência inerentes a exercício de emprego, cargo ou função:
Pena: detenção de 1(um) a 2(dois) anos.

Para Marly Cardone²⁵ o conceito de assédio sexual se traduz da seguinte forma:

A atitude de alguém que, desejado obter favores libidinosos de outra pessoa, causa a esta constrangimento, por não haver reciprocidade (...). Se assédio é insistência, para que exista o comportamento que estamos pretendendo definir, necessário se torna que haja frequentes investidas do assediador junto à pessoa molestada, em artigo intitulado.

Portanto, para que ocorra efetivamente o assédio sexual, é necessário que exista entre assediado e assediador, na relação de trabalho, diferença hierárquica, que a proposta sexual não seja somente um simples flerte, mas sim uma extenuante investida, que efetivamente diminua e constranja a liberdade sexual do assediado²⁶.

Conclui-se que assédio sexual constitui-se em constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se de condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes (ainda que de gênero, ou condição social), podendo este constrangimento ser sutil ou explícito.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO ASSÉDIO SEXUAL

O art. 5º, X, da Constituição Federal de 1988 que afiança uma ampla tutela desses valores (honra, intimidade, imagem e vida privada), aplica-se em cheio à

²³ PRIBERAM Dicionário. **Assédio sexual.** Disponível em: <<https://www.priberam.pt/DLPO/ass%C3%A9dio%20sexual>>. Acessado em 05/05/2020.

²⁴ BRASIL. **Lei 10224/2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm>. Acessado em 04/05/2020.

²⁵ CARDONE. Marly. *In* artigo: "O "ASSÉDIO SEXUAL" COMO JUSTA CAUSA", publicado no "Repertório IOB de Jurisprudência", n.º 23/94, pág. 393.

²⁶ LATIF, Omar Aref Abdul. *Ob. cit.*

prática do assédio moral, sendo também a sua base legal em colação com o art. 1º, III, da Constituição Federal, que afiança-se uma ampla proteção à dignidade da pessoa humana. Além dos fundamentos jurídicos não se pode negar que toda prática de assédio (moral ou sexual), acaba por implicar numa discriminação negativa e odiosa da vítima, o que é vedado pelo art. 3º, IV, da Constituição Federal e pelo art. 1º da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho, a qual restou incorporada na ordem jurídica por meio do Decreto de Promulgação n. 62.150/68 (AZEVEDO, 2005, p. 90-91)²⁷.

Qualquer indivíduo pode ser vítima de assédio sexual, independentemente, de sexo e/ou orientação sexual e todos têm direito à especial proteção do direito contra esta prática intolerável. Para entender melhor o instituto é vital atentar ao fato de que existe distinção entre as práticas do assédio sexual, assédio moral e a sedução. Cada uma delas caracteriza-se pelo preenchimento de alguns requisitos, os quais se passam a tratar nas linhas que seguem (AZEVEDO, 2005, p. 98)²⁸.

Azevedo (2005, p. 98-99)²⁹ ressalta que:

No assédio sexual, o intuito principal é de obtenção de favores sexuais por meio de práticas reiteradas pelo empregador ou daquele que detenha poder hierárquico sobre o assediado. Tais condutas ilícitas se valem da ameaça quanto à manutenção do emprego, perda de benefícios e/ou promoções. Isso remete, por fim, às duas formas de assédio sexual existente, quais sejam: o assédio sexual *quid pro quo* (assédio por chantagem) e o assédio sexual ambiental (assédio por intimidação).

Dal Bosco (2001)³⁰ trata sobre a dificuldade de constatar práticas de assédio sexual não apenas pela questão cultural, mas, também, pela dificuldade probatória, ressalta que:

Por meio desta compreensão, pode-se constatar que inúmeras manifestações podem ser vistas apenas como sendo “galanteios”, “brincadeiras ingênuas” que se fazem entre indivíduos no qual o comportamento social tem como peculiaridade maior ‘liberdade’, o que é mais aceito aqui do que em outros países. Isso faz com que muitas abordagens, às vezes até abusivas, possam ser consideradas meras manifestações de apreço de uma pessoa a outra.

²⁷ AZEVEDO, André Boiani. **Assédio sexual: aspectos penais**. Curitiba: Juruá, 2005.

²⁸ AZEVEDO, André Boiani. Ob. cit.

²⁹ Idem.

³⁰ DAL BOSCO, Maria Goretti. **Assédio sexual nas relações de trabalho**. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 52, 01.12.2001. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2430>>. Acessado em 07/05/2020

Contudo, de toda forma, a vítima de assédio sexual não pode se resignar e aceitar a humilhação, o constrangimento, pois, ao final, é ela, a vítima, que suporta todo o ônus da agressão, caso ela não reaja, grite, peça socorro, auxílio, às autoridades competentes, tanto policiais, quanto judiciárias e àquelas responsáveis pelo atendimento de saúde, objetivando cuidar de seu reestabelecimento emocional e psíquico.

3.4 NO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

O Jornal Hoje, de 02/07/2014³¹, noticiou que o assédio e o abuso sexual integram parte do cotidiano das pessoas integrantes do sexo feminino que se valem de transporte público coletivo na maior parte dos Estados da Federação. No dia a dia, indo e vindo, no desempenhar de suas fainas diárias, o transporte público coletivo, invariavelmente, quase que superlotado, tem se tornado um problema de todas as pessoas, de todos os usuários e transeuntes. Já o público feminino desde sempre é o mais vulnerável ao risco de assédio e abuso sexual, o que muitos usuários relatam, todavia, as denúncias não retratam verdadeiramente a quantidade de ocorrências.

As autoridades de segurança pública, como polícias militares, polícias civis, guardas municipais, Delegacias de Defesa da Mulher por todo o país, deixam claro que poucas ou irrisórias são as denúncias desta espécie em seus registros. Recentemente, alguns estados da federação começaram a implementar projetos com vistas às mulheres no transporte público coletivo, promovendo discussões sobre o tema. Daí tem surgidos projetos sobre a implantação de pontos de acolhimento às mulheres vítimas de violência nos transportes públicos coletivos, o que tem produzidos resultados muito bons, embora ainda incipientes. Muitos projetos pilotos do tipo estão sendo implantados pelos mais diversos estados do país.

³¹ JORNAL HOJE. **Assédio no transporte público preocupa executivo e legislativo em Fortaleza.** 02 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/assedio-no-transporte-publico-preocupa-executivo-e-legislativo-em-fortaleza-jornal-de-hoje-02072014/?print=1>> Acesso em: 19/12/2020.

É bem verdade que, em boa parte dos Estados membros, esses projetos ainda estão em fase de articulação e reuniões, tendo em vista abarcar toda uma rede de atendimento e acolhimento.

Alguns desses projetos têm garantido todos os assentos do transporte público coletivo como preferenciais para pessoas com deficiência física, gestantes, obesos, idosos e para as mulheres, quanto a estas, na mais das vezes, o argumento de defesa para sustentação da preferência para as mulheres reside no fato de que são elas vítimas de assédio ou abuso sexual no transporte público coletivo quando deles se valem viajando em pé.

Entrementes, consoante notícia do Jornal Hoje (2014)³², vem surgindo uma corrente de usuários do transporte público coletivo que adotam o posicionamento de criticarem esta preferência dada às mulheres, em razão de não se colocar homens e mulheres em posição de igualdade, enquanto, de lado oposto, outra corrente tem tecido elogios as iniciativas desta espécie, por enfatizar a premente necessidade de respeito aos grupos alcançados pela preferência e, principalmente, por objetivas a proteção das mulheres de tão injusta agressão, como o assédio sexual em transporte público coletivo, ou ambientes públicos.

Entrevistada em pelo Jornal Hoje (2014)³³, a professora e coordenadora do Observatório da Violência contra a Mulher da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Helena de Paula Frota, ressalta que a sociedade brasileira é machista, o que redundando no fato de que iniciativas de enfrentamento e atendimento são por demais relevantes, bem como leis mais apropriadas, todavia há a necessidade de que venham acompanhadas de movimentos e campanhas incessantes objetivando uma mutação dessa relação de gênero capitaneada pelo machismo e pela violência.

Em entrevista ao Jornal Hoje (2014)³⁴ a membro da coordenação do Fórum Cearense de Mulheres, Maria Ozaneide de Paula, reafirma que tais iniciativa acima comentadas são de suma importância, uma vez que ir e vir é um direito que necessariamente precisa estar alinhado com o respeito à pessoa humana e não com a violência sem fim perpetrada tão somente pelo fato da vítima ser mulher, sendo

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

estritamente necessário se desconstruir a sociedade essencialmente machista que se instalou e se acha enraizada neste país.

O Jornal Hoje (2014)³⁵ ainda entrevistou a diarista Laurinete Carvalho que relatou percorrer a cidade valendo-se do transporte público coletivo há mais de trinta anos e se entristece ao lembrar que casos de homens que se valem dessa modalidade de transporte para violar ou molestar as mulheres sexualmente sejam mais comuns do que possa parecer. Hoje em dia, afirma Laurinete, não se pode envolver em confusão em razão da violência. Laurinete entende ser difícil que a lei seja observada por todos, por mais rigorosa que seja, uma vez que os usuários de transporte público coletivo não têm o costume de ceder seus assentos nem mesmo para as pessoas idosas, quanto mais para mulheres, qualquer que seja a faixa etária.

De acordo com o Jornal Hoje (2014)³⁶, uma pessoa, estudante, que optou por permanecer no anonimato, informou que no seu dia a dia adota uma série de extremos cuidados com a finalidade exclusiva de se esquivar da violência e da humilhação no transporte público coletivo e nas ruas de um modo geral, não usando saias em ônibus, desconfiada, protegendo-se sempre com os cotovelos, ressaltando que as mulheres, embora não tenham culpa alguma, acabam se punindo por causa das outras pessoas – os homens.

O Jornal Correio Brasiliense (2014)³⁷, relata a prisão de cinco homens apontados como supostos autores de violência sexual no metrô paulista. Neste sentido, a Secretaria da Mulher do Distrito Federal deflagrou uma campanha preventiva de conscientização dos abusos sexuais contra mulheres no transporte público coletivo, com a finalidade de inibir a atitude dos homens de se encostarem propositalmente nas pessoas do sexo feminino, atitude esta que tem se tornado cada vez mais comum pelo país afora.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ JORNAL CORREIO BRASILIENSE. **DF lança campanha contra abuso sexual no transporte público.** Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/03/2>>. Acesso em: 19/12/2020.

A campanha “assédio sexual no ônibus é crime” é enfatizada por Ferreira (2014)³⁸, contando com o apoio das autoridades públicas do Distrito Federal, sendo implementada com a afixação de cartazes em mais ou menos três mil veículos de transporte coletivo, a par da distribuição de folders em locais de aglomeração como terminais rodoviários e da promoção de rodas de conversas com mulheres de todas as faixas etárias e classes sociais. Ademais, cobradores e motoristas são submetidos a treinamentos para atuarem prevenindo e intervindo em casos de assédio ou abuso sexual, tudo com o objetivo de se acabar com esse tabu, imposto por se viver em uma sociedade machista.

Não ter noção de como reagir é bastante comum entre as vítimas de abusos e assédios sexuais, pontifica o Jornal Correio Brasiliense (2014)³⁹. A par disso, boa parte das condutas criminosas constituem delitos de menor potencial ofensivo, hipóteses nas quais o agente é conduzido à Delegacia de Polícia onde firma um termo de compromisso que lhe é apresentado e, em seguida, é colocado em liberdade. O que mais causa estranheza é o fato de que nas redes sociais esses agentes criminosos participam de grupos e até sites onde trocam experiências e publicam vídeos e fotografias que retratam os abusos sexuais praticados.

Hoje mulheres vítimas de assédio e abuso sexual podem e devem denunciar os agentes criminosos por meio de números telefônicos colocados à disposição da sociedade, praticamente, em todas as cidades do país. Outra opção, é no caso de motoristas e cobradores já treinados para atuarem nesses casos, serem avisados pelas vítimas ou possíveis vítimas do ato praticado ou do risco e medo de vir a sofrê-lo, uma vez que importunar alguém em pública e ofensivamente é tido como conduta delituosa pela legislação penal pátria em vigor, com a ressalva de que, na hipótese de violência, a conduta pode configurar crime de estupro e o agente ser processado, julgado e sujeito, se condenado, à pena criminal correspondente.

O Ministério Público tem implementado campanhas nacionais, já há alguns anos, por meio de distribuição de cartilhas em rodoviárias e pontos de coleta de passageiros de transporte público coletivo, sobretudo no período de carnaval, com o

³⁸ FERREIRA, Olgamir Amancia. **DF lança campanha contra abuso sexual no transporte público**. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/03/2>>. Acesso em: 19/12/2020.

³⁹ JORNAL CORREIO BRASILIENSE. Ob. cit.

objetivo precípua de conscientizar que constitui crime a violência sexual contra a mulher nos transportes públicos coletivos.

Para além disso, o Ministério Público foi a instituição que antes de todos, pioneiramente, idealizou e lançou projetos de acolhimento às mulheres vítimas de assédio ou abuso sexual nos transportes públicos coletivos de um modo geral. Fato é que em muitos lugares a iniciativa não logrou subsistir em razão da falta de pessoal especializado no trato de matérias tão singular, considerando que o serviço de acolhimento deveria lidar, em especial, com mulheres vítimas de constrangimento ou alguma espécie de abuso sexual nos transportes públicos coletivos.

3.5 LEGISLAÇÃO SOBRE ASSÉDIO SEXUAL NO BRASIL

No Brasil, quanto ao assédio sexual, ainda se está dando os primeiros passos para a configuração como crime das várias espécies do gênero “assédio sexual”, de modo que, embora não haja um tipo penal específico que descreva a conduta delituosa daquele que pratica assédio sexual em concessionárias de serviço público de transporte coletivo, existem outros tipos penais que punem condutas criminosas sexuais, os quais são utilizados para reprimir a conduta objeto da presente pesquisa.

Entretanto, imperioso se faz ressaltar que o ordenamento jurídico brasileiro é o que mais produziu normas específicas e projetos de leis que preveem a figura do assédio sexual na Administração Pública, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Por outro lado, é preciso mostrar o ordenamento jurídico e verificar que no âmbito da Administração Pública a prática do assédio sexual, obviamente, acarreta sanções.

3.5.1 No âmbito Federal

Há diversos projetos de lei, os quais se encontram em tramitação no âmbito federal. No entanto, já existe o dispositivo do art. 216-A do Código Penal⁴⁰ que trata do assédio sexual, embora voltado para uma seara ou ambiente específico (relações de trabalho).

⁴⁰ BRASIL. **Decreto-lei 2.848/1940**. Ob. cit.

Esse crime pressupõe a existência de uma relação laboral entre o agente e a vítima, em que o agente usa a hierarquia ou ascendência de seu cargo, emprego ou função com a finalidade de obter a vantagem sexual (um beijo, contato físico, sair com a vítima etc.).

Caso a conduta tenha sido praticada nas ruas, nos meios de transporte ou outros contextos, o crime será outro: importunação sexual, estupro ou estupro de vulnerável (se a vítima não puder oferecer resistência).

Além do crime de assédio sexual acima descrito, voltado, em suma, para as relações de trabalho (público ou privado), consigna-se abaixo a descrição dos tipos penais de importunação sexual, estupro e estupro de vulnerável, todos do Código Penal, uma vez que a depender da conduta do agente quando da prática do chamado assédio sexual em concessionárias de serviço público de transporte coletivo, poderá configurar um ou outro tipo penal dentre os descritos a seguir:

Importunação sexual (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)
Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave.⁴¹

Já a condição de a vítima “não poder oferecer resistência” permite admitir a caracterização da figura do crime de estupro de vulnerável nas condutas de assédio sexual no transporte público coletivo, quando o constrangimento for de tal pungência que não permita a vítima esboçar qualquer tipo de reação. Neste prisma:

Estupro de vulnerável (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.⁴²

Entrementes, se a conduta delituosa se der mediante violência ou grave ameaça, pode-se ter a prática do crime de estupro, qual seja:

⁴¹ BRASIL. **Decreto-lei 2.848/1940**. Ob. cit.

⁴² BRASIL. **Decreto-lei 2.848/1940**. Ob. cit.

Estupro Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.⁴³

De toda forma, vê-se que o legislador tem tentado disciplinar condutas criminosas, transformando-as em tipos penais, com a finalidade de coibir as condutas delituosas como, no caso em apreço, o assédio sexual em concessionárias de serviço público de transporte coletivo.

3.5.1.1 Da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)⁴⁴

No dizer de Silva (2013)⁴⁵, a Lei nº 11.340, de 07/08/2006, que simboliza um marco legal no combate à violência de gênero, sobretudo, a violência doméstica contra a mulher, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme preceituado pelo § 8º do art. 226 da Constituição Federal.

Segundo Cunha e Pinto (2011)⁴⁶ a introdução no direito interno brasileiro, por meio do decreto presidencial das convenções internacionais, com *status* de norma constitucional era matéria polêmica e inaceitável pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, atualmente, faz parte do sistema jurídico brasileiro como direito positivo, na condição de *status* normativo supra legal.

O art. 1º da Lei Maria da Penha⁴⁷ traz mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, como previsto constitucionalmente.

A Lei Maria da Penha se aplica a toda pessoa autora de violência contra a mulher no ambiente doméstico, no seio da família ou, ainda, praticada por alguém que tenha qualquer relacionamento afetivo com a vítima, como esposos,

⁴³ Idem.

⁴⁴ BRASIL. Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> acessado em 19/12/2020.

⁴⁵ SILVA, Maria Magnólia Barbosa da. (Coord.). **Mulher e homem: uma questão de gênero**. Fortaleza: Núcleo de Gênero Pro-Mulher de Fortaleza, 2013.

⁴⁶ CUNHA; Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. In: **Violência doméstica**. Lei Maria da Penha Comentada Artigo por artigo. 3. ed. São Paulo: RT, 2011.

⁴⁷ BRASIL. Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Ob. cit.

companheiros, ex-companheiros, namorados, ex-namorados, mães, pais, filhos, tios, dentre outros, contanto que exista uma relação de afeto ou familiar, ou ainda, que a violência tenha sido praticada no ambiente do lar baseado no gênero (SILVA, 2013, p.10)⁴⁸.

3.5.1.2 Meios de reparação

A indenização do dano derivado da prática de assédio moral e sexual – porque diretamente imbricado à dignidade do homem – há que ter função não apenas compensatória em relação à presumida dor moral da vítima, mas também uma função pedagógica, acoimando o assediante em valor que o desestimule a reincidência do ato ilícito. Portanto, além da responsabilidade criminal a que está sujeita o agente criminoso, faz jus a vítima também a um pleito indenizatório na esfera cível.

Dallegre Neto (2009, p. 468)⁴⁹, cita decisão:

Em matéria de dano moral, o valor da indenização há de ser suficiente tanto para facilitar a que o ofendido obtenha lenitivos para sua dor, não pela quantificação em termos materiais, como também, porque, mercê da indenização respectiva, poderá cercar-se de condições de sobrevivência mais compatíveis com sua dignidade de pessoa humana, tornando-a mais apta ao enfrentamento diuturno de sua deficiência. Tal condenação tem o efeito pedagógico, no sentido de tornar a sociedade efetivamente mais humana, colocando-a sob a égide dos princípios éticos impeditores e dissuasivos de condutas quais a que teve a ré. (TAMG – 1ª. Câ. Civil – Ap. Civil 213.381-9 – j. em 11.06.1996).

A relevância desse assunto inspirou o legislador do novel Código Civil a introduzir o capítulo II de sua Parte Geral, intitulado dos direitos da personalidade. Em seus arts. 11 a 21, o Código amplia o rol do art. 5º, X, da Constituição Federal de 1988, protegendo a integridade psicofísica, o nome e a palavra, além de prever expressamente a tutela inibitória para impedir ou fazer cessar ato contrário à vida privada da pessoa física. (GUNTHER; ZORNING, 2003, p. 124)⁵⁰.

⁴⁸ SILVA, Maria Magnólia Barbosa da. Ob. cit.

⁴⁹ DALLEGRE NETO. In ob. cit.

⁵⁰ GUNTHER, Luiz Eduardo; ZORNING, Cristina Maria Navarro. O direito da personalidade do novo código civil e o direito do trabalho. In: **O impacto do novo código civil no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

4 CONCLUSÃO

O assédio sexual é uma das formas mais vis de desrespeito aos direitos da personalidade, pois, fere a liberdade sexual e desrespeita a dignidade da pessoa humana, em última análise, direito por excelência de todos, atingindo frontalmente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Embora não exista um tipo penal específico para tratar do assédio sexual em concessionárias de serviço público de transporte coletivo, a legislação não é branda; o legislador agiu com dureza para que a prática do assédio sexual tivesse uma resposta adequada da sociedade que não admite tal exposição e abuso. Considerando-se o conceito de gênero na sociedade brasileira, pode-se entender por que na compreensão do assédio sexual passa-se gradualmente da ideia predominante de naturalidade da agressividade sexual masculina, cabendo à mulher, nesta perspectiva, a responsabilidade de não provocar os desejos dos homens, à concepção de que todos os indivíduos devem ter o direito de dispor de si mesmas, de conduzir livremente sua vida privada e sua liberdade sexual.

Tanto na esfera trabalhista, quanto nas esferas criminal e cível, o assédio sexual é combatido com certo vigor, punido o assediador, reparando a vítima e exigindo uma conduta mais vigilante das autoridades policiais e judiciárias.

Entende-se, em verdade, que é correto que a intervenção do Estado nestas questões, seja através de legislação, seja da atuação do Ministério Público, seja pelas decisões judiciais, deveria ser com muito maior pungência, a fim de reprimir mais adequadamente a conduta criminosa estudada neste trabalho.

A lei, contudo, depende da eficiência dos tribunais para ser aplicada, depende da atuação incisiva do Ministério Público para fiscalizar e depende, sobretudo, de uma atitude de esclarecimento da sociedade como um todo e, principalmente, das vítimas para prevenir práticas repugnantes como o assédio sexual.

Neste passo, tem-se aí a razão pela qual nas hipóteses de assédio sexual em concessionárias de serviço público de transporte coletivo, tipos penais referentes a crimes similares são utilizados na repressão de tal conduta, como os de importunação sexual (CP, art. 215-A), estupro (CP, art. 213) ou mesmo estupro de vulnerável (CP, art. 217-A).

É bom que se diga que além das consequências penais da prática da conduta criminosa ora investigada, tem-se, ainda, a repercussão na esfera cível com o dever de indenizar imputável ao causador do dano à vítima, tanto patrimonial, como extrapatrimonial.

O tema é, pois, por demais relevante, o que torna patente a justificativa de tal estudo.

Por fim, o problema foi respondido, na medida em que conclui-se que embora não exista tipificação específica acerca do assédio sexual em transporte público, vale-se de tipificações similares de crimes sexuais para a repressão de tão odiosa conduta, o que, de igual modo, ratifica a hipótese anteriormente levantada.

REFERÊNCIAS

AYRES, [Deborah Maria](#). “O direito à igualdade que discrimina”. In: direito net <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3509/O-direito-a-igualdade-que-discrimina>. Acessado em 02/05/2020.

AZEVEDO, André Boiani. **Assédio sexual: aspectos penais**. Curitiba: Juruá, 2005.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTr, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 02/05/2020.

BRASIL. **Decreto-lei 2.848/1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm>. Acessado em 02/05/2020.

BRASIL. **Lei 10.778/2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm>. Acessado em 04/05/2020.

BRASIL. **Lei 10.224/2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm>. Acessado em 04/05/2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acessado em 19/12/2020.

CARDONE. Marly. In artigo: "O "ASSÉDIO SEXUAL" COMO JUSTA CAUSA", publicado no "Repertório IOB de Jurisprudência", n.º 23/94, pág. 393.

CUNHA; Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. In: **Violência doméstica**. Lei Maria da Penha Comentada Artigo por artigo. 3. ed. São Paulo: RT, 2011.

DAL BOSCO, Maria Goretti. **Assédio sexual nas relações de trabalho**. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 52, 01.12.2001. Disponível em:
<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2430>>. Acessado em 07/05/2020.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. O assédio sexual e moral e a sua prova na Justiça do Trabalho. In: GUNTHER, Luiz Eduardo; SANTOS, Willians Franklin Lira dos. V. 2. **Tutela dos Direitos da Personalidade na Atividade Empresarial**. Curitiba: Juruá, 2009.

DICIO, dicionário Online de Português. **Assediar**. Disponível em:
<https://www.dicio.com.br/assediar/>. Acessado em 05/05/2020.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: SARAIVA, 2005.

ESCOLA DE GOVERNO. **Os direitos humanos na Declaração Universal de 1948 e na Constituição Brasileira em Vigor**. Disponível em
<http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/115-direitos-humanos-declaracao-1948>.
[Acessado em 05/05/2020](#).

FERREIRA, Olgamir Amancia. **DF lança campanha contra abuso sexual no transporte público**. 2014. Disponível em:
<<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/03/2>>. Acesso em:
19/12/2020.

GARCIA, Maria. **Limites da ciência: a dignidade da pessoa humana: a ética da responsabilidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

GUNTHER, Luiz Eduardo; ZORNING, Cristina Maria Navarro. O direito da personalidade do novo código civil e o direito do trabalho. In: **O impacto do novo código civil no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

JORNAL CORREIO BRASILIENSE. **DF lança campanha contra abuso sexual no transporte público**. Disponível em:
<<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/03/2>>. Acesso em:
19/12/2020.

JORNAL HOJE. **Assédio no transporte público preocupa executivo e legislativo em Fortaleza**. 02 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/assedio-no-transporte-publico-preocupa-executivo-e-legislativo-em-fortaleza-jornal-de-hoje-02072014/?print=1>> Acesso em: 19/12/2020.

LATIF, Omar Aref Abdul. **Assédio sexual nas relações de trabalho**. Disponível em:
<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13168-13169-1-PB.pdf>>. Acessado em 05/05/2020.

LEIRIA, Maria Lurdes. **Assédio sexual laboral, agente causador de doenças do trabalho: reflexos na saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2012.

LIMA, Kewri Rebeschini. **Assédio sexual no trabalho**. In: Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região. Nº 02, 2015. Disponível em: <<http://www4.trt23.jus.br/revista/content/ass%C3%A9dio-sexual-no-trabalho>>. Acessado em 04/05/2020.

MÁSCOLO, Tomas; HERÓN, Pablo. O trabalho e as restrições à sexualidade. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/O-trabalho-e-as-restricoes-a-sexualidade>>. Acessado em 04/05/2020.

NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. V. 3. 27 ed. São Paulo: SARAIVA, 2003.

PRIBERAM Dicionário. **Assédio sexual**. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/DLPO/ass%C3%A9dio%20sexual>>. Acessado em 05/05/2020.

SILVA, Maria Magnólia Barbosa da. (Coord.). **Mulher e homem: uma questão de gênero**. Fortaleza: Núcleo de Gênero Pro-Mulher de Fortaleza, 2013.

SIMÓN, S. L. **A proteção constitucional da intimidade e da vida privada do empregado**. São Paulo: Ltr, 2000.

VASCONCELOS, Clever. **Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva v. 1, 2011.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 20/12/2020
Aprovado em: 23/12/2020

A TÊNUE LINHA DISTINTIVA ENTRE OS TIPOS PENAIS DO ROUBO E DA EXTORSÃO

THE TEN DISTINCTIVE LINE BETWEEN THE CRIMINAL TYPES OF THEFT AND EXTORTION

Samuel Davi Garcia Mendonça: Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.
Faculdade Vale do Cricaré. samuel.mendonca@ivc.br.

RESUMO: A análise exteriorizada não só na doutrina, como no exercitar do direito externado nas lides forenses, entre roubo e extorsão é o objeto do presente estudo. Confusões há que têm levado a decisões - sentenças e acórdãos, bem como, interpretações outras, divorciadas do espírito da lei, não se logrando, portanto, em determinados casos, fazer a tão almejada justiça. Não é possível que, hodiernamente, decisões sejam prolatadas com incidência penal tão grave em decorrência de eventos simplórios, levando o acusado ao degredo de mais injusta reclusão, sem uma sequer ligeira análise conceitual da antijuridicidade dos fatos. De boa índole é ressaltar que os operadores do direito devem reservar desvelo e acurado apreço por questões melindrosas, com a analisada, a fim de que, dinâmico que é, possa o direito, quiçá um dia, acabar por conciliar a lei e a justiça.

Palavras-chave: Roubo. Extorsão. Distinção.

ABSTRACT: The analysis externalized not only in the doctrine, but also in the exercise of the right expressed in the forensic laws, between theft and extortion is the object of the present study. There are confusions that have led to decisions - judgments and judgments, as well as other interpretations, divorced from the spirit of the law, therefore, in certain cases, it is not possible to do the much desired justice. It is not possible that, today, decisions will be passed with such a serious penal impact as a result of simple events, leading the accused to the exile of more unjust imprisonment, without even a slight conceptual analysis of the anti-legality of the facts. It is good to point out that the operators of the law must reserve care and an accurate appreciation for sensitive issues, with the analyzed, so that, dynamic as it may be, the law, perhaps one day, may end up reconciling the law and justice.

Keywords: theft. Extortion. Distinction.

1 INTRODUÇÃO

Expor, analisar, demonstrar e confrontar é o objetivo deste trabalho que teve sua gênese no liame sutil e sub-reptício que existe entre as figuras do roubo e da extorsão, onde reside a relevância da pesquisa em tela.

Vê-se que, por vezes, aquilo que *prima facie* parece ser de Direito, muitas vezes pode não ser de Justiça.

No mundo legiferante pátrio, sentenças e acórdãos, como interpretações diversas, têm sido prolatados, nos casos anômalos, evidentemente, e aqui, em específico, versando-se sobre Roubo e Extorsão, problema do estudo, ao arripio da lei e em testilha com os mais comezinhos princípios de direito, divorciando a lei da justiça. Em ostensiva afronta, por conseguinte, ao que o legislador almejou, magistrados dos mais variados juizados e Tribunais, têm proferido decisões, como adiante se verá, conluídas com a lei, em detrimento, lamentavelmente, da justiça, o que traz à baila a milenar e interminável luta de filósofos, estudiosos e doutrinadores em associar ambos os conceitos - lei e justiça, com o fito no bem-estar societário.

O livre convencimento deve ter como norte fanal a lei e a justiça. E quando a lei traz parâmetros quase indivisíveis, como os existentes entre roubo e extorsão, o cuidado, o desvelo, a atenção deve chegar ao limiar da perfeição (se é que esta não possa ser alcançada).

O próprio Código Penal trata do roubo e da extorsão em um capítulo próprio, dentro do título Dos Crimes Contra o Patrimônio, como que reconhecendo as paridades, as verossimilhanças e tudo aquilo que as torna figuras típicas próximas, vizinhas, de tal forma que muitos as têm confundido em situações concretas.

Atualmente, em face da denominada “Lei dos Crimes Hediondos”, cabível não é mais se preterir da discussão entre roubo e extorsão, como se tal problemática fosse questão de *lana-caprina*, de somenos importância, eis que no dia a dia das lides forenses, situações vão surgindo, posto que dinâmico é o direito, capaz de levar o julgador, o intérprete ou o estudioso, a se posicionar de forma equivocada, indevida e por que não dizer injusta, eis que tênue é a linha por onde estes dois institutos jurídicos trilham.

Este liame sutil, sub-reptício e dissimulado que há muitos tem perturbado e confundido, é o foco, é o objetivo deste estudo. Este é o estado da questão que doravante será abordado, metodicamente, à luz das figuras penais mencionadas, por seus conceitos, espécies, características, notícias históricas, tipos objetivos e subjetivos, bem como, por suas naturezas jurídicas, seguindo-se as confrontações entre os institutos apreciados e as conclusões a que toda esta reflexão há de levar.

Nesta linha, como objetivos específicos, em se tratando de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, seriam os de pesquisar como a doutrina vem tratando tal conduta, relacionar a jurisprudência que trata do tema e sopesar os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais coletados.

2 MÉTODOS

A metodologia utilizada no desenvolvimento do presente trabalho foi a da pesquisa essencialmente bibliográfica, buscando-se os posicionamentos doutrinários acerca de tais condutas, os arestos jurisprudenciais que tratam do tema, ultimando-se com um sopesamento dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais coletados.

3 ROUBO

3.1 CONCEITO

A princípio, é bom que se frise que, embora tratado de maneira autônoma, o roubo não se desvincula da noção de furto. É que em palavras mais simples e diretas, o roubo é o furto qualificado pela violência à pessoa.

Subtrair é um verbo e por sua própria natureza indica uma ação, uma atitude, um procedimento. Subtrair, que ocupa um espaço comum entre furto e roubo, reveste-se neste último delito de uma característica específica e peculiar que remonta de longos e longos anos, eis que no roubo, verifica-se algo que em linguagem técnico-jurídica denomina-se *contrectatio*, isto é, o agente ativo não pede, não exige, mas toma, arranca, apanha a coisa, à revelia de qualquer proceder do agente passivo.

Na violência contra a pessoa é que reside o elemento estrutural que torna o roubo uma ação mais reprovável que o furto, distinguindo-o deste, podendo dita violência ser física ou moral, ou até mesmo se apresentar como qualquer meio apto a reduzir a vítima à total impossibilidade de oferecer resistência bastante à prática delituosa.

O art. 157 do Código Penal é esclarecedor ao pontificar que constitui roubo:

[...] Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Os mais notáveis doutrinadores assim têm pensado:

[...] A subtração de coisa alheia móvel, para si ou para outrem, que caracteriza o furto, quando revestida de circunstâncias especialmente relevantes previstas na lei, configura o crime de roubo, [...]. (MIRABETE, 2007, p.215).

[...] Segundo a definição clássica, roubo é a subtração dolosa e antijurídica, por meio de violência, grave ameaça, ou com perigo atual ao corpo e à vida, de uma coisa alheia que se encontre na posse de outrem, com a intenção de apropriação ilícita. (ROSA, 1995, p. 346).

[...] Sem dúvida, pois, o crime de roubo nada mais é do que um crime de furto agravado pela circunstância da violência praticada para a subtração de coisa alheia móvel, daí a maior incriminação de tal subtração, que revela maior periculosidade do agente. (PARIZATTO, 2005, p. 41).

[...] O roubo, como se vê, reduz-se à noção própria e fundamental de um furto com violência ou ameaça à pessoa. A violência à pessoa e a ameaça conferem certas peculiaridades à natureza do crime, em virtude da acentuada capacidade de delinquir que o agente demonstra e a complexidade da ofensa praticada. (DUTRA, *apud* PARIZATTO, 2005, p. 41).

Tem-se, ainda, que a expressão “roubo”, advinda do verbo roubar, é originária do espanhol, *robar*, formado do antigo alemão *roubôn*, valendo enfatizar que, perante a legislação brasileira, o roubo é um crime complexo, o que se depreende de uma análise mais detida da estrutura do delito consubstanciada no art. 157 do Cód. Penal.

O legislador objetivou uma dupla proteção de bens jurídicos, constituindo-se o patrimônio a tutela penal principal. Contudo, posto que o agente se serve da violência para lograr a subtração, não é afastada a proteção à integridade física da pessoa, tutela esta, extensiva à saúde e à própria liberdade do indivíduo.

A legislação pátria não se esqueceu de trazer em seus tipos penais as situações em que a violência pode vir a redundar, tais como, lesão corporal de natureza grave ou mesmo a morte, tendo-se nesta última hipótese o latrocínio, hodiernamente, capitulado entre os crimes hediondos, em harmonia com o art. 157, § 3º do Cód. Penal, com a redação dada pela Lei nº 8.072/90.

Com efeito, o roubo, por sua estrutura de crime complexo, possibilita a existência em seu *iter* de um delito contra a pessoa, como meio, figurando o patrimônio como a objetividade jurídica final e principal.

Em síntese, o roubo é um crime praticado contra o patrimônio, com violência dirigida contra a pessoa, tencionando o agente a subtração, cumprindo-se aclarar que se a violência empregada se destina à coisa, promovendo o agente a destruição ou rompimento de obstáculo que lhe permita a subtração, ou por meio de abuso de confiança, fraude, escalada ou destreza, ou com emprego de chave falsa, ou mediante concurso de duas ou mais pessoas, a conduta se ajusta ao art. 155, § 4º do Cód. Penal - furto qualificado, por outro lado, se a violência é exercida com o emprego de arma, por meio de concurso de duas ou mais pessoas ou contra aquele que está em serviço de transporte de valores não ignorando o agente tal circunstância, a conduta, desta feita, se adequa ao art. 157, § 2º do Cód. Penal - roubo qualificado.

4 EXTORSÃO

4.1 CONCEITO

Sabe-se que sempre que o sujeito subtrai a *res*, sem empregar qualquer espécie de violência, tem-se caracterizado o crime de furto, e, ainda, que toda vez que a subtração é levada a efeito com violência à pessoa, constata-se a figura do delito de roubo, sendo que em ambas as hipóteses o objeto alheio é tirado. Na extorsão não ocorre a “tirada” da coisa, posto que a vítima, subjugada pela violência ou ameaça, entrega a coisa.

E é, precisamente, na “entrega da coisa”, expressão, à primeira vista, despretenciosa, que repousa o ponto nevrálgico, o “calcanhar de Aquiles” da *quaestio*, e, não é de agora, vem de tempos remotos, com que trazido por “antigas

águas”, nem sempre tranquilas, nem sempre calmas, consubstanciando-se naquilo que os estudiosos chamam de *traditio*, visto que na extorsão o agente ativo não toma a coisa, sequer apanha-a, mas faz com que lhe seja entregue.

Na proteção ao patrimônio, à integridade física e à liberdade pessoal e moral da pessoa é que reside a objetividade jurídica do crime de extorsão, bens estes, que constituem garantias inseridas na Constituição da República Federativa do Brasil.

O art. 158 do Código Penal delimita claramente os parâmetros do chamado crime de extorsão comum, qual seja:

[...] Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa. [...].

Renomados doutrinadores e estudiosos têm assim se manifestado:

[...] A essência da extorsão reside em a vítima constrangida pela ameaça ou violência do agente praticar, tolerar que se pratique, ou deixar de praticar uma ação, da qual advirá vantagem econômica para aquele ou para terceiro. (NORONHA, 2003, p. 272).

[...] O crime de extorsão é, pois, conceituado como o ato, praticado pelo agente, constrangendo, ou seja, forçando, obrigando, coagindo, compelindo alguém, mediante violência ou grave ameaça, a que faça, tolere que se faça ou deixe de fazer alguma coisa, em proveito econômico do próprio agente ou de outrem. (PARIZATTO, 2005, p. 65).

[...] no de extorsão é necessário que haja também o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica. Além disso, neste último, dentre os meios que podem ser empregados, só se refere a violência ou grave ameaça, [...]. Por outro lado, também acrescenta, como mais um possível resultado do crime, tolerar que se faça alguma coisa, em vez de apenas fazer ou deixar de fazer.

Além disso, [...] neste se trata apenas de fazer, tolerar que se faça, ou deixar de fazer alguma coisa. Qualquer que seja esta coisa, seja permitida ou não, ou seja mesmo obrigatória por lei, desde que ocorram os elementos do dispositivo fica caracterizado o crime. Naturalmente que se a coisa for também proibida, ou for crime, e a vítima for constrangida a fazê-la ou a tolerar que seja feita, dá-se, cumulativa ou separadamente, outra infração ou o outro crime, da responsabilidade também do agente. (GOMES NETO, F. A., 1985, p. 103/104).

[...] Comete crime de extorsão aquele que, através violência privada, obriga alguém a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa (ação ou omissão), com o fim de obter indevida vantagem econômica para si ou para outrem. (ROSA, 1995, p. 366).

Adite-se, também, que a expressão “extorsão” deriva de *extorquir*, isto é, obter por violência, tipifica a conduta de quem arranca dinheiro ou vantagem de

outra pessoa, sob ameaça ou coação. Admitem, alguns, tratar-se de uma modalidade de *exploração indevida*.

Com efeito, tem-se na extorsão um crime complexo, concorrendo para sua configuração os delitos de furto e uma das modalidades de constrangimento, via de regra, ameaça, lesões corporais, injúrias e assim sucessivamente.

Falando-se em constrangimento ilegal, este é o crime-meio e o furto o crime-fim, em decorrência do que a extorsão se acha arrolada entre os crimes contra o patrimônio. Este constrangimento significa forçar, obrigar, coagir, sendo que a violência pode ser física ou moral.

Hodiernamente, em decorrência do advento da chamada “Lei dos Crimes Hediondos”, não há mais que se falar que a polêmica entre roubo e extorsão, acha-se desterrada a um campo meramente acadêmico, sem relevância no cotidiano jurídico, visto que uma extorsão ou roubo comuns, podem ser, forçosa ou equivocadamente, enquadrados em uma das figuras típicas previstas pela nova e predita lei.

5 CONFRONTO ENTRE ROUBO E EXTORSÃO

A linha mestra deste estudo, como não poderia deixar de ser, acabou por residir naquilo que os entes jurídicos, a saber, a *contractatio* e a *traditio*, fazem convergir, até hoje, no direito pátrio.

Nesta linha débil e frágil existem, portanto, semelhanças e distinções entre os crimes de roubo e extorsão, eis que no primeiro o agente ativo apanha a coisa e, no segundo, o agente passivo acaba por entregá-la. Este se fez o nascedouro de uma enorme gama de posições similares, verossímeis e também discrepâncias sem fim, *in verbis*:

[...] Mas, na interpretação correta dos tipos, quando o agente, mediante violência ou grave ameaça, desapossa a vítima, toma, apanha, arranca, subtrai a coisa, o crime é roubo. Se, contudo, submetida à mesma violência ou grave ameaça, a vítima, coagida, entrega a coisa, o crime é de extorsão. (ROSA, 1995, p. 368).

É de se frisar que o furto é uma figura comum aos dois delitos em análise, roubo e extorsão, posto que emerge das suas entrelinhas. Atente-se para o fato de

que em ambos os crimes o *iter* é idêntico, muito parecido, todavia, na extorsão muitas vezes a vítima é coagida a entregar coisa móvel ou imóvel, ou mesmo a levar a cabo uma ação de cunho patrimonial em benefício do extorsionário.

Dos próprios conceitos dos delitos apreciados se pode extrair posicionamentos interessantes, quais sejam:

[...] A extorsão está definida no artigo 158 do Código Penal. Difere do roubo, porque:

- a) no roubo, há a subtração de coisa móvel e, na extorsão, a vítima é constrangida a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa;
- b) na extorsão, não se cogita da redução à impossibilidade de resistência;
- c) no roubo, a ameaça é de ação iminente, ao passo que, na extorsão, poderá ser futura;
- d) a ameaça, no roubo, dirige-se à pessoa e, na extorsão, à pessoa ou pessoas e a outros bens individuais que, feridos, podem produzir sofrimentos morais;
- e) no roubo, o objetivo visado é coisa móvel e, na extorsão, pode ele ser qualquer coisa que represente valor econômico, como, por exemplo, aquilo que é transferível mediante documentos. (COBRA, 1983, p. 181).

Observa-se, sempre, que o *nó górdio* reside, em última instância, nos conceitos antigos e originais de *contractatio* e *traditio*, por oportuno, versando-se sobre extorsão, assevera-se que:

[...] Esse crime diferencia-se do crime de roubo em alguns aspectos. Embora em ambos ocorram a grave ameaça e a violência física, no roubo o agente subtrai a *res* da vítima em ação própria (RJTAMG, 32:376), sem que esta queira, ou seja, sem que consinta, e na extorsão a vítima coagida cede ao agente, participando da ação (RJDTACrimSP, 14:131), com a entrega da coisa, por exemplo (BMJ, 89:25), fazendo, tolerando que se faça ou deixando de fazer alguma coisa. Francesco Carrara (*Programma del corso di diritto criminale*, cit. § 2.133) diferencia o roubo da extorsão da seguinte forma: 'No roubo o mal é iminente e o proveito contemporâneo; enquanto na extorsão, o mal prometido é futuro e futura a vantagem a que se visa'. Nesse sentido, JTACrimSP, 88:315).

[...] O roubo caracteriza-se pela subtração de coisa alheia móvel, mediante grave ameaça ou violência à pessoa. A extorsão, pela obtenção de indevida vantagem econômica através de constrangimento mediante violência ou grave ameaça. A vítima, sob coação, entregou os objetos que portava. Não houve subtração, mas entrega (*traditio*), o que caracteriza a extorsão. É a lição de Frank, no sentido de que 'o ladrão subtrai, o extorsionário faz com que se lhe entregue' (RSTJ, 9:334). (PARIZATTO, 2005, p. 65/66).

Diferenciando-se, sumariamente:

[...] Distingue-se o roubo da extorsão. Se, a vítima, sob ameaça, é coagida a entregar ao delinquente dinheiro e valores que trazia consigo, o caso é de extorsão e não de roubo (RT 501/311). (MIRABETE, 2007, p. 223).

E mais acuradamente:

[...] A extorsão é um crime semelhante ao roubo, sendo muitas vezes difícil de ser dele distinguida. aponta-se como diferença principal entre eles o fato de existir, no roubo, a subtração, ou seja, uma atividade do agente e, na extorsão, uma conduta da vítima em entregar a coisa, praticar um ato etc. (JTACrSP 62/26). Não há diferença ponderável no fato do agente, sob ameaça, subtrair a carteira da vítima ou, na mesma circunstância, obrigar a vítima a entregá-la. No primeiro fato há, porém, roubo, e no segundo extorsão (RT 501/11). Tem-se entendido, porém, que para a extorsão deve haver para a vítima alguma possibilidade de opção, o que não ocorre quando, dominada pelos agentes, é obrigada a entregar-lhe as coisas exigidas (RT 604/384). Para outros, entretanto, a distinção reside em que no roubo o mal é a violência física iminente e o proveito é contemporâneo, enquanto na extorsão é de ordem moral, futuro e incerto, como futura é a vantagem a que se vise (RT 454/430). (MIRABETE, 2007, p. 228).

Cumpra deixar bem delineado que toda e qualquer vantagem que tenha caráter patrimonial pode ser objeto material do crime de extorsão, o que faz com que seu objeto seja sensivelmente mais abrangente que o do crime de roubo, senão, veja-se:

[...] O objeto da extorsão é muito mais amplo que o do roubo (e, portanto, do furto): não apenas a coisa móvel corpórea de outrem, mas tudo quanto represente um interesse ou direito patrimonial alheio. (HUNGRIA, 1985, p. 68).

Sendo de se acrescentar que:

[...] A extorsão se assemelha ao roubo em face dos meios de execução, que são a violência física e a grave ameaça. Entretanto, os dois crimes se diversificam em face do seguinte: na extorsão é imprescindível o comportamento da vítima, enquanto no roubo ele é prescindível. Assim, no exemplo do assalto, é irrelevante que a coisa venha a ser entregue pela vítima ao agente ou que este a subtraia. Trata-se de roubo. Constrangido o sujeito passivo, a entrega do bem não pode ser considerada ato livremente voluntário, tornando tal conduta de nenhuma importância no plano jurídico. A entrega pode ser dispensada pelo autor do fato. Já na extorsão o apoderamento do objeto material depende da conduta da vítima. (JESUS, 2005, p. 379).

Pode ocorrer a hipótese de extorsão contemporânea ao roubo, como se infere de todo o narrado até então, neste prisma:

[...] É possível que o sujeito depois de subtrair bens da vítima, force-a a uma conduta, como entregar um objeto ou emitir um cheque. Há, sobre o tema, quatro orientações: 1ª) há um só delito, o de roubo (*RJTJSP*, 102:445; *JTACrimSP*, 74:353, 54:51, 84:285 e 91:411; *RT*, 610:318, 527:381, 612:391 e 617:361); 2ª) há dois crimes em concurso material (*RTJ*, 93:1077, 100:940 e 114:1027; *RT*, 539:392, 515:393 e 568:384; *RJTJSP*, 68:390; *JTACrimSP*, 69:271, 70:38, 45:233, 50:34, 76:449, 80:269 e 87:470; Entendimento uniforme da Equipe de repressão a roubos do Ministério Público de São Paulo, n. 9); 3ª) existe crime continuado: *RT*, 516:344; *Julgados*, 66:33 e 85:27; 4ª) há concurso formal: *Julgados*, 85: 385 e 89:25. (JESUS, 2007, p. 456).

A propósito, sobre continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão, tese que alguns advogam, vale analisar a jurisprudência infra e ponderar:

[...] Roubo - Continuidade delitiva - Requisitos.

Roubo - Extorsão - Mesma natureza - Concurso material.

Para que se reconheça o nexa de continuidade é imprescindível que os delitos sejam da mesma espécie.

Os crimes de roubo e extorsão, definidos automaticamente, são da mesma natureza, mas não são da mesma espécie, no sentido absoluto.

Concurso material de delitos, e não crime continuado, bem reconhecido.

HC indeferido. *Habeas Corpus* nº 57.564 - São Paulo - Paciente: Sizenando Francisco - Rel.: Min. Cordeiro Guerra - j. em 5/2/1980 - STF. (GARCIA, 1993, p. 42).

À luz do tema semelhança e distinção entre roubo e extorsão, ministra-se:

[...] A extorsão se assemelha ao roubo em face dos meios de execução, que são a violência física e a grave ameaça. Quanto à *distinção*, há três posições: 1ª) no sentido de que no roubo há subtração e na extorsão, tradição (*JTACrimSP*, 62:26, 69:271, 70:38 e 75:460; *RT*, 501:311, 593:411 e 576:456; *RTJ*, 116:157 e 105:133); 2ª) na extorsão é imprescindível o comportamento da vítima, enquanto no roubo é prescindível. No exemplo do assalto, é irrelevante que a coisa venha a ser entregue pela vítima ao agente ou que este a subtraia. Trata-se de roubo. Constrangido o sujeito passivo, a entrega do bem não pode ser considerada ato livremente voluntário, tornando tal conduta de nenhuma importância no plano jurídico. A do objeto material depende da conduta da vítima. Nesse sentido: *JTACrimSP*, 77:264, 85:385, 88:315, 80:269 e 95:192; *RT*, 604:384. É a nossa posição; 3ª) no roubo, o proveito é contemporâneo e o mal denunciado à vítima iminente; na extorsão, o mal e a vantagem são futuros. Nesse sentido: *RT*, 454:430; *RTJ*, 100:940; *JTACrimSP*, 68:63 e 69:271. (JESUS, 2007, p. 455).

E sob o tema confronto entre roubo e extorsão, cumpre citar:

[...] Se a vítima entrega a coisa iludida e não coagida, art.171. Se a vantagem for devida, real ou supostamente, art. 345. Se a vantagem for só

moral, art. 146. Quando motivada por inconformismo político, a extorsão pode tipificar a figura do art. 20 da Lei nº 7.170, de 14.12.83. Se o intuito for libidinoso, crime contra os costumes. Note-se que nos assaltos a mão armada, em que o ofendido, ao ser ameaçado, entrega, ele próprio, a coisa, a tipificação mais correta, muitas vezes, pode ser a de crime de extorsão e não de roubo, pois não houve subtração, mas entrega sob grave ameaça. Embora, na generalidade dos casos, a diferença não aparente maior importância, pois as penalidades previstas são iguais, ela terá relevo nas hipóteses de crime continuado ou concurso entre extorsão e roubo. (DELMANTO, 2007, p. 281).

Como até aqui se tem visto, o roubo resta configurado com a subtração de coisa alheia móvel, em face de grave ameaça ou violência à pessoa, donde se vislumbra a *contractatio*, enquanto a extorsão, por seu turno, com a obtenção de indevida vantagem econômica por meio de constrangimento, resultante de violência ou grave ameaça, sobressaindo daí a *traditio*.

Não só os doutrinadores, como os mais diversos Tribunais do país têm adotado o mesmo posicionamento e firmado jurisprudências torrenciais, solidificando, a cada dia, o pouco solo existente entre roubo e extorsão, como se segue:

[...] No roubo, a vítima está impossibilitada de exprimir uma vontade de qualquer gênero porque, na situação concreta, lhe foi tolhida toda faculdade de escolha. Com ou sem entrega, o agente tem possibilidade de apoderar-se da coisa, de sorte que o comportamento do titular da coisa móvel é de todo irrelevante para efeitos práticos. Na extorsão, o agente não pode realizar o escopo útil a que se propôs, a não ser passando pelo trâmite de um comportamento da vítima, comportamento esse que pode ser negado sem que o agente possa superar a negativa. (TACRIM-SP - AC - Rel. Silva Franco - *JUTACRIM* 77/264). (FRANCO, 2007, p. 1991).

[...] O critério mais explícito e preciso na diferenciação entre a extorsão e o roubo é o da prescindibilidade ou não do comportamento da vítima. Isto significa que, à medida que possa o agente obter a vantagem patrimonial independentemente da participação da vítima ameaçada, o que se tem é o crime de roubo. Ao contrário, será extorsão o ato de se exigir que saque a vítima determinada importância de sua conta bancária, para entregá-la ao agente, sob promessa de violência para o caso de não atendimento, já que, aqui, a participação daquela era pormenor indispensável à obtenção da vantagem econômica pelo delinquente, que nada conseguiria sem a adesão e a colaboração do ofendido. (TACRIM-SP - AC - Rel. Canguçu de Almeida - *JUTACRIM* 80/269). (FRANCO, 2007, p. 1991).

[...] A nota distintiva entre o roubo e a extorsão está no modo como se concretiza a indevida vantagem econômica resultante da violência ou grave ameaça exercida sobre a vítima. Se o agente arrebatou a coisa à vítima, configura-se a primeira figura; se, constrangida pela violência ou grave ameaça, a vítima, ela própria, entrega a coisa ao agente, caracteriza-se a segunda. (TACRIM-SP - HC - Rel. Corrêa de Moraes - *BMJ* 80/22 e 5/234). (FRANCO, 2007, p. 1992).

Os egrégios Pretórios, no que cerne a *concurso material* têm decidido:

[...] Responde por concurso material de delitos o meliante que, embora em oportunidade fática única, pratica, mediante ações imediatamente subsequentes, roubo e extorsão. Os crimes de roubo e extorsão são definidos autonomamente, e como tais devem ser punidos. (STF - RE - Rel. Cordeiro Guerra - RTJ 100/940). (FRANCO, 2007, p. 1992).

Por outro lado, quanto a *concurso formal* têm se posicionado:

[...] Conforme salienta Hungria, há entre roubo e extorsão íntima afinidade (*Comentários ao Código Penal*, Forense, 1967, p. 66).

Entretanto, tem-se por melhor critério de segura distinção entre essas duas figuras penais a verificação da necessidade da conduta da vítima.

Destarte, se a subtração ou vantagem econômica se dá sem ato necessariamente praticado pela vítima, configurado está o roubo.

Contudo, se o resultado colimado pelo agente depende de ato a ser necessariamente praticado pela vítima, ocorre a extorsão.

Portanto, ao subtrair o numerário e o relógio - com ou sem a atuação da vítima - o réu praticou roubo; ao exigir que a vítima emitisse o cheque, perpetró extorsão.

Assim, embora através de uma única ação intimidativa, o agente culminou por materializar esses dois delitos autônomos e independentemente capitulados na lei penal, concretizando-os em concurso formal. (TACRIM - AC - Voto vencido: Bittencourt Rodrigues - JUTACRIM 84/288). (FRANCO, 2007, p. 1992 e 1993).

A *continuidade delitiva* é outro aspecto que tem merecido acurado desvelo dos Tribunais do país, *prima facie*, acerca da possibilidade:

De regra, não há continuidade entre a extorsão e o roubo, mormente quando naquela há um lapso de tempo, ainda que breve, entre a violência e a locupletação, visto que, tanto pode haver extorsão com violência atual e locupletação futura (e é o caso mais frequente) quando com violência e locupletação contemporâneas (ex.: o agente, devedor da vítima, coage esta, imediatamente, a rasgar o título de dívida ou tolerar que ele próprio o inutilize - Nelson Hungria, ob. cit. p. 67). Quando na segunda modalidade da extorsão se verifica o dilema 'a bolsa ou a vida' ou situação assemelhada, logo depois do crime de roubo, penso que se configura a continuidade delitiva. (STF - RE - Voto vencido: Soares Munoz - RT 600/438). (FRANCO, 2007, p. 1993).

[...] Em plano teórico, nada impede continuação de roubos e extorsões, como meras figuras típicas. Aliás, por vezes, é difícil saber distinguir cada um dos ilícitos, quando o agente atue em área cinzenta de interpretação. (TACRIM - SP - Rev. - Rel. Roberto Grassi - JUTACRIM 83/39)." (FRANCO, 2007, p. 1993).

Quanto, por seu turno, à impossibilidade da *continuidade delitiva*:

[...] Os crimes, para se transformarem em um só todo, devem ter a mesma coloração e o mesmo objeto. Os elementos hão de ser idênticos para permitirem a aglutinação, que deve ser uniforme e perfeita. Nesse diapasão, como a água não se mescla com o óleo, o mesmo se pode afirmar do roubo e da extorsão, por não serem crimes da mesma espécie. A união de ambos viria constituir um todo amórfico, e, por isso mesmo, antijurídico. (TACRIM - SP - Rev. - Rel. Silva Pinto - *JUTACRIM* 78/41). (FRANCO, 2007, p. 1994).

Alguns têm entendido que os delitos em questão não admitem a continuidade, defendendo que ocorre, nestas hipóteses, um *crime único*:

[...] É inadmissível cindir um mesmo episódio e distinguir neles crimes diversos. Assim, responde tão-somente por roubo, e não por este delito em concurso com o de extorsão, o meliante que, durante o assalto, constringe a vítima a emitir cheque em seu favor. (TJSP - AC - Rel. Marino Falcão - *RT* 610/318). (FRANCO, 2007, p. 1994).

[...] Sendo o roubo e a extorsão crimes de espécies diversas, vez que há no primeiro uma *contrectatio*, isto é, um manusear do agente que se apossa da *res*, subtraindo-a, enquanto no segundo há uma *traditio*, ou seja, uma entrega por parte da vítima, é inadmissível o reconhecimento da continuidade delitiva quando da ocorrência simultânea desses crimes. (TACRIM - SP - Rev. - Rel. Walter Theodósio - *RJD* 19/218). (FRANCO, 2007, p. 1994).

Os crimes de roubo e extorsão *mediantes* sequestro têm também merecido redobrada atenção:

[...] Crime continuado - Inocorrência - Roubo e extorsão mediante sequestro - Delitos de natureza diversa - Hipótese de concurso material.

“Exige a lei, para o reconhecimento da continuação, que os crimes sejam da mesma espécie e como tais não podem ser havidos os delitos dos arts. 157, § 2º, e 159, § 3º, do CP. (TJSP - Rec. - Rel. Rocha Lima - *RT* 519/361). (FRANCO, 2007, p. 1995).

[...] Responde por extorsão quem, após a prática de assalto, sequestra a vítima objetivando o posterior recebimento do resgate. (TACRIM - SP - AC - Rel. Francis Davis - *JUTACRIM* 35/352). (FRANCO, 2007, p. 2073).

[...] Roubo - Extorsão mediante sequestro - Tipicidade penal.

Roubo e extorsão mediante sequestro. Alegação de inexistência de dolo específico na extorsão mediante sequestro e de basear-se a condenações em provas do inquérito e em confissão extrajudicial. Condenação em que se apoiou nas provas colhidas sob garantia do contraditório, inadmissibilidade de reapreciação de provas no recurso extraordinário. Roubo de automóvel cuja ideia partiu de um dos co-réus, auxiliado por outros, sem qualquer participação do recorrente. Condenação do recorrente pelo roubo, porque necessário um automóvel para o sequestro planejado. Ofensa ao art. 11 do Código Penal. ‘A responsabilidade penal há de dar-se com relação a um fato típico, determinado, para cuja realização, concorra, de qualquer forma, o agente’. Recurso conhecido e provido em parte, para cancelar a condenação do recorrente pelo crime de roubo. Recurso Extraordinário nº 80.990 - Rio de Janeiro - Recorrente: Sérgio Márcio França Moreno - Recorrido: Ministério Público - Rel.: Min. Rodrigues Alckmin - j. em 6/5/1975 - STF). (GARCIA, 1993, p. 47).

E no que pertine a roubo qualificado pelo resultado morte e extorsão (latrocínio e extorsão), proveitoso é destacar:

[...] Se a vítima reagiu e acabou morrendo, para não ser despojada de seus haveres, é óbvio que no caso não há falar em extorsão, mas, sim, em latrocínio. (TJSP - Rec. - Rel. Goulart Sobrinho - *RJTJSP* 85.419). (FRANCO, 2007, p. 2066).

Por derradeiro, ao término de tanta confrontação, apreciados os posicionamentos jurídicos de doutrinadores notáveis, bem como, dos preclaros Tribunais pátrios, é de se concluir, e, tecer conclusões logo após se servir de um manancial de tão profundos ensinamentos, com efeito, não é tarefa fácil, pelo que a prudência recomenda buscar guarida na citação que se segue:

[...] O roubo caracteriza-se pela subtração da coisa alheia móvel, mediante grave ameaça ou violência à pessoa. A extorsão, pela obtenção de indevida vantagem econômica através de constrangimento mediante violência ou grave ameaça. A vítima, sob coação, entregou os objetos que portava. Não houve subtração, mas entrega (*traditio*), que caracteriza a extorsão. É a lição de Frank, no sentido de que o 'ladrão subtrai, o extorsionário faz com que se entregue'. (STJ - RE - Rel. José Cândido - *RSTJ* 9/334). (FRANCO, 2007, p. 2066).

6 CONCLUSÃO

Como já se disse alhures, a linha tênue onde se assemelham e se distinguem os crimes de Roubo e Extorsão, pode ser exteriorizada na expressão “o ladrão subtrai, o extorsionário faz com que se lhe entregue”.

A primeira parte da assertiva exterioriza a *contractatio*, figura que surge no crime de roubo, cindindo-o, definitiva e claramente, do de extorsão, onde se vislumbra a *traditio*, externada na parte final do silogismo.

A ideia deste estudo surgiu, basicamente, pelo conhecimento que se tem de diversos casos semelhantes (tantos e de tal notoriedade que a citação se torna desnecessária), onde foram verificadas, em nome da Justiça, verdadeiras e reais injustiças, impropriedades, posicionamentos não só desmerecidos, como descabidos, à luz do que se delineou na introdução.

Logo, diante de situações reais tão lastimáveis, não há que se falar que a discussão sobre o assunto, roubo e extorsão, não tenha qualquer relevância no mundo legiferante pátrio, revestindo-se de caráter meramente acadêmico, sobretudo, à luz da laureada Lei dos Crimes Hediondos.

A distinção entre os delitos, embora sutil, tênue e, às vezes, quase imperceptível, deve merecer o mais acurado apreço, como se asseverou no preâmbulo, tentou se esclarecer no desenvolvimento e aqui se tecem as derradeiras alegações.

Não é possível que, hodiernamente, decisões sejam prolatadas com incidência penal tão grave em decorrência de eventos simplórios, levando o acusado ao degredo de mais injusta reclusão, sem uma sequer ligeira análise da tipicidade do fato, sem uma ao menos perfunctória discussão do fato em consonância com o direito, sem um mínimo de debate da prova e finalmente sem uma débil apreciação conceitual da antijuridicidade dos fatos à vista da lei, da doutrina e da jurisprudência.

De boa índole é ressaltar que, não só os julgadores, como os doutrinadores, estudiosos e amantes do direito, devem reservar desvelo e acurado apreço por questões melindrosas, com a analisada, a fim de que, dinâmico que é, possa o direito, quiçá um dia, acabar por conciliar a lei e a justiça.

Por fim, como alhures alguém já disse e aqui se parodia, hoje, tudo foi feito, ou, pelo menos, ambicionou-se, contudo, o que não se logrou fazer, creia-se, foi objeto dos mais acalentadores e perseguidos sonhos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848** – 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal, Brasília, DF, dez. 1940.

BRASIL. **Lei nº 8.072** – 25 de julho de 1990. Institui a Lei dos Crimes Hediondos, Brasília, DF, jul. 1990.

COBRA, Coriolano Nogueira. **Manual de Investigação Policial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**. 7. ed. São Paulo: Renovar, 2007.

FRANCO, Alberto Silva. **Crimes Hediondos**. 6. ed. São Paulo: RT, 2007.

GARCIA, José Carlos Cal *et alii*. **Jurisprudência Brasileira Criminal**: roubo. São Paulo: Ícone Editora, 1993.

GOMES NETO, F. A. **Novo Código Penal Brasileiro**: comentado. Brasília: Brasiliense, 1985.

GONZALEZ, Átila J. *et aliun*. **Citações Jurídicas na Bíblia**: anotadas. 2. ed. São Paulo: Aquarelas, 1988.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
_____. **Código Penal Anotado**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrine. **Manual de Direito Penal**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito Penal**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PARIZATTO, João Roberto. **Dos Crimes Contra o Patrimônio**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005;

ROSA, Antônio José Miguel Feu. **Direito Penal**: parte especial. São Paulo: RT, 1995.

COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 20/12/2020
Aprovado em: 23/12/2020